UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

BEATRIZ BREVIGLIERI OLIVEIRA

Ricardo III: A Construção de Memória

São Paulo

2020

BEATRIZ BREVIGLIERI OLIVEIRA

Ricardo III: A Construção de Memória

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Tavares Magalhães Tacconi

São Paulo

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

O048r

Oliveira, Beatriz Breviglieri
Ricardo III - A Construção de Memória / Beatriz Breviglieri Oliveira; orientador Ana Paula Tavares Magalhães Tacconi - São Paulo, 2020.
122 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. Idade Média. 2. História da Inglaterra. 3. Ricardo III . 4. Memória. 5. Shakespeare. I. Tacconi, Ana Paula Tavares Magalhães, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Beatriz Breviglieri Oliveira

Data da defesa: 01/12/2020

Nome do Prof. (a) orientador (a): Profa. Dra. Ana Paula Tavares Magalhães Tacconi

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 28/01/2021

_____

(Assinatura do (a) orientador (a)

OLIVEIRA. Beatriz Breviglieri. **Ricardo III: A Construção de Memória. 2020**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2020.

Aprovado em: 01 / 12 / 2020

Nome dos Participantes da Banca	**Função**	**Sigla da CPG**	**Resultado**
Ana Paula Tavares Magalhães Tacconi	Presidente	FFLCH - USP	Não Votante
Marília Pugliese Branco	Titular	Externo	Aprovado
Maria Cristina Correia Leandro Pereira	Titular	FFLCH - USP	Aprovado
Patrícia Antunes Serieiro Silva	Titular	Externo	Aprovado

Resultado Final: Aprovado

Parecer da Comissão Julgadora *

A banca considera o trabalho aprovado. Ele tem o mérito de trazer uma abordagem inovadora sobre o personagem histórico Ricardo III, contribuindo de forma significativa para os estudos da área.

Eu, Regina Celi Sant Ana Regina Celi Sant Ana, lavrei a presente ata , que assino juntamente com os(as) Senhores(as) examinadores. São Paulo, aos 01 dias do mês de dezembro de 2020.

Marília Pugliese Branco

Maria Cristina Correia Leandro Pereira

Patrícia Antunes Serieiro Silva

Ana Paula Tavares Magalhães Tacconi
Presidente da Comissão Julgadora

* Obs: Se o candidato for reprovado por algum dos membros, o preenchimento do parecer é obrigatório.

A defesa foi homologada pela Comissão de Pós-Graduação em 01/12/2020 e, portanto, o(a) aluno(a) faz jus ao título de Mestra em Ciências obtido no Programa História Social.

Presidente da Comissão de Pós-Graduação
Profa. Dra. Claudia Amigo Pino

DEDICATÓRIA

In memoriam ao meu amado pai, Valdir Duarte de Oliveira, cuja paixão pela História sempre me inspirou e me motivou a ir além, a ser curiosa, a buscar novos horizontes e a ansiar por mais conhecimento. Hoje, concluo esse capítulo do meu aprendizado sem tê-lo a meu lado. No entanto, sigo em frente nas caminhadas pela História graças a pulsão vital que me deu.

À minha amada mãe, Rita de Cássia Breviglieri Oliveira, cuja sabedoria, determinação, perseverança, força, motivação, presença constante e amor imensurável foram mais do que necessários para que eu continuasse a caminhar, a escrever, a sonhar, a desbravar meus medos, aceitar minhas falhas, me recuperar a cada derrota e celebrar cada vitória.

AGRADECIMENTOS

À querida professora e orientadora, Profa. Dra. Ana Paula Tavares Magalhães Tacconi, por todo processo desse mestrado, pelas conversas, incentivos, orientações, discussões e sugestões ao longo desses anos. Seu carinho, inteligência, comprometimento, sensatez e amizade me inspiram e me motivam como pesquisadora e mulher.

Ao Prof. Fabiano Fernandes, pela paciência e pelo norte que me deu no início dessa pesquisa, pelas sugestões, lucidez e compartilhamento intelectual sem o qual esse trabalho não teria sido realizado.

À Profa. Maria Cristina Correia Leandro Pereira, pelos incentivos, ensinamentos, carinho, correções e exemplo profissional em minha trajetória nessa instituição.

À Profa. Marília Pugliese Branco pela inspiração como pesquisadora e historiadora, disponibilidade e abertura dentro do laboratório, na vida acadêmica e fora dela.

À Profa. Patrícia Antunes Serieiro Silva pelos conselhos, conversas, apontamentos e por ser um dos meus exemplos de pesquisadora e historiadora.

Aos meus amigos e colegas do LABORA, LEME, Insulæ e NEME pelas leituras, debates, ideias e companheirismo. Em particular à Nicole Leite Bianchini, Isadora Cristine Martins, Felipe Leonardo Ferreira e Maria Vitória Pereira pelos conselhos, leituras, abraços, grupos de estudo e conversas ao longo desses anos.

Aos meus queridos familiares, amigos, professores e colegas que há tantos anos me acompanham e me incentivam, meu sincero e profundo agradecimento.

"Minha consciência tem milhares de línguas diferentes, e cada língua me diz um conto diferente, e cada conto me condena como vilão".

- Shakespeare, *Ricardo III,* Ato V, Cena III.

RESUMO

OLIVEIRA. Beatriz Breviglieri**. Ricardo III: A Construção de Memória**. 2020. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2020.

O objetivo deste trabalho é analisar e identificar a maneira como a memória do rei Ricardo III da Inglaterra foi construída nos primeiros trinta anos após sua morte e como ela se estabelece posteriormente, tendo como bases principais duas obras contemporâneas a ele: *De Occupatione Regni Anglie per Riccardum Tercium,* de Dominic Mancini e *Historia regum Angliae*, de John Rous. Ao longo de nossa análise, constatamos a existência de imagens, referências e temas dentro das narrativas criadas pelos autores que foram reutilizadas por demais escritores entre os séculos XV e XVI. Ricardo III é retratado como o vilão de sua história, como o rei maléfico e deformado, assassino e tirano. As obras principais, escritas entre 1483 — o ano que ascendeu ao trono — e 1489, possuem algumas distinções — Mancini é mais diplomático enquanto Rous é mais dramático — mas de certa maneira apresentam visões negativas do monarca, em particular quando observamos as metáforas empregadas no discurso da segunda obra supracitada. A escolha desses documentos, foi importante, sobretudo, por serem não apenas contemporâneas ao monarca e entre si, mas por serem as primeiras a estabelecerem uma narrativa e uma composição imagética de Ricardo III, que seriam referenciadas posteriormente, culminando na peça histórico trágica de William Shakespeare no final do século XVI.

Palavras-chave: Idade Média. Inglaterra. Ricardo III. Memória. Século XV. Guerras das Rosas. Shakespeare.

ABSTRACT

OLIVEIRA. Beatriz Breviglieri. **Ricardo III: A Construção de Memória**. 2020. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2020.

The goal is to analyse the creation and establishment of the memory of King Richard III of England in the first thirty years after his death. We use two sources which were written during his life: *De Occupatione Regni Anglie per Riccardum Tercium*, by Dominic Mancini and *Historia Regum Angliae*, by John Rous. The analyses incorporate images, references and themes within the narratives created by the authors that were reused by other writers between the 15th and 16th centuries. The authors portrayed Richard III as the villain of his story, as the evil and deformed king, a murderer and tyrant. The two books, written between 1483 - the year in which Richard III ascended the throne - and 1489, have some distinctions. While Mancini is more diplomatic, Rous is more dramatic. However, all in all, they present detrimental views of the monarch, particularly when we look at the metaphors employed in the speech of the second work. The selection of these documents is justified because they are contemporary sources to the monarch, being the first ones to establish a narrative and an imaginary composition of Richard III. Later authors confirmed these documents influence by acknowledging them, culminating in the historical-tragic play created by William Shakespeare in the late 16th century.

Keywords: Middle Ages. England. Richard III. Memory. 15th century. Wars of the Roses. Shakespeare.

LISTA DE ABREVIATURAS

CDIHF – *Collection de documents inédits sur l'historie de France*.

CPR 1485-94 – *Calendar of the patent rolls preserved in the Public record office prepared under the superintendence of the deputy keeper of the records*. Henry VII. Vol. I. 1485-1494.

YCR – *York Civic Records.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **13**

Capítulo 1 "… THIS SUN OF YORK" - RICARDO III E HISTÓRIA **17**

1.1 O longo século XV: Sociedade e Conflitos 20

1.2 Ricardo III: Aspectos Biográficos 24

1.3 Fontes Ricardianas: Dinastia, poder e memória 32

Capítulo 2 "WE IN IT SHALL BE REMEMBERED" - RICARDO III E FONTES DA MEMÓRIA **39**

2.1 As configurações da memória histórica Ricardiana 42

2.2 De Occupatione Regni Anglie per Riccardum Tercium 48

2.3 Historia regum Angliae 70

Capítulo 3 "LEFT THEE A PRAY OF TIME. " - A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA RICARDIANA **77**

3.1 Temas e Abordagens 78

3.2 Etapas da Memória 85

3.3. Legado 96

CONSIDERAÇÕES FINAIS **101**

REFERÊNCIAS **103**

ANEXO I - Mapa Do Reino Da Inglaterra Durante O Século XV **114**

ANEXO II - Árvore Genealógica Da Dinastia De York **115**

ANEXO III - Manuscrito Da Obra Historia Regum Angliae **116**

ANEXO IV - Manuscrito Da Obra De Occupatione Regni Anglie Per Riccardum Tercium **117**

ANEXO V - Placas Em Leicester Perto Da Antiga Ponte Bow **118**

ANEXO VI - Trechos do Titulus Regius **119**

(Tradução de trechos do texto em inglês elaborados pela autora) **119**

INTRODUÇÃO

Os trabalhos sobre preservação, alteração e esquecimento da memória ganharam força após o final da Segunda Guerra Mundial. O Holocausto, a noção de "dever memorial" e identidade nacional foram fundamentais para tal movimento acadêmico, assim como o crescimento da chamada *Nova História* na terceira geração da *Escola dos Annales*[1], na década de 1970 com Jacques Le Goff e Pierre Nora. Em um mesmo momento e como reflexo desse movimento, também os estudos acerca das relações entre história e memória efervesceram no campo intelectual da historiografia, pautados pela história das mentalidades e uma busca por parte dos historiadores em compreender imaginários mitológicos e a formação de memórias através da tradição oral. Ainda mais, segundo o historiador norte-americano Patrick Hutton (2000), a partir da década de 1980, historiadores focaram na relação entre história e memória como um problema a ser debatido historiograficamente[2].

Para além do campo da história, a memória também se apresenta como *locus* de pesquisa dentro dos estudos literários, não apenas a partir de produções biográficas, mas também e principalmente, através do diálogo entre a organização de relatos memoriais e a literatura, entendida como um suporte modelador da memória. Pereira (2014) explica que:

> A memória desvela-se, […] como um caleidoscópio incessante e complexo, no qual o texto literário apresenta-se como um potente participante, ao contribuir para o movimento permanente de reconstrução das vias organizadoras de memórias.[3]

De fato, é na compreensão de que a memória é um campo a ser explorado e estudado através de intersecções históricas, filosóficas e literárias, que se insere o presente trabalho de mestrado. Trataremos sobre a construção de memória de Ricardo III da Inglaterra de forma aprofundada, em duas fontes produzidas no final do século XV: *De Occupatione Regni Anglie per Riccardum Tercium,* de Dominic Mancini, produzida em 1483 e *Historia Regum Angliae*, de John Rous. Trabalharemos também, de uma maneira mais pontual e breve, com obras auxiliares produzidas durante o século XVI que servirão de complemento às análises dos

---

[1] Cf. BURKE, Peter. **A Escola dos Annales, 1929 - 1989.** São Paulo: UNESP, 2003.

[2] HUTTON, Patrick. Recent Scholarship on Memory and History. **The History Teacher**, vol. 33, no. 4, 2000, pp. 533–548, p. 534. Disponível em: www.jstor.org/stable/494950

[3] PEREIRA, Daniella C. M. Literatura, lugar de memória. **SOLETRAS**, v. 28, p. 344 - 355, 2014, p. 345.

documentos previamente mencionados. Tal como apresentado no projeto de pesquisa, os eixos temáticos abordados nesta dissertação são: as interpretações acerca da vida e reinado de Ricardo III; as configurações de poder na sociedade inglesa durante o chamado "longo" século XV inglês e o período das Guerras das Rosas (1455-1487)[4]; as primeiras interpretações sobre sua vida a partir de 1483 quando ascende ao trono, assim como os temas abordados pelos autores recorrentes na cultura e imaginário medieval. Por fim, trabalharemos também o papel da cultura e literatura na construção de uma memória.

Partindo dos eixos centrais de análise, trabalharemos as narrativas e discursos empregados nos documentos primários que utilizaremos, as construções feitas a partir do corpo documental apresentado, as questões de poder e legitimidade associadas à memória e à história inglesa do final do século XV, suas implicações políticas e sociais, as etapas de memória e suas configurações juntamente com o papel da peça *Ricardo III* de William Shakespeare no contexto de construção memorial-histórica ricardiana e os debates acerca de sua vida e ascensão ao trono levantados por estudioso como Michael Hicks, Dan Jones, Rosemary Horrox, Charles Ross, Alison Hanham e Charles A. J. Armstrong.

Esses temas foram assim elencados por sua relevância dentro do processo da construção de uma visão e narrativa sobre Ricardo III e a centralidade que ocupam nos discursos escritos sobre ele. Nas narrativas produzidas durante o período de pouco mais de um século, diplomatas como Diego de Valera, clérigos como os da Crônicas da Abadia de Croyaland, cronistas tais como Polydore Vergil e Rafael Holinshed, e antiquários com John Rous, fizeram um esforço coletivo de compilação, transformação e reconfiguração histórica, memorial e simbólica de seu reinado, seus aspectos físicos, traços de caráter e moral. Ressalta-se, porém, que apesar da temática apresentada anteriormente, não buscamos adentrar a fundo nos campos da psicologia e da análise comportamental, já que tal trabalho não compete nem a nós nem à nosso objeto de estudo. No entanto, nos baseamos fortemente na compreensão da memória, seu funcionamento, alcance e limitações encontrados nos trabalhos de Paul Ricoeur, Aleida Assmann, Jan Assmann, Mary Carruthers, Walter Benjamin e Frances Yates.

---

[4] Periodização delimitada do início da guerra civil a última disputa relacionada às famílias de York e Lancaster registrada na Inglaterra. Cf. HICKS, Michael. **The Wars of the Roses:** 1455-1487. Oxford: Osprey Publishing, 2003.

Ao decorrer de nosso trabalho, utilizaremos duas obras contemporâneas à Ricardo III — *De Occupatione Regni Anglie per Riccardum Tercium* de Dominic Mancini e *Historia Regum Angliae* de John Rous — assim como demais obras auxiliares que são frutos das primeiras ou complementam os textos principais. Para além delas, contamos com o apoio de relatos de cartas e objetos mencionados por autores contemporâneos à Ricardo III ou posteriores. Visto que há uma gama vasta de material histórico relacionado ao monarca e como explicaremos mais adiante, foi necessário que se fizesse um recorte temporal e material para que nossa pesquisa pudesse ser viável. Para além disso, existe diversas obra de ficção mais recentes desde a década de 1950 que, querendo ou não, também modificaram, criaram e intensificaram a visão que foi desenvolvida e estabelecida sobre o falecido rei, tal como as obras de Josephine Tey (*The Daughter of Time)* e Philippa Gregory (A saga *The White Queen* e *The White Princess*[5]*)*. A cultural *pop*, como veremos adiante no terceiro capítulo, dialeticamente, influencia e é influenciada pela historiografia e a recepção popular. As mídias — sejam livros, documentos, peças de teatro, filmes, séries de televisão ou artes plásticas, foram e continuam sendo extremamente importante para a comunicabilidade da memória e história de um personagem, povo ou evento histórico.

Ricardo III (1452-1485) foi e continua sendo um dos monarcas mais controversos da Inglaterra. A maioria de nós tem o primeiro contato com sua história justamente através dos estudos sobre as Guerras das Rosas e pela tragédia de William Shakespeare. Com sua queda em 1485, na Batalha de Bosworth contra Henrique Tudor, o futuro Henrique VII e patriarca da dinastia mais conhecida da Inglaterra — os Tudor —, um novo regime foi estabelecido e com ele, uma nova memória. No entanto, boatos sobre os requintes de crueldade de seu governo já circulavam no sul da Inglaterra e se encontravam previamente estabelecidos, particularmente em Londres, desde meados de 1483. Então a imagem que temos de Ricardo III foi realmente fruto da propaganda Tudor? Ou há um debate maior sobre a forma como a visão sobre Ricardo III foi criada e estabelecida? Para chegarmos às respostas dessas questões, precisamos primeiramente entender o momento em que os reinados de Ricardo III e, posteriormente, de Henrique VII se estabeleceram. Estes estão localizados temporalmente, geograficamente e historicamente no final de um longo século de disputas políticas,

[5] As obras de Philippa Gregory ainda contam com três adaptações para a televisão em formato de seriado.

econômicas e sociais envolvendo a instituição de maior poder dentro de um reino — em paralelo a Igreja — a Monarquia.

Capítulo 1 "… THIS SUN OF YORK" - RICARDO III E HISTÓRIA

O objetivo central deste capítulo é apresentar e explicar os fatos históricos, políticos e sociais sobre a vida de Ricardo III, abrangendo uma breve introdução sobre a sociedade inglesa do final século XV. O ambiente político-social do que ficou conhecido na historiografia e na cultura popular como "Guerras das Rosas" e suas particularidades são peças-chaves, ao nosso ver, para o entendimento das disputas de poder e busca por coesão política entre a aristocracia e a monarquia. Com base nessas informações, proponho demonstrar as dinâmicas sociais que levaram Ricardo III ao trono e alimentaram o fluxo de informações que seriam utilizadas nas narrativas e imagens criadas sobre ele.

A Inglaterra e os demais países que atualmente compõem o Reino Unido possuem um processo de constituição territorial e nacional em partes similar, mas em outras, divergente daquelas do restante da Europa. Podemos dizer que, assim como seus vizinhos no continente, as estruturas de poder e governo no reino da Inglaterra foram formados a partir dos resquícios do antigo Império Romano do Ocidente e da fixação de chefes germânicos conjuntamente aos remanescentes populacionais, cujo poder era sustentado por uma elite de guerreiros[6]. Porém, com a exceção da fé cristã e de alguns elementos de natureza arquitetônicas como estradas e fortes, pouco restou da sociedade romana na Inglaterra, do século VI em diante. Logo, diferentemente dos reinos do continente, em particular da Gália, região onde se formaria o reino da França, o que se constituiu na Inglaterra entre os século V e IX foi uma "de-romanização"[7] e o retorno aos métodos e modelos tribais bretões, previamente encontrados mesmo antes da chegada dos povos Anglo-Saxões, cuja influência romana em sua cultura foi significante menor do que aquela sofrida pelos Francos.

---

[6] LE GOFF, Jacques. SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). **Dicionário Analítico do Ocidente Medieval:** Volume 1. São Paulo: Editora UNESP, 2017, p. 445.

[7] WARD-PERKINS, Bryan. Why did the Anglo-Saxons not become more British? **The English Historical Review**, Volume 115, número 462, 1 junho 2000, p. 528-529. Disponível em: https://doi.org/10.1093/ehr/115.462.513. Acesso em 06 de maio de 2018.

Esse processo possibilitou a criação de assentamentos, onde senhores locais estabeleceram e consolidaram seus poderes pessoais de maneira hereditária a partir do século VII[8], período congruente à fundação da heptarquia de reinos formada por Kent, Northumbria, Mercia, East Anglia, Essex, Sussex e Wessex, descritas na obra do venerado Beda, *Historia ecclesiastica gentis Anglorum*. A conquista da Inglaterra e dos anglo-Saxões por William I (Guilherme, o Conquistador), em 1066, trouxe às terras bretãs uma nova elite aristocrática e consigo, modelos de sociedade e cultura oriundos do continente, principalmente da França, de maneira que as relações e intercâmbios entre os dois reinos cresceram e as influências franco-normandas adentraram as ilhas britânicas com maior força. Como apontado por Le Patourel (1984):

> As famílias que se instalaram em propriedade na Inglaterra, em sua maioria, ainda mantiveram terras na França, constituindo portanto, na Inglaterra e na Normandia, uma única sociedade aristocrática, uma aristocracia francesa cuja poderosa força, associada aos interesses da família real ducal, buscavam a manutenção da união entre os dois reinos.[9]

As fundações do que se conhece como sociedade feudal já existiam na Inglaterra, segundo os modelos germânicos[10], e se firmaram a partir da combinação de um Estado centralizado na figura do rei-duque, com uma justiça popular resiliente, que caracterizariam a Inglaterra medieval.[11] Um dos exemplos dessa dinâmica, é o estabelecimento de fiscos e leis reais por intermédio do *Domesday Book*[12] ao mesmo tempo em que o sistema de condados (*shire),* espaços de justiça popular comunal, foram mantidos dentro da nova lógica. Enquanto os primeiros anos pós conquista normanda estabeleceram parâmetros para a formação da sociedade inglesa da Idade Média Central, foram os reinados que se seguiram, a partir do século XII, que de fato introduziram mudanças sociais de maior profundidade e que perdurariam pelo restante do período medieval inglês.

---

[8] ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade para o Feudalismo.** São Paulo: Editora UNESP, 2013, p. 138-139.

[9] LE PATOUREL, John. **Feudal Empires. Norman and Plantagenet.** Londres: The Hambledon Press, 1984, p. 293. Tradução nossa.

[10] BARLOW, Frank. **The Feudal Kingdom of England:** 1042-1216. 2 ed. Londres: Longmans, 1961, p. 11-16.

[11] ANDERSON, op. cit, p. 180.

[12] Censo realizado entre 1085-1086 na Inglaterra, através da ordem do rei William I, que descreve com grande rigor de detalhe as divisões e demarcações de terra e os recursos ingleses no século XI, cuja magnitude a amplitude só pode ser comparada aos censos populacionais do século XVIII. Em suas 913 páginas, ele detalha direitos à terra, obrigações fiscais, direitos reais e o serviço militar.

Se destaca a dinastia Plantageneta[13], a mais longa, que perdurou por mais de três quartos da Baixa Idade Média inglesa e compreendeu o reinado de 14 monarcas, sendo a grande responsável pela transformação da Inglaterra. As bases do que seria o reino inglês — aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais — foram ou começaram a ser estabelecidas a partir desses monarcas. Nas palavras de Jones (2012):

> [...] durante seus reinados foram fundados alguns dos elementos mais básicos do que que hoje conhecemos como Inglaterra. As fronteiras do reino foram estabelecidas. Suas relações com os reinos vizinhos — principalmente Escócia, País de Gales, França e Irlanda, mas também com os Países Baixos, o papado e os estados Ibéricos que eventualmente se tornariam a Espanha — foram estabelecidas. Princípio legais e instituições governamentais que perduram até os dias atuais foram então criadas em suas formas essenciais — algumas deliberadamente, outras por acidente ou coerção.[14]

Os domínios sobre a Escócia e o principado de Gales foram afirmados no reinado de Henrique II, assim como a construção de um sistema governamental baseado em três camadas: o rei e seu *household*, ou seja, o círculo inverno de administração real, ligada às necessidades diárias do monarca e a manutenção de sua família; a administração regional, e a administração local (*sheriff)*.[15] Adiante, durante os séculos XIII e XIV, com a consolidação das instituições legais e políticas tais como o Parlamento e a Magna Carta, não apenas o poder real na Inglaterra, mas, também o poder aristocrático fundado nas figuras dos grandes barões e posteriormente através dos magnatas, ganharam formas mais definidas. Nesse período, a aristocracia adquiriu novas vestes culturais e sociais, em particular devido à maior incorporação em postos administrativos, com relevância superior aos tradicionais postos militares[16]. Um dos aspectos que contribuíram para essa dinâmica foi a promoção de uma cultura cavaleiresca, baseada na difusão das lendas arturianas[17] e a renovação do código de conduta de cavalaria, com a fundação da Ordem da Jarreteira durante o reinado de Eduardo III. Através dos Plantagenetas, o reino inglês atravessou os séculos XII a XV em meio a

---

13 Período compreendido entre Geoffrey V de Anjou (1126) chamado de o primeiro Plantageneta, ao que apresenta a historiografia, por utilizar um emblema de uma vassoura *(planta genista*) e Ricardo III da Inglaterra (1485). Enquanto parte da historiografia inglesa concorde que o último rei Plantageneta de fato tenha sido Ricardo II, acreditamos que há uma continuidade política e familiar nos reinados subsequentes, até Ricardo III. Cf. WAGNER, John. **Encyclopedia of the Wars of the Roses.** Oxford: ABC-Clio, 2001.

14 JONES, Dan. The Plantagenets. **The Kings Who Made England.** Londres: Harper Press, 2012, p. 25. Tradução nossa.

15 LE PATOUREL, op. cit, p. 298.

16 GILLINGHAM, John. HOLT, James C. (Ed.) **War and Government in the Middle Ages:** Essays in honour of J.O. Prestwich. Woodbridge: Boydell & Brewer Press, 1984, p. 23.

17 JONES, op. cit., p. 38.

mudanças políticas, sociais, econômicas, e guerras turbulentas — internas e externas — notoriamente as guerras contra a Escócia, a Guerra do Cem Anos contra a França e o período da história inglesa que se consolidou em chamar de *Guerras das Rosas*.

1.1 O longo século XV: Sociedade e Conflitos

Para a sociedade inglesa do século XV, a monarquia e a instituição monárquica eram mais do que uma ordenação da vida política, eram "um princípio auto-evidenciado e necessário"; existia a aceitação de que a monarquia era "legitima, natural e inevitável"[18]. Desde o final do século XIV, era de direito do rei governar acima de todos os seus súditos e receber deles obediência, tendo precedência sobre as demais relações pessoais e/ou políticas. O rei, ainda um *primus inter pares*, tinha uma relação particular com o divino, além de responsabilidades que o destacavam dentre os demais. Nas palavras de Hicks (2002):

> A autoridade real era justificada pela relação especial que o rei tinha com Deus, como Seu tenente ou Seu representante, exercendo a autoridade política de Deus na Terra, e efetivamente, empunhando a espada temporal de Deus. A posição do rei era consagrada através de sua coroação pelo Arcebispo de Canterbury, pela unção com o óleo sagrado, pela coroa que usava em ocasiões formais, pelo trono no qual sentava no Parlamento e em audiências. [...] Reis, no entanto, não existiam puramente para seu próprio benefício, mas sim, para o benefício de seus súditos. [...] Monarcas, portanto, possuíam função e justificação social que os dava o poder de governar.[19]

Contudo, a monarquia inglesa da Baixa Idade Média estava longe de ser absoluta. Era uma monarquia limitada e mista. Tais limitações estavam formalizadas politicamente e legalmente em restrições e concessões tal como a Magna Carta, os Atos do Parlamento e a Lei Comum, exercidas em diversas localidades do reino. Essas convenções e instituições aliadas a autoridade real oriunda não apenas de sua relação com o divino mas de sua própria vontade, constituíam um sistema de princípios e práticas públicas, políticas e sociais que coordenavam o poder monárquico, no qual o rei era ao mesmo tempo "a representação do reino e o próprio reino"[20]. Dentro de suas capacidades e funções, o rei detinha certas responsabilidades principais sendo elas a defesa do reino e a distribuição da justiça. Como apontado por

---

[18] HICKS, Michael. **English Political Culture in the Fifteenth Century.** Londres: Routledge, 2002, p. 22.

[19] HICKS, op. cit., p. 22-23. Tradução nossa.

[20] WATTS, John. **Henry VI and the politics of Kingship.** Cambridge: Cambridge University Press, 1996, pp. 17-18.

Kantorowicz (1997), o rei e o reino eram partes de um corpo, que formavam uma pessoa conhecida como persona pública[21]. Se o rei era identificado como a cabeça desse corpo, ele deveria governar em harmonia com as demais partes, utilizando-se das virtudes cardeais e teológicas, tal qual descrito nos diversos manuais no formato dos *Espelhos de Príncipes.* Quanto às demais partes do corpo, a ação dentro da sociedade, cuja liderança se encontrava nas mãos da aristocracia, estava diretamente associada ao ato de governar do monarca. Segundo Hicks (2002), "nenhum monarca inglês conseguiria governar sem o auxílio de seus súditos. Não existia uma oposição natural entre rei e aristocracia: o conflito era a exceção e não a regra.”.[22]

O exercício da autoridade sobre demais homens era essencial para a manutenção e elevação do status de um aristocrata, sobretudo um magnata. Suas demonstrações de poder, mais do que aquelas apresentadas militarmente, comandavam respeito e lhe atribuíam uma reputação capaz de promover e trazer para si, o serviço de outros homens. O século XV para a monarquia inglesa, diferentemente dos períodos anteriores, apresentou características e quebras que propiciaram a emergência de poderes *extra* monárquicos. Watts (1996) aponta que a partir de 1450, durante o reinado de Henrique VI, houve uma quebra na norma do que era considerado um regime monárquico na Inglaterra. A primeira delas foi a retirada de membros da antiga e alta nobreza que faziam parte do Conselho Real, como William de la Pole, 4º Conde de Suffolk. Ele, cuja influência e agência sobre o rei e assuntos de governo tinha sido constante desde meados de 1430[23], e demais nobres foram trocados por membros endinheirados da sociedade que não possuíam deveres regionais atrelados à terra e, que portanto, não estavam configuradas dentro do mesmo sistema mencionado anteriormente.

Uma segunda consequência, foi a quebra de lealdade decorrente do afastamento dos grandes homens ou *magnatas*, que geralmente faziam parte do Conselho Privado do rei. Os novos conselheiros não eram capazes de fornecer apoio ao rei já que seus interesses não

---

[21] Cf. KANTOROWICZ, Ernest. **The King’s Two Bodies.** Princeton: Princeton University Press, 1997.

[22] HICKS, op. cit., p. 26. Tradução nossa.

[23] JONES, Dan. **The Hollow Crown**: Wars of the Roses and the Rise of the Tudors. Londres: Faber & Faber, 2014, p. 173. Versão digital.

residiam no bem comum do reino,[24] mas nos bens materiais da Coroa, ou seja, as riqueza e poder que estavam associadas ao rei e à monarquia.[25] Sobre isso, Watts (1996) escreve:

> Com o poder real efetivamente nas mãos de uma representação corporativa de seu corpo público, passaria de existir a distinção entre os interesses reais e os interesses comuns. [...] Em meio a isso, o rei e a aristocracia, cabeça e membros do antigo corpo político foram removidos do poder: o primeiro não tinha escolha a não ser concordar com as decisões e direcionamentos de seu Conselho e Parlamento; enquanto o segundo acabou sendo exilado em suas terras em pacífica obscuridade.[26]

Um outro fator contribuinte para a mudança na dinâmica monárquica de meados do século XV foi a questão dinástica e, portanto, a competição pelo trono. Watts aponta que as lealdades se dividiram devido à existência de alternativas ao reinado de Henrique VI. No entanto, o autor aponta, a remoção de um rei tinha consequências monumentais já que ele tinha posição chave no depósito da unidade governamental na qual todo o sistema era dependente. Sem uma unidade centralizada, "a lealdade deveria ser conquistada"[27]. Ainda sobre o período, Horrox (2003) escreve:

> [...] o longo século XV *foi* diferente dos séculos anteriores, e em verdade, daqueles que o seguiram, pelo simples fato do número de deposições [...] Quatro reis foram removidos à força do trono. [...] No século XV, deposições pararam de ser algo do imaginário irreal. No entanto, se argumenta atualmente que talvez não tenham sido uma consequência da erosão de poder e da importância da coroa. O que alterou a situação da Coroa, pela primeira vez desde o século XII, foi o fato de que a oposição ao rei poderia ser legitimada pela existência de rivais com direito ao trono.[28]

De fato, a questão dinástica foi de grande importância para o seio da sociedade inglesa e um dos pontos centrais na manutenção da Coroa que foi levado em suas últimas consequências ao conjunto de conflitos sociais, políticos e econômicos que se convencionou chamar dentro da historiografia como *Guerras das Rosas.* O termo que, ao contrário do que popularmente se pensava, teria aparecido pela primeira vez em 1835 em um livro infantil

---

[24] Partindo do pressuposto que os chamados "grande homens" ou *magnatas* eram senhores de terras e portanto não apenas representantes dos súditos locais da Coroa mas também estavam a par do que ocorria em suas terras e nelas dispensavam a justiça real.

[25] WATTS, op. cit., p. 41.

[26] *Ibid,* p. 50. Tradução nossa.

[27] *Ibid,* p. 51. Tradução nossa.

[28] HORROX, Rosemary. **'England: Kingship and the Political Community,** 1377- c.1500'. In: RIGBY, S. H. (org.). A Companion to Britain in Later Middle Ages. Oxford: Blackwell Publishers, 2003, p. 226. Tradução nossa. .Grifo da autora.

sobre a história da Inglaterra intitulado *Little Arthur's History of England* de Maria Callcott, muito embora a rosa fosse um símbolo disseminado e presente em diversos emblemas, escudos e brasões durante o período medieval europeu. A simbologia das duas rosas — branca representando a casa de York e vermelha representando a casa de Lancaster — se tornou uma imagem comum, principalmente depois da incorporação de ambas no final do século XV, a partir da criação da rosa Tudor, representando, portanto, a união das duas casas dinásticas através do casamento de Elizabeth de York e Henrique Tudor, o que conectava a descendência do novo rei, cujo direito ao trono era controverso devido as suas origens,[29] a uma ancestralidade que remetia ao patriarca Plantageneta, Eduardo III. Mas a disputa entre as duas famílias, apesar de popularizada por diversos historiadores do século XVI como Raphael Holinshed e Edward Hall e dramatizadas por William Shakespeare, nos parece generalizante diante da complexidade do século em que se insere.

Sabe-se que era uma dentre diversas causas que abalaram a Inglaterra no período supracitado. Como apontado previamente, a monarquia inglesa sofreu uma série de abalos e quebras que a afligiram. Aliados a essas questões, encontram-se também problemas externos que tiveram impactos internamente, como perdas territoriais na França, os problemas econômicos derivados da Guerra dos Cem Anos e seu fim desastroso para a Inglaterra, os clamores por reformas políticas oriundas das repercussões da própria guerra e da fragilidade da Coroa, a rebelião de Jack Cade[30] e os problemas de saúde do rei ao longo da década de 1450. Todos esses fatores debilitaram a instituição monárquica, desequilibrando o sistema de poderes, cujo representante era politicamente instável e inapto. Tanto Horrox (2003) quanto Hicks (2002) e Watts (1996) apontam que a incapacidade de Henrique VI em governar e se mostrar como um modelo de monarca — tal qual seu pai havia sido, e portanto cumprindo as expectativas nele depositadas tanto pela aristocracia quanto pela sociedade — enfraqueceu sua imagem e contribuiu para que uma rede de alianças chefiada por seu primo, Ricardo, 3º

---

[29] Henrique Tudor (Henrique VII da Inglaterra) era descente de duas linhagens reais. A linhagem dos Beaufort em seu lado materno que era bastarda, oriunda de João de Gante um dos filhos de Eduardo III e sua amante e depois esposa Katherine Swynford, mas foi legitimada por Ricardo II e pela Igreja. E, em seu lado paterno, fazia parte de uma linhagem da nobreza galesa através de seu avô, Owen Tudor e da família real francesa, através de sua avó, Catherine de Valois. No entanto, ao que se sabe, o relacionamento entre ambos foi secreto e possivelmente não tenha existido um casamento legítimo, o que configurariam seus descendentes como bastardos.

[30] "Jack Cade's rebellion of 1450 was one of the most important popular uprisings to take place in England during the Middle Ages. It began as an orchestrated demonstration of political protest by the inhabitants of south-eastern England against the corruption, mismanagement, and oppression of Henry VI's government.". Cf. HARVEY, I.M.W. **Jack Cade's Rebellion of 1450.** Oxford: Clarendon Press, 1991, Abstract.

Duque de York, pudesse criar uma oposição a seu reinado, apresentando um candidato legítimo, cujos prospectos pareciam mais favoráveis do que os seus. Os conflitos entre ambas famílias podem ser entendidos em três fases distintas: 1459-1461, 1469-1471, e 1483-1487[31], o que indica que a guerra não foi contínua e seus períodos de guerra ativa e latente foram breves. É no seio dos confrontos dinásticos e crises sociais que surge aquele que seria o último rei Plantageneta.

1.2 Ricardo III: Aspectos Biográficos

Quando tratamos de monarcas, suas vidas e reinados, nos deparamos com uma vasta documentação, seja de origem jurídica como Atos Parlamentares, política como Anais de Governo, ou biográfica, como as crônicas, *vita* e *gesta*. No que diz respeito ao caso da personagem histórica de Ricardo III e a sua imagem, tanto como rei quanto como Duque de Gloucester, encontramos pouca documentação produzida durante sua vida, mas uma grande parcela de compilações, poemas, peças e histórias, realizadas após a sua morte. Contudo, de uma forma geral, podemos concentrar a produção manuscrita de passagens sobre a sua vida de maneira mais detalhada, nas crônicas e registros civis feitas durante as décadas de 1470 e 1480, período em que seus poderes políticos e militares estavam em ascensão. Essa, por sua vez, pode ser dividida em duas partes: sua carreira como Duque de Gloucester (1469-1483) e seu reinado (1483-1485).

No período compreendido entre seu nascimento, em 22 de Outubro de 1452 no Castelo de Fotheringhay em Northamptonshire, e maturidade a Inglaterra se encontrava em momento em que o âmago de seu sistema social e político estava, como apontado anteriormente, abalado devido ao enfraquecimento da monarquia e da figura do monarca, sob o reinado de Henrique VI, ao mesmo tempo em que se percebe o fortalecimento de magnatas e da aristocracia[32], centrados, dentre outros, em personagens como seu pai, Ricardo, 3º Duque de York, seu irmão, Eduardo IV e seu primo Ricardo Neville, 16º Conde de Warwick. Muito embora tenha existido e, em alguns casos ainda exista, um grande contingente de produções sobre os conflitos internos durante o período das Guerras das Rosas, que seriam utilizados por

---

[31] Cf. HICKS, Michael. **The Wars of the Roses**: 1455-1487. Oxford: Osprey Publishing, 2003, p. 7.

[32] Cf. POLLARD, Anthony J**. The Wars of the Roses. (British History in Perspective).** Hampshire: Palgrave, 2001.

cronistas com afinco ao longo do século XVI[33], pouco se sabe sobre sua infância e adolescência. O primeiro registro que se tem conhecimento sobre ele, se encontra no relato de Osbern Bokenham, um frade agostiniano do Priorado de Clare[34] em Suffolk. Em *The Dialogue at the Grave of Dame Johan of Acres*, mais conhecido como *The Clare Roll,* um manuscrito produzido em 1456, Bokenham lista a família do terceiro Duke de York, destacando sua descendência e, entre seus filhos, aponta Ricardo que até então tinha três anos, como "ainda vivo"[35].

Com a ascensão de seu irmão ao trono como Eduardo IV, em 1461, o jovem Ricardo Plantageneta se torna príncipe do reino, cavaleiro da Ordem da Jarreteira e é agraciado com o título de Duque de Gloucester. Em 1464, sua educação passa aos cuidados de Ricardo Neville, 16º Conde de Warwick[36], conhecido como *The Kingmaker.* Warwick se encontrava no centro das tensões políticas da corte, era responsável pela manutenção das políticas diplomáticas inglesas e detinha o controle de uma vasta parcela de terras que se estendiam à Gales e à Escócia. É provável, como apontam Hicks (2000) e Ross (1981), que Ricardo de Gloucester tenha aprendido como se portar em ambientes sociais e políticos com Warwick, e que sua presença teve uma forte influência na formação pessoal e política do jovem [37,38]. Além disso, é plausível afirmar que em seus anos formativos, o então Duque de Gloucester tenha iniciado suas conexões com a aristocracia do norte da Inglaterra ao ser introduzido ao círculo social da família Neville, e entre esses, conheceu Francis Lovell, cujo papel seria de grande importância em sua carreira militar e política a partir de 1471. Ao que nos parece, as experiências que Ricardo teve durante sua infância e adolescência refletiram em suas decisões ao longo da década de 1470 até sua chegada ao trono em 1483. Segundo Ross (1981):

---

[33] Cartas, registros civis, Atos Parlamentares (Parliamentary Rolls) e histórias compiladas no período foram base para as crônicas de autores como Polydore Virgil, Robert Fabyan, Raphael Holinshead e Edward Hall.

[34] Priorado que em si possui ligações com a monarquia inglesa e as Guerras das Rosas, sendo local de descanso final de membros da família real ou de reclamantes do trono como Lionel de Antuérpia, Duke de Clarence (†1368) e Edmundo Mortimer, 5º Conde de March (†1425), cujos bens passaram para seu sobrinho, Ricardo, Duque de York, pai do futuro Ricardo III.

[35] HORSPOOL, David. **Richard III. A Ruler and His Reputation.** Londres: Bloomsbury, 2015, p. 17.

[36] Sabe-se que em 1465, Warwick recebeu de Eduardo IV a quantia de £1000 pela manutenção dos custos envolvidos na educação do Duque de Gloucester e de Francis Lovell. ROSS, 1981, apud SCOFIELD, 1923, I, p. 216.

[37] HICKS, Michael. **Richard III.** Stroud: The History Press, 2000, 2ª edição, p. 70.

[38] Cf. ROSS, Charles. **Richard III.** Londres: Eyre Methuen, 1981, p. 159-161. Versão digital.

> Ricardo teria se tornado insensato e ignorante (e não existem evidências de que fosse nem um, nem outro) se não tivesse refletido sobre essas primeiras experiências. Seu pai havia sem sucesso reivindicado o trono da Inglaterra contra um rei consagrado […] Seu irmão usou da força bruta com maior eficiência para conquistar o trono: sua reivindicação legal era em boa parte irrelevante perante a realidade política. Seu guardião, o conde de Warwick, tinha sido ainda mais brutal em sua eliminação de rivais políticos — especialmente os Woodville — sem o suporte legal, e conseguiu, acidentalmente, demonstrar o poder de um grande senhor do norte com conexões dentro da política nacional.[39]

Como mencionado anteriormente, a sociedade da Baixa Idade Média era baseada na administração e ocupação da terra por aristocratas, fossem magnatas ou membros da baixa aristocracia. Normalmente o que se nota é uma presença maior dos magnatas no cenário político nacional do que no regional que, por sua vez, era dominado por seus retentores, aqueles que lhe prestavam serviços. Através de seus "locatários", os magnatas exerciam seu poder regional, esses muitas vezes ligado à proteção de suas terras. A manutenção do *status* da aristocracia, fosse ela alta ou baixa, estava ligada a sua condição de autopreservação. Em outras palavras, a habilidade de sustentar um certo modo de vida, que o atrelava não apenas à terra e à sua região, mas também ao rei. Mais do que manter um *status* perante os demais membros da sociedade, cabia à aristocracia "cair nas graças"[40] daqueles que se encontravam no poder. Ao se dispor ao lado do rei, contra seu antigo mentor, Warwick, e seu irmão, George de Clarence durante a rebelião de 1469-1471, Ricardo de Gloucester assertivamente se estabeleceu no cenário político, preservando sua lealdade ao monarca, segundo os preceitos da cavalaria, pois a "fidelidade para com o rei era uma virtude essencial dentre os cavaleiros, sendo a traição, sua oposição, desonrosa"[41] e passível de punição.

No período imediatamente seguinte à rebelião, compreendido entre 1471 e 1473, Ricardo gozou de poderes territoriais, políticos e militares que o transformaram em um magnata maior do que Warwick havia sido anteriormente. De fato, com a queda de Warwick, o então Duque de Gloucester acumulou cargos, títulos e terras[42] antes pertencentes ao falecido conde, assim como novos cargos a ele entregues por Eduardo IV. Dentre eles, destacam-se sua

---

[39] ROSS, op. cit., p. 194. Versão digital. Tradução nossa.

[40] HICKS, Michael. **Richard III and His Rivals. Magnates and Their Motives in the War of the Roses.** Londres: The Hambledon Press, 1991, p. 45. Tradução nossa.

[41] *Ibid*, p. 52. Tradução nossa.

[42] Ricardo recebe de Eduardo IV os cargos de *Constable* e Almirante da Inglaterra, *Great Chamberlain* da Inglaterra além das terras da herança de sua esposa, Anne Neville (filha mais nova de Warwick) após a morte de seu irmão George de Clarence, em 1478. Sobre a disputa entre Gloucester e Clarence pela herança de Warwick, cf. HICKS, op. cit., Cap. 18.

incumbência como *lorde presidente* do Conselho Administrativo do Norte, em 1472, e mais tarde, como Tenente do Norte, em 1480, e Comandante Chefe dos exércitos reais, em 1482, durante as guerras contra a Escócia[43]. Com tais cargos acumulados, foi concedido a ele controle de todo o norte da Inglaterra assim como poder e autoridade sob os demais aristocratas da região[44]. Aplicando a mesma lógica que Warwick já havia utilizado, contratou o serviço[45] de outros membros da aristocracia como os condes de Northumberland e Westmorland, a Lorde Scrope e Lorde Dacre. Ou seja, seus homens passaram a ser, em última instância, governados por Ricardo, o que Hicks (2013) aponta, teria o transformado em *de facto* "Lorde do Norte".[46] Ao longo de sua trajetória em direção ao poder, percebemos como a monarquia e a associação de Gloucester com ela contribuíram conjuntamente às políticas por ele criada, para a sua ascensão. Segundo Ross (1981):

> O que pode ter começado como um gesto de gratidão logo se associou à uma política consciente de fazer de Ricardo, herdeiro dos cargos, propriedades e influência antes gozada por Warwick no norte da Inglaterra.[47]

Podemos entender essa política de Eduardo IV, como uma *política de reparação* em que a punição para os crimes cometidos contra a Coroa e, mais além, contra a figura do rei, eram realizadas mesmo após a morte daqueles que as cometeram através do confisco de terras e cargos por parte da monarquia e o favorecimento daqueles que se mantinham leais à Coroa. Nesse sentido, também é possível observar e compreender a operação do conceito de honra. Segundo Hicks (2000), honra era capaz de "fornecer motivos adicionais para a ação política"[48], como eram os casos das disputas solucionadas através da arbitragem realizada por aristocratas. Duplamente, portanto, ao punir Warwick e seus aliados, Eduardo IV em

---

[43] Conflitos armados contra a Escócia ocorriam desde o século XIV como parte das Guerras Anglo-Escocesa pelo fim do domínio inglês sobre a Escócia (por parte dos escoceses) e manutenção do mesmo domínio (por parte dos ingleses). Ricardo, então Duque de Gloucester foi delegado ao papel de comandante militar nesse conflito. Cf. CUNNIGHAM, Sean.*"The Yorkists at War: Military Leadership in the English War with Scotland 1480-82"*. In: KLEINEKE, Hannes. STEER, Christian (ed.). **The Yorkist Age.** Proceedings of the 2011 Harlaxton Symposium. Donington: Shaun Tyas/ Paul Watkins Publishing & Richard III and Yorkist History Trust, 2013, pp. 175-195.

[44] "Dominance was what he achieved, not by force but by compromises that made him pre-eminent throughout the region while leaving his rivals free of interference in their own countries". HICKS, op. cit., p. 264.

[45] *Extraordinary retainers*, como apontado por Hicks. Cf. HICKS, 2013, Cap. 2.

[46] HICKS, 2013, p. 56.

[47] ROSS, op.cit., p. 203. Versão digital. Tradução nossa.

[48] HICKS, 2000, p. 54. Tradução nossa.

contrapartida, eleva Gloucester, se aproximando da Coroa, mantendo uma configuração política, segundo os preceitos e expressões dos modelos do código de cavalaria ainda propagados e afirmados durante o final do século XV. Com a acumulação de terras de Warwick e o casamento com Anne Neville, Ricardo teria solidificado suas relações com o norte inglês, como aponta Ross (1981):

> A aquisição de terras e cargos antes pertencentes ao conde de Warwick, e antes dele por seu pai Richard Nevill, conde de Salisbury e seu avô Ralph Nevill, conde de Westmorland no norte da Inglaterra por Ricardo de Gloucester, associadas ao seu casamento com a filha de Warwick, provaram ser de suma importância em sua admissão à sociedade territorialista, regionalizada e extremamente independente dos condados nortistas.[49]

Tais ações propiciaram a consolidação do poder de Ricardo no norte da Inglaterra e dentre os magnatas ingleses, em um período de dez anos, tendo seu auge, em 1483, quando em ato parlamentar, o rei cria um Palatinado hereditário, comprimindo os condados de Cumberland e Westmorland, além de terras adicionais na Escócia (que fossem conquistadas durante a guerra), e o entrega a seu irmão, Duque de Gloucester. Segundo Hicks (2000):

> Ricardo de Gloucester foi um elemento essencial na imagem projetada de unidade real entre 1478 e 1483. Ele havia justificados seu *status* como o maior dentre os súditos através de seu serviço contra inimigos internos e externos e havia cumprido tudo o que era esperado dele.[50]

A criação do Palatinado[51] determinava que o território selecionado, sairia do controle da jurisprudência do rei e passaria a ser governado por seu senhor, nesse caso, Gloucester. Adicionalmente, em associação aos demais cargos e títulos que já possuía, Ricardo e seus herdeiros passariam a ter o controle não apenas político-territorial, mas também militar da região. “Pela primeira vez”, aponta Ross (1981), “um grande contingente militar em posse da Coroa passava não mais pelo controle direto da monarquia mas sim, através da agência privada e hereditária.”.[52] Sua fidelidade e prestação de serviços para a Coroa havia lhe beneficiado de tal maneira que, no final da década de 1470 e início de 1480, Ricardo de Gloucester detinha mais poderes e terras do que qualquer outro aristocrata inglês e era, muito

---

[49] ROSS, op. cit., p. 266. Versão digital.

[50] HICKS, 2000, p. 95. Tradução nossa.

[51] O único outro palatinado dentro da Inglaterra foi o de Lancashire, criado em 1351. Ele foi incorporado à monarquia, distinto das demais posses da Coroa em ainda existe sob o domínio do monarca inglês, que o governa sob o título de *Duque de Lancaster*. Informação disponível em: https://www.duchyoflancaster.co.uk/about-the-duchy/history/. Acesso em 21 de setembro de 2018.

[52] ROSS, op. cit., p. 207. Tradução nossa. Versão digital.

provavelmente, o mais poderoso dentre eles. Contudo, é importante ressaltar que a lealdade e as alianças eram mutáveis no jogo político, sobretudo no ambiente inglês no final do século XV. A lealdade, diferentemente da fidelidade, aponta Hicks (2000), não era uma "virtude, mas sim, um dever, um serviço a ser prestado. A nobreza tinha diversas lealdades, mas apenas uma fidelidade — a obediência e devoção para com o ofício do rei — que ultrapassava os demais vínculos.".[53]

Com base nessas afirmações e nas atitudes de Ricardo em sua incumbência como Duque de Gloucester, podemos presumir que não existiam expectativas ou indicadores que apontassem para a usurpação do trono antes de 1483. Segundo Kendall (1955), Ross (1981) e Hicks (1991)[54], suas preocupações e ambições estavam mais diretamente ligadas às políticas locais em seus domínios no norte da Inglaterra do que com aquelas de caráter nacional, muito devido aos cargos e poderes que exercia nessa região. Ainda mais, Ross (1981), escreve que após 1478 e, até o final do reinado de Eduardo IV, Ricardo se distanciou do ambiente político da corte, mencionado apenas brevemente quando relacionado à guerra contra a Escócia.[55] Ele foi politicamente agressivo e astuto em sua solidificação do poder, realizando alianças e acordos com seus subordinados e demais magnatas no norte, dentre eles os Percy e os Stanley. Segundo Hicks (1991):

> […] Gloucester era orgulhoso, ambicioso, agressivo, aquisitivo e corajoso. Não é de se surpreender que também era independente e um tanto subserviente em suas políticas. Ele examinava seus direitos e posses de forma assertiva, calmamente identificava seus interesses essenciais dentro da ótica de objetivos a longo prazo e agia obstinadamente e com determinação sobre eles.[56]

Além do mais, ao que concerne suas relações e habilidades interpessoais, fosse como patrono ou árbitro, ainda nas palavras de Hicks (1991) ele "tinha a capacidade de inspirar, manipular, ganhar lealdades duradouras e criar memórias nostálgicas. […] Tais técnicas reforçavam os laços de afinidade, proximidade e senhoria.".[57] Contudo, apesar de seus *status* tanto no norte quanto no contexto monárquico, Gloucester não tinha em suas mãos meios

---

[53] HICKS, 2000, p. 75. Tradução nossa.

[54] Cf. KENDALL, Paul. **Richard III.** Londres: Allen & Unwin, 1955, Cap. 3; ROSS, op. cit., Cap. 3.; HICKS, 2000, Cap. 2.

[55] ROSS, op. cit., p. 223-225. Versão digital.

[56] HICKS, 1991, p. 277.

[57] HICKS, op. cit., p. 265.

econômicos suficientes para gerir seu patrimônio. Ao que se sabe, não existia um padrão em sua renda que pudesse cobrir seus gastos pessoais e aqueles que fossem necessários para a manutenção de seus domínios.[58] A morte do rei em abril de 1483, a menoridade de Eduardo V, as circunstâncias políticas associadas ao vácuo de poder e o fortalecimento da facção formada pela família da rainha-mãe — os Woodville — no sul da Inglaterra, que se opunha à Gloucester desde 1478 e com maior intensidade após a morte do rei, aliadas às necessidades econômicas enfrentadas por ele, favoreceram sua tomada do poder. A grande questão sobre esse período, que se estende de abril a junho de 1483, se desenvolve não apenas sobre a maneira como os acontecimentos se desencadearam rapidamente, mas sobretudo acerca da natureza das decisões tomadas em um momento crítico de transferência e consolidação do poder.

Os eventos que se apresentam como decisivos para a chegada de Ricardo ao trono da Inglaterra podem ser divididos em três fases: a primeira delas consistiria na mobilização de Ricardo de Gloucester e seus aliados, em particular o Duque de Buckingham. Eles interceptam a comitiva de Eduardo V à caminho de Londres, onde tomam controle do jovem rei e prendem membros de sua comitiva que fosse associados à rainha mãe — em particular Conde de Rivers e Richard Grey — entre 30 de abril e 1 de maio de 1483. Em seguida, adentram Londres no dia 4 do mesmo mês, acompanhados por 500 homens[59] que formavam seu contingente militar.

O segundo momento pode ser identificado após Gloucester ser incumbido com o cargo de Lorde Protetor da Inglaterra, cargo esse que ele cumpriria apenas até a coração de Eduardo V, estipulada para 22 de junho daquele ano. Estando ele munido de tais capacidades de poder e regência, Gloucester substituiu membros dos altos cargos de governos por homens de sua confiança. A partir desse ponto, a propaganda anti-Woodville cresceu dentro e fora do centro da monarquia, buscando minimizar o poder e o alcance de influência que a família Woodville-Grey detinha.

---

[58] HICKS, op. cit., p. 270 apud COLES, 1961, apêndice B.

[59] Provavelmente oriundos de seus *retainers* no norte da Inglaterra.

A terceira e última fase, pode ser considerada a mais brutal e violenta delas, tanto em uma concepção política quanto em uma visão bélica. Entre 13 e 20 de junho, Ricardo acusa e prende membros do clero, como o arcebispo Rotherham e o bispo Morton de conspirarem contra ele e seu cargo. Sob a mesma forma de acusação, prende e executa Lord Hastings, cuja influência e liderança tinha sido de extrema importância durante o reinado de Eduardo IV. Gloucester então, toma sob seus cuidados o Duque de York, o herdeiro do trono, colocando-o junto do jovem Eduardo V na Torre de Londres. Entre 22 e 25 de junho, os membros da família da rainha mãe e seus apoiadores que haviam sido presos no início de maio, são executados em Yorkshire, local de maior influência de Gloucester. Esse conjunto de ações, segundo historiadores como Hicks (1991), Ross (1981) e Jones (2014), demonstram a urgência de Ricardo em se estabelecer no centro da monarquia e a eficácia das relações poder e alianças forjadas entre ele e os aristocratas do norte da Inglaterra. Sobre essas fases, Jones (2014) escreve que:

> Ao agir tão impiedosamente para derrubar os Woodville, Ricardo teria em demonstrado muito do mesmo espírito de liderança com perspicácia e coragem apresentado por seu irmão Eduardo em seus momentos de glória. […] No entanto, ao ter emprisionado o rei e parcialmente eliminado seus inimigos, Ricardo se encontrou em uma posição complicada. Suas ações brutais ecoavam àquelas de seu pai durante o reinado de Henrique VI: a tomada de controle da Inglaterra através de um golpe era, de uma forma, a parte mais fácil; construir um governo real estável e duradouro baseado em facções sedentas por poder era uma tarefa extremamente mais difícil.[60]

Tal como seu pai, Ricardo utilizou da questão dinástica para basear sua reivindicação ao trono inglês, muito embora também tenha empregado outros fatores, tal como a comprovação de ilegitimidade de seus sobrinhos,[61] para ascender ao trono de fato em 6 de julho de 1483. Contudo, segundo Horrox (2003), existia um outro fator que não permitiu com que a coroação de Eduardo V fosse realizada. Além da acusação de ilegitimidade, existia uma inimizade por parte de certos membros do Conselho Real e da aristocracia pela família Woodville-Grey. Ao considerarmos os fatores apresentados, duas conclusões podem ser obtidas a partir da tomada do poder por Ricardo III: em primeiro lugar, a fragilidade da restauração de estabilidade política e social proposta por Eduardo IV, que após 1483, lançou a Inglaterra em uma nova fase de conflitos. Para além desses fatores, temos também a questão

---

[60] JONES, op. cit, p. 551-552. Versão digital.

[61] Dado a partir da suposta existência de contrato nupcial previamente estabelecido entre Eduardo IV e Lady Eleanor Butler que, por sua vez, anulava o casamento com Elizabeth Woodville. RP 1483-85 p. 241

da menoridade de seu filho mais velho que intensifica tal fragilidade. Em segundo lugar, essa mesma instabilidade teria ocasionado uma ruptura dentro da facção casa de York e de suas alianças, que, ao mesmo tempo em que auxiliaram Ricardo em sua chegada ao poder, também proporcionaram aberturas para manobras e manipulações políticas que o derrubariam em 1485. Segundo Hicks (2000), o que se pode compreender acerca de seus artifícios empregados nas três fases é o fato de que:

> Ele primeiramente utilizou-se de métodos e argumentos para conseguir garantir seu protetorado, e depois para justificar seu título como rei, mas tais ações não demonstravam que a usurpação tenha sido sempre seu objetivo. Ele era apenas parcimonioso. Propaganda é o meio para diversos fins.[62]

1.3 Fontes Ricardianas: Dinastia, poder e memória

Ao longo dos anos que se seguiram desde sua usurpação do trono inglês em 1483 ou, até mesmo previamente, datando do período de sua incumbência como Duque de Gloucester nos anos de 1470, uma gama de crônicas, poemas, relatos e compilações genealógicas e armoriais foram realizadas sobre a vida de Ricardo III da Inglaterra. Pode-se constatar através de uma análise quantitativa das fontes primárias a ele relacionadas que, em sua maioria, que aquelas que nos dão embasamento histórico sobre essa personagem, foram produzidas ou concluídas durante o século XVI, mesmo que seu início tenha se dado no século anterior. Porém, antes de identificar esse material, é preciso compreender o termo *crônica*. Gervase de Canterbury, monge e cronistas inglês, classificou no final do século XII a diferenças entre história e crônica. Segundo ele:

> É característico da história contar a verdade, persuadir aqueles que a leem e a escrevem com palavras comedidas e frases elegantes e informá-los verdadeiramente sobre os feitos e vidas de qualquer um que descreve; é um estudo nacional essencial. Uma crônica, por outro lado, reconta os anos, meses e calendas desde a Incarnação de nosso Senhor, e brevemente nos informa acerca dos feitos de reis e príncipes que ocorrem naqueles tempos apontados, além de registrar qualquer prodígio, milagre ou demais eventos.[63]

Apesar de sua colocação classificando a história como detentora da "verdade" e composta de maneira mais literária enquanto estabelece que a crônica seguiria um padrão que relacionavam a ordem de fatos e eventos organizados de maneira cronológica, é comum

---

[62] HICKS, 2000, p. 180.

[63] GALBRAITH, Vivian H. **Kings and Chroniclers.** Londres: Hambledon Press, 1982, p. 2 apud CANTERBURY, de Gervase. STUBBS, William. (org.) The Historical Works of Gervase of Canterbury (Rolls Series, 1879-80, 2 vols), i. 87.

encontrarmos casos em que os dois gêneros se sobrepõem. Isso é notado também quando comparadas aos anais. Embora as crônicas possuam em suas composições anais e datações, Guenée (1980) define as diferenças entre ambos a partir de um modelo que estabelece a crônica como "uma compilação de diversas fontes escritas e padronizadas, para além dos relatos acerca de eventos"[64]. O que se percebe no material selecionado para esse trabalho, redigido no final do século XV e ao longo do século XVI, é que a relação entre os três gêneros é tênue, já que se tratam de produções escritas, majoritariamente utilizadas para relatar narrativas consideradas importantes, transmitidas aos leitores através das perspectivas do autor/autores, que pode ou não ter participado ou testemunhado os eventos que ele ou ela narram.

Até o século XIII, a produção manuscrita na Inglaterra era realizada em sua maioria, em mosteiros. Porém, o que se percebe é que tal prática começa a perder espaço já no século XIV, quando a escrita de uma maneira geral passa a ser transformada através, primeiramente dos comentadores de obras religiosas, através da fundação de casas de impressão e editoras *(printing houses)* no século XIV[65] e, no século XIV, com uma produção literária extensa em língua vernacular não apenas de tópicos religiosos mas também com temáticas épicas, históricas, trágicas e cômicas. Em meados do século XV, percebe-se um aumento na quantidade de textos e autores não apenas porque as crônicas e histórias se tornam cada vez mais vinculadas e produzidas nas cortes aristocráticas e reais,[66] mas também pelo início da comercialização[67] da literatura vernacular. Tal produção, no entanto, também contava com livros não-comerciais, atrelados às condições regionais de produção e circulação dos materiais necessários para a confecção de um manuscrito, assim como a influência e rentabilidade de

---

[64] GUENÉE, Bernard. **Histoire et Culture Historique dans l'Occident Medieval.** Paris: Aubier Montaigne, 1980, p. 203-204

[65] em 1476 com William Caxton. Cf. EDWARDS, Anthony S.G. **William Caxton and the introduction of printing to England.** British Library, 31 de Janeiro de 2018. Disponível em: https://www.bl.uk/medieval-literature/articles/william-caxton-and-the-introduction-of-printing-to-england. Acesso em 20 de novembro de 2020.

[66] WILSON, Chris G. ***'Official and Semi-Official History in the Later Middle Ages: The English Evidence in Context.***' IN: KOOPER, Erik. (Ed.). The Medieval Chronicle V. Nova Iorque: Rodopi, 2008, p. 1. Sabe-se que a última leva de crônicas a serem produzidas em mosteiros foi realizada durante o reinado de Ricardo II. As *Crônicas de Croyland*, no entanto, são uma exceção à regra, muito em parte devido à sua característica singular de continuidades e diversidade de autores.

[67] MOONEY, Linne R. ***Vernacular literary manuscripts and their scribes.*** In: GILLESPIE, Alexandra. WAKELIN, Daniel. (Org.). The Production of Books in England. 1350-1500. (Cambridge Studies in Palaeography and Codicology). Cambridge: Cambridge University Press, p. 200.

patronos e suas propriedades que garantiriam fundos a longo prazo para a produção de livros, como foi o caso de Warwickshire, com as famílias Beauchamp-Neville[68].

Através do fortalecimento da administração e do poder real, a centralidade passa dos mosteiros para as cortes, o que não significava, no entanto, que toda "história oficial" era produzida por indivíduos que gozavam do patrocínio do monarca. Sabe-se também que os copistas ou escribas que contavam com diferentes tipos de fontes durante seu processo de criação. Seguindo a tradição clássica, os cronistas medievais procuravam obter a maior parte de seus relatos através de pessoas de prestígios, possivelmente membros da corte onde ele se inseria, que de fato tinha conhecimento em primeira-mão sobre o acontecimento a ser compilador por ele ou que possuíam conexões com aqueles de quem a crônica tratava. Contudo, como analisado por Houts (1999):

> […] essa informação pode ter sido transmitida oralmente, de boca em boca antes de ser registrada na forma escrita, e a versão que temos atualmente pode não ser o registro original; é possível que tenha sido copiada a partir de uma versão escrita anterior e talvez deliberada mente modificada nesse processo. Alguns cronistas escreviam a partir de suas experiências pessoais e muitos confiavam até certo ponto em evidências orais derivadas de terceiros, mas praticamente todos também utilizavam as evidências escritas.[69]

De fato, com a mudança do eixo fabricante de crônicas para as cortes, e em alguns casos, para as cidades, houve uma expansão na produção e também daqueles que as produziam, criando uma demanda e um acrescimento na circulação de documentos (crônicas, panfletos, poemas e derivados) dentro não apenas da corte, mas também na extensão territorial monárquica e através do continente europeu. No caso da Inglaterra, o centro da produção e difusão textual era Londres, cuja vasta seleção de material escrito era consumida por uma audiência composta majoritariamente de mercadores abastados[70]. E, embora tais documentos tivesse origens variadas, na maioria das vezes se tratava de histórias e relatos que remetiam ao monarca, sua unidade doméstica (*household*), reinado e ao próprio reino.[71] Como apontado por Chris Wilson (2008):

---

[68] POUZET, Jean-Pascal. ***Book production outside commercial contexts.*** In: GILLESPIE, Alexandra. WAKELIN, Daniel. (Org.). The Production of Books in England. 1350-1500. (Cambridge Studies in Palaeography and Codicology). Cambridge: Cambridge University Press, 2011, p. 216.

[69] HOUTS, Elizabeth van. **Memory and Gender in Medieval Europe.** 900-1200. Londres: Macmillan, 1999, p. 19.

[70] MOONEY, op. cit, p. 196

[71] WILSON, op. cit., p. 4-5.

> Burocratas na França, Inglaterra e demais localidades começaram sistematicamente a fazerem cópias dos mandados, contratos, patentes, memorandos e demais documentos que eram produzidos por eles, a fim de organizar seus arquivos, e circular o crescente número de documentação para os mosteiros, cortes regionais, paróquias e etc, cujo resultado foi uma explosão de informação que não nos parece exorbitante comparar com o impacto do rádio, televisão e da internet no século XX. Desse modo, a partir de 1300, se não antes, a magnitude da tarefa do cronista havia mudado significantemente.[72]

Em meio a esse *boom* de informações, os cronistas e biógrafos das cortes dos séculos XIV e XV passam a selecionar, mais do que simplesmente compilar, as histórias e registros governamentais de seus patronos e monarcas. Além do mais, a circulação de documentos aumenta significativamente com invenção da prensa móvel na segunda metade do século XV. Não nos causa espanto notar, portanto, que exista um aumento não apenas no fluxo de crônicas e histórias dentro da sociedade inglesa, mas também de leitores e opiniões sobre os assuntos relatados nesses documentos em circulação[73].

As crônicas e histórias poderiam ser escritas e compiladas por diversas razões. Gransden (1982) aponta que "são poucos os casos em que há evidências que sugiram que uma crônica tenha sido escrita por uma encomenda direita"[74]. Ela divide estímulo para a produção literária na Inglaterra em duas categorias: incentivos internos e incentivos externos[75]. Dentre os "incentivos internos", ela classifica os motivos espontâneos do autor, apontando a fé cristã como um deles, em seu sentido de edificação da alma e demonstração do passado como trabalhos de Deus. A curiosidade informativa também seria uma das razões, quando direcionada a um público local e, finalmente, a produção de registros particulares ou locais.

Como formas de "incentivos externos", Gransden (1982) classifica como motivações as encomendas e comissões oriundas da casa real ou do governo; patrocínio de membros da aristocracia e, por fim, a ideia coletiva de pertencimento a uma terra, a partir do registro das vitórias e triunfos do reino. Um outro aspecto acerca da circulação e produção das crônicas durante o século XV e mais profundamente evidenciado durante o XVI, é a língua. Como aponta Wilson (2008), "a popularização de crônicas de caráter territorial e em alguns casos,

---

[72] WILSON, op. cit., p. 3.

[73] WILSON, op. cit., p. 4-5.

[74] GRANSDEN, Antonia. **Legends, Traditions and History in Medieval England.** Londres: The Hambledon Press, 1992, p. 208.

[75] *Ibid*, p. 209-217.

oficial, junto ao crescimento da língua vernácula, fez aumentar a demanda por uma história vernacular"[76], substituindo o consumo por uma literatura mais "tradicional", que era em sua maioria produzidas em latim. Durante a segunda metade do século XV, o que se percebe é uma maior proximidade entre o cronista e a corte, no que Wilson (2008) chama de "vínculo entre o patrocínio da corte e a produção propagandística."[77].

De fato, a partir do reinado de Henrique VI o que se nota é um aumento substancial na produção crônica adaptada e direcionada a influenciar opiniões contemporâneas à sua elaboração. Dentro da delimitação temporal abordada em nosso trabalho (1483-1593) acerca da escrita envolvendo a construção de memória e imagem de Ricardo III, foram selecionadas as seguintes obras, aqui apresentadas em ordem cronológica:

MANCINI. **De Occupatione Regni Anglie per Riccardum Tercium** (conhecido em inglês como **The Usurpation of Richard III**). C.A.J. Armstrong (trad. para inglês). Oxford: Oxford University Press, 2ª edição, 1969. (1483)

ROUS. **Historia Regum Angliae.** Manuscrito (c. 1480-1500), atualmente em acervo da British Library. (Western Manuscripts, referencial Cotton MS Vespasian A XII)

PSEUDO-INGULF. **Historia Monasterii Croylandensis** ou **Ingulph's Chronicle of the Abbey of Croyland: With the Continuations by Peter of Blois and Anonymous Writers.** COX, John. PROANY, Nicholas. (ed.) **The Croyaland Chronicle Continuations 1459–1486** (The Richard III & Yorkist History Trust)**,** Gloucester: Sutton Publishing, 1993

VERGIL. **Anglica Historia.** Manuscrito (c. 1512-1513). SUTTON, Dana F. (Tradução para o inglês da edição de 1555). The University of California: Irvine, 2005.

MORE. **The works of Sir Thomas More Knyght, sometyme Lorde Chauncellour of England, wrytten by him in the Englysh tonge.** (original). **The History of King Richard III.** LOGAN, George B. (Ed.) Bloomington: Indiana University Press, 2005. (c.1513-1518)

FABYAN. **The New Chronicles of England and France, in two parts**: by Robert Fabyan. Named by himself The concordance of histories. Reprinted from Pynson's edition of 1516. The first part collated with the editions of 1533, 1542, and 1559; and the second with a manuscript of the author's own time, as well as the subsequent editions: including the different continuations. To which are added a biographical and literary preface, and an index by Sir Henry Ellis. Londres: Longman, 1811. (reedição) (c.1516).

HALL. **The Union of the two noble and illustre famelies of Lancastre & Yorke.** Beeyng long in contimual discension for the croun of this noble realme, with all the actes done in bothe the tymes of the Princes, bothe of the one linage and of the other, beginnyng at the tyme

---

[76] WILSON, op. cit., p. 11.

[77] WILSON, op. cit., p. 13.

of King Henry the fowerth, the first aucthor of this devision, and so successively proceadying to the reigne of the high and prudent prince Kyng Henry the eight, the undubitate flower and very heire of both the sayd linages. Londres: R. Grafton, 1548.

HOLINSHED. **Chronicles of England, Scotland and Ireland.** Londres: 1577 (1ª edição), 1587 (2ª edição).

SHAKESPEARE. WILSON, D. J. (ed.). **Richard III. The Cambridge Dover Wilson Shakespeare.** (Cambridge's Library Collection. Volume 29.). Cambridge: Cambridge University Press, 2009. (c. 1593)

Com exceção da primeira obra, as demais foram produzidas em sua integridade na Inglaterra. É possível notar através da cronologia apresentada, que as primeiras seis fontes foram produzidas durante o final do século XV, mais precisamente, durante a década de 1480. Esse período coincide com a dominação da casa de York no trono inglês e a ascensão de Ricardo III, primeiramente em sua capacidade como magnata real com o título de Duque de Gloucester, e posteriormente, como monarca. No entanto, o que é mais intrigante é a incidência de produções sobre a vida e reinado de Ricardo III durante o século XVI. Ou seja, existe uma produção escrita que se estende por um período de cerca de noventa anos a pouco mais de um século após sua ascensão ao trono inglês. Tendo em vista o cenário político e social em que se encontrava a Inglaterra do início de 1500[78], podemos dizer que houve uma preocupação com a produção crônico-política, como mencionado anteriormente, por parte de figuras proeminentes da história inglesa do período, não apenas como forma de manutenção do *status quo*, mas também e, principalmente, para a construção hegemônica de um novo regime. Segundo Schwyzer (2013):

> Para definir seu lugar na história nacional e dinástica, ele (Henrique VII) tinha que definir o de Ricardo. […] Seu lugar na história deve ser construído, literalmente, sobre o cadáver de Ricardo.[79]

Contudo, é importante ressaltar que, apesar da massa documental produzida no período e sobre o mesmo, ao que constam estudos feitos por pesquisadores como Hicks e Schwyzer, podemos perceber que são mínimas, as evidências que apontam para um esforço de recriação memorial em formato documental no início do governo por parte da casa real e

---

78 Com o final das Guerra das Rosas, é iniciado um novo governo com Henrique Tudor (Henrique VII). O início do regime Tudor, foi marcado pelo esforço por parte da Coroa em estabelecer um reconhecimento político interno e externo. Cf. HICKS, 2000, p. 82-87.

79 SCHWYZER, Philip. **Shakespeare and the Remains of Richard III.** Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 24.

especificamente, do monarca[80] quando tratamos a respeito dos reinados anteriores. O que é apontado, no entanto, é uma tentativa de fomentar o esquecimento do imaginário e da memória popular, sobre os reinados de Eduardo IV, Eduardo V e Ricardo III. Ou seja, buscou-se apagar e não reescrever os governos daqueles pertencentes a dinastia York, entendendo o período em que governaram a Inglaterra, entre os anos de 1460 e 1485, como um hiato entre o reinado dos monarcas da dinastia Lancaster e o governo Tudor que se iniciava. Para os fins de nossa análise, utilizaremos as obras compreendidas nos primeiros trinta anos desde sua ascensão de Ricardo III ao trono, já que, como apontado por Schwyzer (2013):

> A partir da década de 1510, uma visão histórica definitiva do reinado de Ricardo - caracterizado por uma implacável violência e hipocrisia, presidida por um tirano moralmente e fisicamente deformado - tomou forma e ganhou força em histórias manuscritas e crônicas impressas.[81]

Do momento em que ascende ao poder, ao longo de seu breve reinado e, com maior intensidade durante administração real da casa Tudor, observa-se que as crônicas e relatos produzidos sobre Ricardo III adquirem um caráter pejorativo e degradante, destacando dentre as características do rei sua aparência física deformada, seu nascimento monstruoso e seu caráter inescrupuloso e vilanesco.

Como demonstraremos nos capítulos seguintes, tal construção pode ser entendida a partir de alguns motivos. Com sua chegada ao trono de maneira rápida e controversa em 1483, a Inglaterra foi lançada em uma nova fase de conflitos pois, como apontado anteriormente, a instabilidade social de um momento de vácuo de poder teria ocasionado uma ruptura dentro da facção e rede de alianças da casa de York, que da mesma maneira que o auxiliara em sua chegada ao poder, também proporcionara aberturas para manobras e manipulações políticas que o derrubariam em 1485. Ou seja, houve uma oposição à seu governo, alimentada em um primeiro momento, pelas suspeitas do assassinato de seus sobrinhos — Eduardo V e Ricardo, Duque de York, além de outros — e em um segundo, pela noção que teria assassinado sua esposa, Anne Neville e em terceiro lugar, pela má reputação que tinha em meio a população sulista inglesa.

---

80 Sabendo que Henrique VII era visto por seus aliados como herdeiro da linhagem Lancaster e perpetuador do reinado de seus antepassados, Henrique IV, Henrique V e Henrique VI.

81 SCHWYZER, Philip. **"Lees and Moonshine: Remembering Richard III**, 1485–1635.", *Renaissance Quarterly*, Vol. 63, No. 3, Chicago: Outono 2010, p. 858. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?client=safari&rls=en&q=http://www.jstor.org/stable/10.1086/656930&ie=UTF-8&oe=UTF-8&gfe_rd=cr&ei=duMyWMWXD4ahxgSE2ZqwCg>. Acesso em 22 de agosto de 2018. Tradução nossa.

Capítulo 2 "WE IN IT SHALL BE REMEMBERED"[82] - RICARDO III E FONTES DA MEMÓRIA

O objetivo central deste capítulo é identificar, classificar, selecionar e analisar as diversas fontes primárias que nos remetem à vida de Ricardo III, e compõem sua figura política e pessoal bem como adentar na discussão sobre a imagem "literária" construída ao longo das primeiras três décadas de sua ascensão ao trono. Dentre as fontes selecionadas, destacamos duas: *De Occupatione Regni Anglie per Riccardum Tercium,* de Dominic Mancini e *Historia regum Angliae,* de John Rous. Com base nessas obras, propomos demonstrar como se deu o início da construção de memória de Ricardo III, assim como verificar a ambientação histórica nelas narradas.

A constituição da memória, seja ela individual ou social, é feita através de seleções, alterações, confrontos, esquecimentos e apropriações não apenas da memória mas também de um passado histórico. O ato de recordar em si, é uma ação crítica que traz à tona símbolos e significados marcados por impressões e gatilhos, que transformam e reconfiguram uma memória através do olhar daquele que a faz, quando esse ato é realizado. William Shakespeare (1554-1516) escreveu e encenou uma peça, por volta de 1593, sobre Ricardo III, que conclui em ordem cronológica-histórica, uma série de peças relacionadas ao período das Guerras das Rosas (1455-1487)[83]. Assim como demais peças desse autor, Ricardo III continua a ser encenada e apresentada em diversos formatos e mídias, tais como o teatro, televisão e cinema, adaptadas ou não aos moldes atuais, mas mantendo em sua essência os temas intrínsecos ao centro da Inglaterra Elizabetana no final do séculos XVI e, no que ainda nos concerne: disputas e abusos de poder, manipulações, ambição, conflitos políticos e a importância de um legado. Tais fatores nos fizeram pensar na correlação entre o objeto histórico Ricardo III, a personagem dramática *Ricardo III,* o percurso histórico-memorial que se encontra entre esses polos e a atualidade de sua temática, tanto histórica quanto literária.

---

[82] SHAKESPEARE, William. ***King Henry the Fifth.*** In: The Complete Works of William Shakespeare. (The Shakespeare Head Press, Oxford Edition). Ware: Wordsworth Library Collection, 2007, p. 508.

[83] Periodização delimitada do início da guerra civil a última disputa relacionada às famílias de York e Lancaster registrada na Inglaterra. Cf. HICKS, Michael. **The Wars of the Roses:** 1455-1487. Oxford: Osprey Publishing, 2003.

Bloch (2002) nos lembra que devemos "compreender o presente pelo passado" e, através de uma relação dialética, "compreender o passado pelo presente"[84]. Os mistérios que ainda rodeiam a vida e morte desse monarca se mantém como assunto corriqueiro na história social e cultural inglesa, bem como nos estudos literários a ele ligados, com uma particular efervescência no campo acadêmico após o descobrimento e identificação de seu corpo, em 2012. A escavação, conduzida por um grupo de arqueólogos, historiadores e médicos da Universidade de Leicester, com apoio e financiamento da *Richard III Society*[85] foi capaz de reacender, sob uma nova luz, o processo de investigação e discussões historiográficas e culturais sobre a vida e a memória construída da sua figura política e pessoal. De fato, o que nos motivou, foi precisamente uma redescoberta do passado, àquela de seu corpo, como mencionado anteriormente. Le Goff e Claude-Schmitt (2017) acerca do estudo e a concepção de memória dentro da pesquisa histórica afirmam que:

> Assim, pode-se estudar a memória social considerando-a como o processo que permite à sociedade renovar e reformar sua compreensão do passado a fim de integrá-lo em sua identidade presente. Nesse sentido, a memória social compreende a memória litúrgica, a historiografia, a genealogia, a tradição oral e outras formas de produção e de reprodução culturais por intermédio das quais os indivíduos e os grupos vivem com o passado.[86]

Portanto, a memória embarca uma série de diferentes aspectos de uma sociedade e sua cultura que são capazes de criar uma ligação com o passado, com a sua história. Apesar dos debates acerca das oposições entre história e memória, utilizaremos em nosso trabalho, a concepção do filósofo francês Ricoeur (2006), que partindo do mesmo conceito dos autores mencionados anteriormente, compreende a memória como matriz da história, afirmando que a interligação entre esses dois conceitos é inevitável[87]. A história seria dependente da memória e vice-versa. Abrangendo esse conceito de nexo para o entendimento da construção de

---

84 BLOCH, Marc. **Apologia a História ou o Ofício do Historiador.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2002, p. 25.

85 Grupo formado por pesquisadores e entusiastas sobre a vida de Ricardo III da Inglaterra que que aspiram em preservar o que chamam de a "verdadeira" memória do rei. Formado em 1924 em Liverpool, na Inglaterra por Saxon Barton com nome de *"'The Fellowship of the White Boar"* (A Sociedade do Javali Branco), tinha o intuito de debater a vida e feitos de Ricardo III e as atividades foram pausadas durante a Segunda Guerra Mundial. Com o advento do livro de Paul M. Kendall sobre Ricardo III o grupo voltou a funcionar e em 1959 foi renomeada como "*The Richard III Society".* Atualmente, tem como patrono o atual Duque de Gloucester, SAR, o Príncipe Ricardo e conta com publicações periódicas, eventos, grupos de pesquisa, uma fundação, editora e diversas filiais espalhadas pelo mundo, somando mais de 4 mil membros. Disponível em: http://www.richardiii.net/index.php. Acesso em 18 de dezembro de 2020.

86 LE GOFF, Jacques. SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). **Dicionário Analítico do Ocidente Medieval:** Volume 2. São Paulo: Editora UNESP, 2017, p. 192. Tradução nossa. Grifo nosso.

87 Cf. RICOEUR, Paul. Tradução de BLAMEY, K. e PALLAUER, D. **Memory, History and Forgetting.** Chicago: Chicago University Press, 2006. Nova edição.

narrativas, Ricoeur (2006) aponta para os cuidados que devemos tomar ao trabalhar com a memória, nos alertando acerca de suas manipulações e a questão da legitimidade conferidas ao conceito.

Ativa no presente, tal qual a história, a memória social transformada em narrativa se configura através das variações de trabalho. Ela, segundo o autor, é composta duplamente, ao passo que forma os personagens simultaneamente ao momento em que narra uma história, sendo assim capaz de "moldar a identidade de seu protagonista ao mesmo tempo em que a talha aos contornos da própria ação.". [88] Nesse âmbito, a produção narrativa e, portanto, a memória nela narrada, está suscetível à seleções que "abrem caminho para a manipulação, dando oportunidade à uma estratégia do esquecimento tanto quanto da rememoração"[89]. A memória, portanto, sofre abusos, que por sua vez se encontram ligados a demandas de poder, ideologias, questões de legitimação e o próprio momento em que ela se insere. Quando tratamos de Ricardo III e o longo século XV inglês e principalmente o período concentrado em suas últimas duas décadas — 1480 a 1500 —, como apontados no capítulo anterior, percebemos que tais configurações estão alinhadas com os relatos presentes nas fontes que analisaremos adiante pois como escreve o historiador inglês Ross (1981):

> Por definição, esse foi um período de luta pelo poder, perpetuado dentro de uma atmosfera de rumores, suspeitas, exercício da propaganda, de conspirações e contra-conspirações. Apenas aqueles no centro de tudo poderiam estar cientes do que estava acontecendo, certamente, não era o caso das crônicas contemporâneas, com exceção talvez do escrito de Croyland, que, no entanto, escolheu não revelar tudo o que poderia ter sabido.[90]

O trabalho realizado sobre fontes primárias relacionadas a um monarca ou reinado são práticas comuns dentro do campo da historiografia há muitos anos. Contudo, o caso abordado em nosso trabalho, apresentado aqui pelo campo da memória, traz particularidades dificilmente encontradas na mesma configuração. Ricardo III, o último dos Plantagenetas[91], viveu por trinta e dois anos, e possui o menor reinado de um monarca coroado da história da

---

[88] RICOEUR, Paul. op. cit., p. 85. Tradução nossa.

[89] RICOEUR, Paul. op. cit., p. 85. Tradução nossa.

[90] ROSS, Charles. **Richard III.** Londres: Eyre Methuen, 1981, p. 292. Versão digital. Tradução nossa.

[91] Entendendo a linhagem Plantageneta como um todo, incluíndo nela suas ramificações formadas pelas casas cadetes Lancaster e York.

Inglaterra com apenas dois anos de duração, entre os anos de 1483 e 1485. Contudo, permanece um de seus governantes mais controversos, intrigantes e estudados até o momento.

2.1 As configurações da memória histórica Ricardiana

Sendo uma das figuras mais controversas da história inglesa e da realeza europeia, a imagem vilanesca de Ricardo III, do soberano cruel e déspota não escapa do imaginário socio-cultural atual, que por sua vez, vem se perpetuando desde os idos de 1483, quando assumiu abruptamente o trono. Para entendermos como essa imagem foi constituída e de que maneira seus pontos foram traçados e costurados a fim de formar uma narrativa, precisamos adentrar não apenas na história que descreve, mas também e principalmente, no percurso histórico de criação dessa narrativa ricardiana. A temática apresentada pelos autores com os quais trabalharemos a seguir estabelece um padrão que acabou por ser repetido pelos demais escritores e cronistas que se empenharam em compilar histórias da Inglaterra e de seus reis. O conjunto de eventos narrativos: morte de Eduardo IV; conflitos entre Ricardo, a nobreza e a família da rainha mãe; custódia de Eduardo V; prisão e morte de membros proeminentes da corte inglesa; ascensão de Ricardo como Lorde Protetor; rebelião e morte do Duque de Buckingham; difamações que teriam sido orquestradas por Ricardo contra seus sobrinhos, e por fim, sua ascensão ao trono, é repetido de maneiras similares em todas as obras com as quais lidamos em nosso trabalho, seguindo o mesmo padrão.

Como apresentado no capítulo anterior, a relação de Ricardo, então Duque de Gloucester com seu irmão e rei, Eduardo IV, era amigável e favorável para ambos, o que podemos constatar a partir das diversas campanhas que Ricardo realizou em nome de seu irmão e dos títulos e terras entregues ao mesmo pelo monarca. Em seus últimos meses de vida, lutando contra uma enfermidade que o mataria, o então rei não possuía razões para duvidar da lealdade de seu irmão em relação a ele ou a seus filhos e herdeiros. Sabe-se, entretanto, como apontado anteriormente, que após a morte de Eduardo IV foi instaurado um caos político e criou-se um vácuo de poder em que o conselho e os nobres pertencentes ao círculo mais interno do governo se dividiram em duas facções: pró-Woodville e pró-Gloucester. Em meio ao conflito e disputas de poder, Ricardo emergiu vitorioso e assumiu o trono. Desde de então e mesmo antes dele, uma narrativa e imagem acerca do caráter de

Ricardo foi tomando corpo e se constituindo em narrativa que perdurou após a sua morte e permaneceu em metamorfose durante o século XVI. Já na década de 1480, os primeiros trabalhos sobre Ricardo III foram realizados e começaram a circular dentro e fora da Inglaterra. Subsequentemente, encontramos uma variedade de escritores, cronistas, compiladores e dramaturgos ingleses e estrangeiros que no final do século XV e ao longo do século seguinte desenvolveram versões sobre esse passado histórico cuja trama narrativa era baseada na figura de Ricardo III e os demais "grandes homens" da época. Tais materiais serviram de base para calorosos debates historiográficos e literários sobre uma série de temas: a legitimidade do governo York e posteriormente Tudor; o caráter de Ricardo III; a questão da morte misteriosa de seus sobrinho na Torre de Londres; as atitudes controversas que ele teria tomado antes e durante seu reinado; as alianças e facções dos períodos anteriores, concomitantes e posteriores a seu reinado, etc.

Partindo do crescente debate historiográfico e social[92], assim como do recorte temporal e material apresentados anteriormente, selecionamos duas obras principais, ambas traduzidas para o inglês a fim de nos auxiliarem a demonstrar o início da construção de memória de Ricardo III. São elas: *De Occupatione Regni Anglie per Riccardum Tercium* e *Historia regum Angliae.* Essas obras são contemporâneas entre si e possuem similaridades textuais, se enquadrando no campo da escrita literária do final do século XV, embora redigidas em latim e, portanto, na contramão do crescimento da escrita vernácula polarizada pelos centros de produção de livros. Utilizamos também algumas obras auxiliares pertencentes ao mesmo período para fins de comparação textual como a segunda continuação da *Historia Monasterii Croylandensis* de autoria anônima, a *A História de Ricardo III,* de Sir Thomas More, e o *Titulus Regius*[93] de Ricardo III que se encontra incorporado ao texto de seu primeiro parlamento realizado em 1484. Também utilizamos documentos oficiais de corte, de cidades, assim como registros legais para embasar nossa análise.

---

[92] Resultado da escavação do corpo de Ricardo III e do revisionismo que surgiu dentro da comunidade acadêmica pró e anti ricardiana através das novas descobertas sobre seu corpo.

[93] Cf. RP, p. 240.

As obras mencionadas anteriormente foram produzidas nos primeiros trinta anos desde a ascensão de Ricardo III ao trono e foram assim escolhidas para que nossa análise possa ter um foco específico, ou seja, uma temporalidade que nos permite manter e agrupar obras que possuam similaridade não apenas em estilo de escrita bem como em temporalidade histórica e social. Sobre elas e as condições em que se encontram assim como os demais documentos do período, devemos primeiramente apresentar algumas questões que foram encontradas ao longo dessa pesquisa.

A primeira delas foi a limitação temporal e o recorte documental. A *priori*, nossa intenção era a de trabalhar com uma seleção mais ampla de documentos escritos, fossem eles histórias, crônicas, biografias ou cartas. Entretanto, o escopo temporal que elas abarcavam — um século — nos pareceu grandioso demais e acabava por envolver questões sociais, econômicas e políticas que não teríamos tempo de analisar com afinco nesse trabalho. Para tanto, optamos por utiliza em nossa pesquisa, duas narrativas sobre a ascensão de Ricardo III da Inglaterra: uma local e uma estrangeira. Começaremos pelos desafios encontrados com a documentação estrangeira.

Intitulada "*Dominicus Mancinus ad Angelum Catonem De Occupatione Regni Anglie per Riccardum Tercium Libellus"* do italiano Dominic Mancini, popularmente conhecida como *A Usurpação de Ricardo III,* é a primeira e uma das mais detalhadas fontes de informações sobre os acontecimentos de 1483 e peça chave para a compreensão da construção de memória de Ricardo III, uma vez que a maioria das demais obras sobre o rei se referem a Mancini. Quanto a obra, o manuscrito se encontra preservado na Bibliothèque Municipale de Lille, na França desde o período revolucionário francês, após ser confiscado da família nobre de Godofroy, e foi descoberto pelo historiador inglês Charles Arthur John Armstrong em 1934 e editada por ele em 1936, com uma segunda edição feita em 1984, contendo lateralmente ao texto traduzido para o inglês, o original em latim.

O manuscrito foi feito em pergaminho, dividido em oito partes, segundo a norma para manuscritos medievais. Quanto ao autor, Mancini foi clérigo, poeta e humanista e, ao que sabe, enviado em capacidades diplomáticas para a Inglaterra, no início de 1483, pelo Arcebispo de Vienne e conselheiro de Luís, o Prudente da França, Angelo Cato. Ele permanece em Londres de abril a julho do mesmo ano, acompanhando de perto os eventos

que se desenvolveram e culminaram na ascensão de Ricardo ao trono, concluindo seus escritos na França, em dezembro do mesmo ano. O trabalho em questão é o único que se conhece em prosa realizado pelo autor.

Ao analisarmos sua narrativa, percebemos que apesar de objetivo e do tom diplomático, Mancini omite discursos diretos que poderia ter ouvido ou até mesmo presenciado em sua viagem, assim como não há registros de relatos sobre reuniões dentro da corte em primeira pessoa o que era comum em trabalhos crônicos do mesmo período. Também não encontramos nenhuma menção aos traços físicos de Ricardo III que seriam tão valorizados e recontados em minúcias por escritores posteriores como More, Hall e Vergil. O que é sugerido por seu tradutor, C.A.J Armstrong e endossado por Alison Hanham (1975) e Michael Hicks (2000) é o fato de que possivelmente Mancini não tinha um grande conhecimento da língua inglesa e que talvez nem o tivesse, e de que sua principal fonte para o entendimento da corte fosse o latim e em algumas circunstâncias, o italiano.

Sabendo disso, é possível deduzir que para o entendimento do que ocorria dentro da corte e em Londres, o autor tenha se utilizado de relatos secundários oriundos de indivíduos pertencentes ao círculo interno da corte de Eduardo IV, cuja hierarquia e língua pudessem de alguma forma muni-lo de informações, como era o caso do médico do jovem rei Eduardo V, John Argentine[94], com quem Mancini teve contato e menciona em algumas passagens. Michael Hicks (2000) também aponta que sabendo de suas capacidades diplomática e seu envolvimento com o clero, não é de suspeitar que Mancini talvez tenha obtido certas informações nos círculos eclesiásticos da corte através de indivíduos como o arcebispo de Rotherham, e os bispos Russell e Morton[95]. Também é ressaltada a possibilidade de informações referentes a certos conflitos terem sido registradas através do depoimento de mercadores genoveses.

---

[94] ARMSTRONG, Charles A. J. (Ed.), 1984, op. cit, p. 20 apud RHODES, Dennis E. **John Argentine Provost of King's, his Life and Library.** Amsterdam: Menno Hertzberger & Co, 1967, p. 12. Segundo os autores, Argentine aponta em seus livros e obras ter conhecimento da língua italiana ou pelo menos do dialeto veneziano e de ter viajado para a Itália entre 1473 e 1476.

[95] " His account is too balanced and judicious, insufficiently black and white to be a product of a single faction." Cf. HICKS, Michael. **Richard III.** Stroud: The History Press, 2000, 2ª edição, p. 131 -132.

Um outro problema encontrado em sua narrativa foi a negligência para com a cronologia e localização dos fatos ocorridos, o que nos espanta quando comparado às demais obras com as quais lidamos em nossa pesquisa. Como apontado por Armstrong (1984), Mancini aparenta escrever em um lapso de tempo entre a morte de Eduardo IV e a ascensão de Ricardo III ao trono e situado sua obra no tempo com maior ênfase apenas em sua conclusão, removendo de si a culpabilidade por erros cometidos em sua narrativa quanto ao aspecto cronológico e geográfico[96]. Como o próprio autor descreve em sua introdução para Angelo Cato:

> Portanto, não deve esperar de mim os nomes de homens em particular ou de lugares, nem que essa narrativa seja completa em detalhes: ao invés disso, se assemelhará a efígie de um homem, na qual alguns membros lhe faltam, no entanto, o observador consegue delinear sua forma.[97]

A segunda obra, cujo título foi atribuído por Thomas Hearne, quando a publicou em 1716, "*Joannis Rossi Antiquarii Warwicensis Historia Regum Angliae"* ou popularmente, *História dos Reis da Inglaterra*, é de autoria do inglês John Rous. A obra foi produzida em pergaminho no último quarto do século XV, em latim. Ela reconta as narrativas de vida dos reis da Inglaterra, de Brutus da Bretanha a Henrique VII. Rous iniciou a escrita do manuscrito aproximadamente no início da década de 1480, e pretendia entregá-la a Eduardo IV como fonte de inspiração para a construção das estátuas da capela de São Jorge em Windsor[98], mas conclui o trabalho apenas no final de sua vida[99], durante o reinado de Henrique VII, a quem, por fim, dedica a obra. Portanto, seu período de composição abrange os anos conturbados de disputas de poder entre 1483 e 1485. O manuscrito acabou em posse do intelectual Thomas Allen de Oxford, no século XVI e posteriormente pertenceu a Sir Thomas Cotton, no século XVII antes de ser compilado e encadernado pelo Museu Britânico no século XIX, onde permaneceu até ser transferido para a British Library, local em que se encontra atualmente. O trecho analisado nessa pesquisa que concerne apenas Ricardo III foi traduzido e editado para o inglês pela professora Alison Hanham, em 1975.

---

96 ARMSTRONG. MANCINI., p. 18.

97 *Ibid.*, p. 56. Tradução nossa.

98 Cf. ROUS, John. **Warwick Roll/ Rous Roll.** Add MS 48976, f. 7cr. Disponível em https://www.bl.uk/collection-items/john-rous-history-of-the-kings-of-england . Acesso em 13 de Setembro de 2019.

99 Sabe-se que ele faleceu no início de 1492. Cf. CPR 1485-94. p. 371

Sobre o autor, sabe-se que ele foi antiquário e capelão em Warwick, com relações próximas à família nobre Neville, que era diretamente ligada à Ricardo III através de sua mãe, Cecily Neville, e de sua esposa, Anne Neville. Tinha formação pela Universidade de Oxford antes de entrar para a vida religiosa. Durante os reinados da dinastia de York, ascendeu socialmente, e seguiu uma carreira religiosa dentro do condado de Warwickshire. Em uma de suas obras mais conhecidas, o *Warwick Roll* ou *Rous Roll,* datado de 1483-1484, o autor escreve e possivelmente ilustra uma cronologia e genealogia da família dos Condes de Warwick e associados. Dentre tais pessoas, Rous dedica dois trechos a Ricardo III, onde faz menção a sua "grandiosidade e virtude"[100], assumindo, portanto, uma posição favorável ao monarca. Sua narrativa se altera quando escreve sobre Ricardo em *Historia.* Nesse caso, um primeiro problema é encontrado.

Rous mistura fato e ficção, formando uma colcha de retalhos narrativa que por vezes não possui nexo, já que aborda diversos temas em um mesmo momento, e confunde o leitor. Em meio ao caos, percebe-se o direcionamento para uma linguagem maledicente e propositalmente nefasta sobre Ricardo III que, como aponta Hanham (1975), rivaliza até mesmo a de Bernard André, cronista e biógrafo de Henrique VII. Não nos parece difícil imaginar que a mudança de regime, associada ao possível assassinato de membros da família a qual Rous devia parte de seu prestígio[101], o levaram a produzir uma narrativa contrária a anterior.

Assim como Mancini, Rous também omite fatos, datas, personagens e acontecimentos que são encontrados em demais crônicas e trabalhos sobre a mesma época tal qual a execução de Lord Hastings e a coroação de Ricardo III. Mesmo assim, o trecho abordado nessa análise está entre os mais detalhados[102] de sua obra como um todo. Sabendo que Rous não habitava Londres ou seus arredores, também não há registros de ter visitado a cidade, é possível notar a partir dessas omissões o fato de que Rous, diferentemente de Mancini, apenas recontou o que ouviu de fontes secundárias e terciárias, não presenciou nenhum dos fatos que descreveu e

---

100 Cf. ROUS, John. **Warwick Roll/ Rous Roll.** Add MS 48976, f. 7cr. Disponível em: https://www.bl.uk/collection-items/~/link.aspx?_id=E756C74AC3504B91A44E02D689560A22&_z=z . Acesso em 13 de setembro de 2019.

101 Em particular ao boato de que Ricardo III teria assassinado sua esposa, Anne Neville.

102 HANHAM, Alison. **Richard III and His Early Historians.**1483-1535. Oxford: Claredon Press, 1975, p. 107.

muito possivelmente sequer teve contato com membros da corte como Mancini teve. É interessante, entretanto, notar em sua fala pejorativa a ausência descritiva dos argumentos feitos pelo Duque de Buckingham e o sermão de Ralph Shaa sobre a legitimidade de Eduardo IV e seus herdeiros, como provas do caráter maléfico de Ricardo III.

2.2 De Occupatione Regni Anglie per Riccardum Tercium

Escrito em latim, o texto de Mancini é composto por uma introdução à obra -*"Incipit"* - e oito capítulos dentre os quais os sete primeiros formam sua exposição e narrativa sobre os acontecimentos de abril a julho de 1483, enquanto o oitavo contém uma análise geográfica de Londres. Em sua apresentação, Mancini direciona sua fala e dedicatória a seu patrono, Angelo Cato, Arcebispo de Vienne a quem escreve:

> Com frequência tens me pedido para escrever as maquinações pelas quais Ricardo Terceiro, que agora reina na Inglaterra, obteve o grau de realeza, uma história que repetidamente recontei em vossa presença. Como achaste a história merecedora de registro escrito, considerou que pudesses realizar um serviço a Frederico, Príncipe de Taranto, ao apresentardes a ele essa história para que ele a leia.[103]

Nesse trecho, Mancini nos aponta objetivos de seu trabalho e seu público alvo. Diferentemente das crônicas de viajantes do final do período medieval e do início da era moderna, o relato do autor traz uma narrativa memorial, cujo cerne não está nas alegorias literárias empregadas com maior frequência em tais histórias, mas sim o cunho diplomático de seu relato, tendo em vista que sua obra seria difundida entre duas figuras de Estado: o Arcebispo de Vienne — que além de pertencer ao alto clero, também era membro do conselho real de Luís XI, o Pudente — e o Príncipe de Taranto, Frederico de Nápoles, que ascendeu ao trono napolitano em 1496[104] e viveu na corte de Luís XI entre 1478-1480. Cato havia acompanhado Frederico em sua comitiva à França e acaba se estabelecendo por lá em 1481. Pela fala do autor, pode-se imaginar que um laço entre ambos ainda era mantido quando essa obra foi escrita.

---

[103] ARMSTRONG. MANCINI., p. 57. Tradução nossa.

[104] Idem, p. 106, nota 1.

Adiante na introdução, Mancini descreve sua incerteza com relação aos fatos, lugares e personagens das quais trata e se desculpa a Cato pela maneira como pode ter negligenciado alguns fatos e escolhido escrever por um período maior de tempo, o que na visão do autor, demonstraria ingratidão perante seu patrono. Ainda na mesma passagem, o autor escreve:

> Quando descobri que suspeitavas de minha ingratidão, decidi remover qualquer difamação […] e escrever tudo o que mandardes, como eu melhor pudesse, da maneira que quiserdes. Portanto, como me apressardes com urgência incomum em seu desejo em agradar o ilustre príncipe a quem tanto deves, excederei em modéstia para evitar imputações de ingratidão, e me preocuparei em agradardes, ao invés de ser lembrado como um exemplo para autores.[105]

Percebe-se aqui a expressão da rapidez com que o autor se viu obrigado a escrever sua obra, fato que pode, em parte, desculpá-lo pela ausência da temporalidade cronológica correta em certos pontos e detalhes em sua narrativa. Contudo, a pressa com que Cato demanda a escrita da obra por Mancini nos intriga. No entanto, não há nenhum registro sobre os motivos do arcebispo nem nos cabe presumí-los. Antes de iniciar seu primeiro capítulo, Mancini escreve o que ele denomina de "*Argumentum"* ou seja, uma argumentação que nesse caso, trata-se dos antecedentes que levaram Ricardo III ao trono inglês. Nesse segmento, o autor apresenta os antecedentes ao período, no qual pontua as possíveis causas que teriam levado Eduardo IV a morte. Uma delas, teria sido a melancolia criada a partir da derrota inglesa contra os franceses durante os conflitos entre Maximiliano da Áustria e Luís XI da França. Sobre esse conflito, Armstrong (1984) aponta em nota que a partir do tratado de Arras, a Inglaterra sofreu uma grande humilhação já que foi excluída do acordo e perdeu a aliança de casamento que havia sido forjada em 1475 entre o *dauphin* Charles e a princesa Elizabeth de York[106].

Ainda em sua argumentação, o autor descreve a aparência de Eduardo IV como "alto e bastante gordo" e que teria "deixado o frio atacar seus [sinais/órgãos] vitais" [107] a partir do qual ele contraiu a doença que o matou. Entretanto, não se sabe ao certo qual teria sido de fato a causa-morte de Eduardo IV. Mancini termina o trecho mencionando que em sua morte, Eduardo IV teria deixado o reino para seu herdeiro masculino, Eduardo, e um filho mais

---

[105] ARMSTRONG, Charles A. J. (Ed.), MANCINI, Dominic., op. cit. p. 57. Tradução nossa.

106 ARMSTRONG. MANCINI, op. cit, p. 106. Nota 3.

107 Idem, p. 59. Tradução nossa.

novo, o Duque de York. Também menciona a existência de filhas, mas não lhes dá importância ou as nomeia. O que é mais interessante no final dessa narrativa é a passagem em que fala sobre o testamento de Eduardo IV e o futuro da Inglaterra. Nela o autor escreve que:

> Dizem que no mesmo testamento, ele nomeou como protetor de seus filhos e do reino seu irmão Ricardo, duque de Gloucester, que em pouco tempo, destruiu os filhos de Eduardo e, então, reivindicou o trono para si.[108]

Nesse último trecho de sua argumentação inicial, Mancini nos dá três elementos que acabaram por se tornarem centrais em grande parte das narrativas sobre Ricardo III: seu protetorado, morte dos filhos herdeiros de Eduardo IV, sua reivindicação do trono da Inglaterra. A primeira delas, o protetorado, é motivo de ampla discussão entre historiadores e é apontado por demais cronistas, como os da corte de Henrique VII como Bernard André e Polydore Virgil. Contudo, não há menção ou registro a um protetorado ou que Ricardo tenha sido indicado como Lorde Protetor no testamento que Eduardo IV realizou, em 1475, antes de sua expedição para a França[109]. Porém, segundo historiadores como Armstrong (1984) e Hanham (1984), existem evidências em codicilos[110] registrados no leito de morte de Eduardo IV, que expressam o seu desejo de que a tutela de seu filho Eduardo e por consequência da Inglaterra, ficassem nas mãos do então Duque de Gloucester, que assumiria portanto a condição de Lorde Protetor do Reino.

Segundo esses autores, a morte dos filhos de Eduardo IV, até os dias atuais segue como um mistério. Não se sabe ao certo como morrerem nem quem os matou, mas questões sobre o paradeiro deles são levantadas em todas as crônicas e histórias sobre esse período e, frequentemente, encontramos ambos temas relacionados a Ricardo III de maneira incriminatória, o culpando pelo ocorrido. Quanto ao terceiro elemento, a reivindicação do trono inglês, esse se encontra associado ao anterior visto que para que pudesse ascender ao trono, Ricardo deveria eliminar os obstáculos que se encontravam em seu caminho em direção

---

[108] Idem, p. 61. Tradução nossa.

[109] Cf. BENTLEY. Samuel. Excerpta historica. Londres: 1831, p. 366-379.

[110] HANHAM, Alison. **Richard III and His Early Historians.**1483-1535. Oxford: Claredon Press, 1975, p. 3 apud ARMSTRONG, Charles A. J. (Ed.). MANCINI, Dominic. **The Usurpation of Richard III.** Oxford: Alan Sutton, 1984, 2ª edição, p. 63. Aqui, ambos autores resgatam o texto do autor anônimo das Crônicas da Croyland (ANÔNIMO. COX, John. PROANY, Nicholas. (ed.) The Croyland Chronicle Continuations 1459–1486 (The Richard III & Yorkist History Trust), Stroud: Sutton Publishing, 1993, p. 564.)

ao trono. Para tanto, temos evidências em crônicas e documentos sobre a remoção de seus parentes da linha de sucessão ao trono.

Primeiramente através da *bastardização* de seu irmão Eduardo IV, insinuando a infidelidade de sua mãe Cecily Neville, apontado por Thomas More e Polydore Vergil em suas respectivas obras sobre Ricardo III como parte do sermão de Ralph Shaa em Londres no dia 22 de junho de 1483. Em segundo lugar, através do documento intitulado *Titulus Regius*[111], incorporado ao primeiro e único parlamento de Ricardo III de 23 Janeiro de 1484, temos a *bastardização* de seus sobrinhos devido a invalidez do casamento entre Eduardo IV e Elizabeth Woodville, pois de acordo com o documento e conforme apontado em demais crônicas, o falecido rei teria um pré-contrato de casamento com Lady Eleanor Butler, filha do Conde de Shrewsbury. Tal contrato, portanto, tornava todos os filhos do casal real bastardos e, consequentemente, barrados da linha sucessória. No mesmo documento, argumenta-se que o filho de seu outro irmão, o falecido Duque de Clarence, também estaria barrado da sucessão devido a condenação por alta traição e subsequente morte de Clarence, restando assim somente Ricardo como verdadeiro e único possível herdeiro do trono inglês.

Com isso, adentramos aos capítulos de Mancini, nos quais exploraremos apenas os sete primeiros tendo em vista que sua exposição sobre a cidade de Londres não nos interessa em nossa pesquisa, sabendo que tal capítulo trata da topografia e arquitetura da cidade mencionada anteriormente. A única exceção que devemos considerar dentro desse último capítulo é a nota de encerramento de seu texto, o qual trataremos mais adiante. Em seu primeiro capítulo entitulado em português "*Os motivos que supostamente levaram Ricardo a usurpar o trono de seus sobrinhos*[112]*",* Mancini inicia sua narrativa com algumas informações sobre a família da rainha mãe, Elizabeth Woodville e seus desmembramentos dentro da história. Nela, o autor aponta que Ricardo, então Duque de Gloucester, teria dentro de suas motivações para a tomada do trono não apenas a "ambição e desejo pelo poder"[113], mas também pelas afrontas que recebeu da família da rainha mãe. No mesmo trecho, Mancini

---

[111] RP, p. 240-241.

[112] No original em latim: *"Quibus causis fertur Riccardus provocatus ut rengum gratis films auferret."*. Cf. ARMSTRONG, Charles A. J. (Ed.). MANCINI, Dominic. **The Usurpation of Richard III.** Oxford: Alan Sutton, 1984, 2ª edição, p. 60.

[113] ARMSTRONG, Charles A. J. (Ed.). MANCINI, Dominic. **The Usurpation of Richard III.** Oxford: Alan Sutton, 1984, 2ª edição, p. 61. Tradução nossa.

também explica que a união de Eduardo IV e Elizabeth Woodville não foi bem vista nem aceita entre a nobreza e membros da corte, inclusive mencionando que tal feito causou ofensa em muitos daqueles mais próximos ao rei, inclusive sua mãe. O autor ainda vai além e aponta que a duquesa Cecily Neville ameaçou ir a público e afirmar que Eduardo não era seu filho legítimo e, portanto, não poderia de fato, ser rei.

Sobre esse trecho inicial, temos duas questões. A primeira delas, a oposição à família Woodville apontada por Mancini e escritores posteriores em suas respectivas obras. De fato, sabe-se que havia um desprezo para com as origens da família da rainha Elizabeth, pois, apesar de sua mãe, Jacquetta, ter pertencido a uma linhagem da dinastia de Luxemburgo, seu pai era filho de um serviçal e ascendeu a hierarquia de lorde através do casamento. Um outro agravante para tal desdém era o fato de ambos serem antigos aliados da casa de Lancaster, (sabendo que o primeiro casamento de Jacquetta tinha sido com o irmão do rei Henrique V) opositora da casa de York, a qual pertenciam os então membros da família real e seus associados.

A segunda questão, sobre a legitimidade de Eduardo IV, é levantada algumas vezes durante seu reinado, notoriamente durante a rebelião e traição de seu irmão, o Duque de Clarence e seu primo, o Conde de Warwick que resultou na morte de ambos. O que se torna importante para nós é o fato de que a ilegitimidade de Eduardo foi uma das questões levantadas por Ricardo III mais tarde após a morte do rei, como um dos motivos para a ascensão de Ricardo ao trono, como mencionado anteriormente. No trecho seguinte, Mancini escreve que os irmãos de Eduardo IV também estavam desgostosos com seu casamento e com os parentes de Elizabeth que ascenderam a posições de autoridade e passaram a fazer parte da corte. Nesse momento, o autor nos dá uma das primeiras construções sobre o caráter e personalidade de Ricardo III. Mancini ao descrever o descontentamento dos irmãos York, aponta:

> Entretanto, Ricardo, o outro irmão, que agora é rei mas antes era Duque de Gloucester, sendo mais hábil em esconder seus pensamentos e mais novo e portanto menos influente, nem fez, nem disse nada que pudesse incriminá-lo.[114]

---

[114] ARMSTRONG, Charles A. J. (Ed.). MANCINI, Dominic. **The Usurpation of Richard III.** Oxford: Alan Sutton, 1984, 2ª edição, p. 63. Tradução nossa.

Como aponta Armstrong (1984), Ricardo não tinha sequer doze anos quando o casamento entre Eduardo e Elizabeth foi anunciado para a corte em 1464. Contudo, a imagem que o autor cria de uma pessoa cautelosa e dissimulada quanto a suas ações e pensamentos, destacando que "não fez, nem disse nada que pudesse incriminá-lo"[115], Mancini esboça os primeiro passos da construção de uma memória que culminará no ser mesquinho, manipulador e maléfico recorrente nas crônicas, histórias e narrativas compostas ao longo do final do século XV e século XVI. Ainda no mesmo trecho, Mancini escreve sobre a trama para a remoção de Clarence do poder, que teria sido orquestrada pela rainha Elizabeth e sua família como forma de reparação pela traição do duque contra o rei e sua família. Aponta também para a lendária morte de Clarence por afogamento em barril de vinho, cuja fama se iniciou em Paris com o relato de Jean de Roye[116] e foi propagada nos escritos de Commynes (c.1464-1483), Molinet (c. 1490), Vergil (c.1513), Fabyan (1516) e More (c.1518).

Ademais, Mancini escreve sobre o luto profundo sentido por Gloucester pela morte de seu irmão Clarence e seu juramento de vingança sobre aqueles que a teriam causado. Explica também que após a morte do mesmo, Ricardo raramente permanecia na corte, procurando permanecer em suas terras e "ganhar a lealdade de seu povo através de favores e exercício da justiça."[117]. Em continuação, no mesmo parágrafo, Mancini escreve:

> A boa reputação adquirida quanto a suas atividades públicas e privadas fez com que tivesse a estima de estranhos. Tamanho era seu renome em questões militares que […] era encarregado de lidá-las devido a sua tamanha discrição e habilidade estratégica militar. Foi através de tais artes que adquiriu o apoio e boa vontade das pessoas e evitou a inveja da rainha, de quem vivia a uma grande distância.[118]

Sobre esse trecho, sabemos que o então Duque de Gloucester se esforçou para conquistar e manter a lealdade e domínio sobre os territórios no norte da Inglaterra, não apenas por uma questão de origem, sabendo que a família York descendia de tal região, mas também através de seu casamento com Anne Neville. Tinha propriedades em Middleham, York, Sheriff Hutton, Helmsley, Scarborough e Pontefract, inseridas no condado de Yorkshire. Além daquelas localizadas em demais condados nortistas herdadas de seu sogro, o Conde de

---

115 ARMSTRONG, Charles A. J. (Ed.). MANCINI, Dominic. **The Usurpation of Richard III.** Oxford: Alan Sutton, 1984, 2ª edição, p. 63. Tradução nossa.

116 *Ibid,* p. 111. Nota 18.

117 *Ibid*, p. 63. Tradução nossa.

118 *Ibid*, p. 63 e 65. Tradução nossa.

Warwick, após a morte dele. Mancini também menciona nesse último parágrafo, o papel militar que Ricardo exerceu no norte da Inglaterra, em particular na manutenção das fronteiras e guerras contra a Escócia. Como apresentado no capítulo anterior de nosso trabalho, ele cumpriu esse papel a serviço da Coroa e assim, ganhou prestígio e recompensas por tal feito que incluíam, mas não se limitavam a terras, tornando-o o maior senhor de terras da Inglaterra no período. Portanto, para o autor, a boa reputação de Ricardo o tornaram muito próximo a Coroa, alguém que fazia parte da política exercida pelo rei e livre de suspeitas ao mesmo tempo em que mantinha uma animosidade para com a rainha e sua família, criando uma tensão entre eles que seria explorada após a morte de seu irmão, Eduardo IV.

No segundo capítulo da obra entitulado em português "*Sobre o caráter do rei Eduardo e daqueles considerados seus conselheiros íntimos*[119]*,* Mancini apresenta e descreve os membros da corte mais próximos ao rei e membros de seu conselho privado. Dentre eles, aponta para o corpo eclesiástico composto pelo Arcebispo de York e Lorde Chanceller, Thomas Rotherham e o bispo de Ely, John Morton. Assim como salienta a relevância dos filhos do primeiro casamento da rainha Elizabeth e do irmão da mesma conhecido como Lorde Rivers, assim como Lorde Hastings. O último, tido como um dos mais fiéis servos de Eduardo IV. Mancini os descreve como os principais percursores das políticas desenvolvidas no reinado de Eduardo. Sobre o rei em si, o autor nota que era de temperamento gentil, alegre e acolhedor, mas, quando se zangava, era realmente assustador. Era justo e charmoso mas chegava a ser chamado de avarento por sua preocupação com as finanças.

O caráter positivo de Eduardo IV é contraposto com uma certa frequência em relação ao de Ricardo III por autores como Polydore Vergil e Thomas More[120] que escreveram suas obras depois de Mancini e demais autores ao longo dos séculos XVI e XVII. Não entraremos em grandes detalhes sobre esse capítulo pois não nos interessa a fundo em nossa pesquisa. Entretanto, deve-se mencionar que o autor escreve sobre o oportunismo da rainha ao enobrecer seus familiares[121], sabendo que Clarence já não estava mais vivo e Gloucester se

---

[119] No original em latim: *"De moribus Eduardo regis et eorum qui apud ipsum intimi habebantur."*. Cf. ARMSTRONG, Charles A. J. (Ed.). MANCINI, Dominic. **The Usurpation of Richard III.** Oxford: Alan Sutton, 1984, 2ª edição, p. 64.

[120] Cf. WHITTLE, Andrew James. **The historical reputation of Edward IV**, 1461-1725. 2017. PhD Thesis. School of History, University of East Anglia. Acesso em: 10 de maio de 2020.

[121] Para mais detalhes sobre as conexões familiares, ver árvore genealógica p. 114.

encontrava distante da corte, ou seja segundo o autor, não haviam impedimentos para a ascensão daqueles próximos à ela dentro do círculo mais íntimo da corte real, resultando no desgosto da nobreza de sangue. Uma outra menção importante de Mancini dentro do mesmo escopo de ascensão social, se dá sobre o conflito entre Lorde Hastings e o filho mais velho do primeiro casamento da rainha Elizabeth, Thomas Grey, Marquês de Dorset. Segundo o autor, muito do que ocorreu após a morte do rei tem relação com a animosidade entre a nobreza e a família Woodville-Grey.

No terceiro capítulo entitulado em português, "*Sobre a morte do rei Eduardo e o conselho daqueles que se encontram em Londres naquela data"*[122], o autor descreve os acontecimentos acerca da morte do rei e suas repercussões. Já no início do primeiro parágrafo, Mancini escreve como Eduardo IV tinha deixado um testamento em ordem para a sucessão ao trono e demais assuntos de governo. Também aponta erroneamente[123] que o Duque de Gloucester estava em suas terras em Gloucestershire, quando na verdade, se encontrava em sua propriedade em Yorkshire, mais ao norte da Inglaterra. Também aponta para a ausência do herdeiro ao trono que estava em sua residência galesa, exercendo sua função de Príncipe de Gales. Em Londres encontravam-se a rainha, o filho mais novo Ricardo, Duque de York, sua família, o arcebispo de York, o bispo de Ely e Lorde Hastings. Durante esse período, imediatamente após a morte do monarca, um conselho se reuniu para deliberações quanto à administração do reino durante a menoridade de Eduardo V, antes da chegada do mesmo e do Duque de Gloucester a Londres.

Segundo Mancini, durante esse conselho, foram feitas duas propostas quanto à governança do mesmo: primeiramente, a de que o Duque de Gloucester governasse durante a menoridade de Eduardo V como regente ou Lorde Protetor, já que assim tinha sido escrito pelo falecido rei em seu testamento e devido a lei de maioridade. No entanto, essa proposta não foi bem aceita nem era vista como ideal para a maioria. A maior parte do conselho porém,

---

[122] No original em latim: *"De morte regis Eduardi, et concilia eorum qui tunc erant Londoniis."*. Cf. ARMSTRONG, Charles A. J. (Ed.). MANCINI, Dominic. **The Usurpation of Richard III.** Oxford: Alan Sutton, 1984, 2ª edição, p. 68.

[123] Armstrong aponta que devido a má compreensão que Mancini tinha da sociedade inglesa e dos costumes ingleses quanto a correspondência dos títulos nobres e as regiões a qual pertencem pois estava acostumado com a maneira com que a conferência de títulos era realizada na França. A correção desse erro aparece na obra de Polydore Virgil, em que o mesmo discute avidamente o funcionamento e correlação entre títulos e terras na Inglaterra. Cf. ARMSTRONG, Charles A. J. (Ed.). MANCINI, Dominic. **The Usurpation of Richard III.** Oxford: Alan Sutton, 1984, 2ª edição, p.113-114, nota 36.

tinha em mente uma segunda proposta, a de que o reino deveria ser governado por um grupo de pessoas, sendo o Duque de Gloucester não apenas uma delas mas o chefe dentre os demais em uma regência conjunta. Tal resolução foi feita devido a pretendentes reais para regentes que tentaram usurpar o trono ou abusaram de seus poderes, como foi o caso com Humphrey, Duque de Gloucester durante a menoridade de Henrique VI. Sobre isso, o autor escreve:

> Ademais, se todo o governo estivesse atrelado a um homem, ele poderia facilmente usurpar o poder. Todos aqueles a favor da família da rainha votaram nessa proposta, já que temiam que caso Ricardo tomasse a Coroa ou até mesmo governasse sozinho, que eles, que eram culpados pela morte de Clarence, seriam mortos ou removidos de seus alto status.[124]

Ademais, Mancini aponta "era de conhecimento comum"[125] que Hastings, opositor à família da rainha mãe e amigo de Ricardo, relatou os acontecimentos da reunião ao Duque de Gloucester em uma carta, o aconselhando a apressar-se para Londres, acompanhado por força armada a fim de se vingar daqueles que não queriam reconhecer seu direito. No trecho seguinte, ainda de acordo com o autor, Hastings instiga Gloucester a interceptar a viagem de Eduardo V para Londres para que ele possa não apenas escoltar o jovem rei, mas mantê-lo sob sua guarda, longe daqueles que poderia lhe fazer mal. Em outras palavras, Hastings aconselha Ricardo a manter seu sobrinho longe da família de sua mãe, a rainha. Sobre esse ponto, Armstrong (1984) aponta em nota que, além de Mancini, as Crônicas de Croyland e Vergil[126] também ressaltam a comunicação entre Hastings e Duque de Gloucester e, vão além, acrescentando também um possível contato com o Duque de Buckingham, que era aliado de Ricardo. Além da insegurança sentida por Lorde Hastings em Londres e as possíveis ameaças que estava recebendo da família Woodville-Grey e seus aliados.

Porém, antes de chegar em Londres, Ricardo toma seu sobrinho em custódia, o jovem rei Eduardo V. Ainda segundo Mancini em resposta, Ricardo escreve[127] ao conselho, demonstrando sua dedicação e honra para com o legado de seu irmão e reino, pedindo sua posição como Lorde Protetor, não apenas pela vontade do falecido rei, mas também por seu

---

[124] ARMSTRONG, Charles A. J. (Ed.). MANCINI, Dominic**. The Usurpation of Richard III.** Oxford: Alan Sutton, 1984, 2ª edição, p. 71. Tradução nossa.

[125] *Ibid,* p. 71.

[126] *Ibid*, p. 114, nota 39.

[127] De acordo com Armstrong, tanto as Crônicas de Croyland quanto Vergil apontam que o Duque de Gloucester escrevem diretamente para a rainha Elizabeth, jurando lealdade ao jovem rei Eduardo V. Cf. *Ibid,* p. 114, nota 40.

direito perante a lei como membro masculino de posição mais elevada da família. Segundo Mancini, a carta surtiu tal efeito na população que já apoiava o Duque de Gloucester, que eles passaram a demandar abertamente que ele merecia o reino. Contudo, os nobres do conselho não atenderam aos seus pedidos e mantiveram a decisão, fixando uma data para a coração de Eduardo V. Devido a rapidez com que se deliberavam e tomavam decisões, alguns membros do conselho manifestaram seu desejo em esperar pelo Duque de Gloucester e, segundo Mancini, o Marquês de Dorset declarou: "Somos tão importantes que mesmo sem o tio do rei, podemos tomar tais decisões e impô-las"[128].

Armstrong(1984) aponta que um dos possíveis desejos da família Woodville-Grey era de estabelecer uma regência aos moldes do governo provisório de Eduardo IV, em 1475, enquanto o rei estava na França e o Príncipe de Gales foi trazido a Londres e estabelecido como "Protetor do Reino", sob custódia de sua mãe[129]. A respeito desse ponto, Horrox (2003) escreve que "era claro que sua remoção (Eduardo V) também fora justificada com base no fato que uma criança dominada pela família de sua mãe governaria mal."[130].

Ou seja, havia uma certa oposição quanto a influência da rainha e sua família sobre o jovem rei e o governo da Inglaterra como um todo. De fato, a questão regencial e a menoridade de um rei foram alguns dos fatores que culminaram nos conflitos pelo trono inglês ao século XV, iniciado com a remoção de Ricardo II do trono e a ascensão de seu primo, Henrique IV. Ricardo II, por sua vez, se tornou rei ainda criança, fato que se repete com Henrique VI e Eduardo V. Nos três casos, existiram conflitos não apenas pelo tipo de governo regencial que deveria ser instaurado, assim como conflitos entre os envolvidos diretamente com a regência e principalmente dentro da própria família real, sabendo que, nesse período, como apontado no capítulo anterior, existiam alternativas ao trono da Inglaterra a partir dos descendentes de Eduardo III.

---

128 *Ibid,* p. 75.

129 *Ibid,* p. 114, nota 42.

130 HORROX, op. cit, p. 231. Aqui pode ser entendido o conflito existente entre as facções que apoiava o falecido rei, Eduardo IV e seu filho, a rede de aliança do Duque de Gloucester e membros da aristocracia e a família da rainha mãe, os Woodville, que haviam gozado de privilégios enquanto o Eduardo IV era vivo. Como aponta Annette Carson (2015, p. 40) baseando-se na *Crônica de Croyland* (ANÔNIMO. COX, John. PROANY, Nicholas. (ed.) The Croyland Chronicle Continuations 1459–1486 (The Richard III & Yorkist History Trust), Stroud: Sutton Publishing, 1993, pp. 152-155): "Other councillors mistrusted the influence of the Woodvilles on the boy king and expressed the view that they should not be allowed control of his person before he came of age".

Adiante, nos capítulos quatro e cinco intitulados em português, "*Sobre a união dos duques de Gloucester e Buckingham e sua detenção do jovem rei sob o pretexto de formar um governo e regência"* e "*Sobre o conselho daqueles presentes na cidade e a fuga de alguns. Sobre a entrada dos duques juntamente com o rei na cidade e as preparações do duque para tomar a Coroa."*[131] respectivamente. Neles, Mancini trata de dois momentos importante para a narrativa de Ricardo III ao trono: sua aliança com o Duque de Buckingham e o momento em que tomaram sob sua custódia Eduardo V, além da maneira como os duques e o jovem rei adentraram Londres. De acordo com o tradutor e pelos apontamentos de Grafton, Croyland e os registros no YCR,[132] podemos traçar as comunicações entre Gloucester e Buckingham, sabendo que o primeiro saiu de York e o segundo das Marca Inglesas, região fronteiriça entre Inglaterra e o País de Galês. Em carta, Buckingham estabelece que ambos deveriam se encontrar em Northampton para juntos se encontrarem com a comitiva que levava Eduardo V à Londres. De acordo com Mancini, o desgosto do Duque de Buckingham pela família Woodville era fundado em seu casamento com uma das irmãs mais novas da rainha, que ele considerava de nascimento inferior ao seu. O autor também aponta que os duques escreveram ao jovem rei acerca de seu itinerário e mudança de rota para o encontre entre Eduardo V e seu tio pudesse acontecer. Durante o encontro das duas comitivas, nenhuma animosidade foi descrita pelo autor, Mancini ressalta a reverência com que tanto o rei foi recebido pelos duques, assim como os duques da família Woodville e seus acompanhantes que escoltavam o rei à Londres.

Contudo, na manhã seguinte[133], Gloucester prendeu Lorde Rivers e demais membros da escolta e os aprisionou no local onde se encontravam. É provável que Mancini tivesse ouvido sobre a prisão dos membros da família Woodville-Grey e associados, mas não sabia onde se encontravam. Através de outras fontes como John Rous e Polydore Vergil[134], sabe-se

---

[131] Nos originais em latim: "*CAPITVLUM QVARTUM De coniuctione ducis Closestrii et ducis Buckinggamie: de regulo ab ipsis capto sub pretexto administrationis et tutele" e "CAPITVLVM QVINTVM De consilis eorum qui erant in urbe, et fuga nonnullorum. De adventu ducis cum regulo in urbe et eius apparatu ad regnum capessendum*". Cf. ARMSTRONG, Charles A. J. (Ed.). MANCINI, Dominic. **The Usurpation of Richard III.** Oxford: Alan Sutton, 1984, 2ª edição, pp. 74 e 78.

[132] *Ibid*, p. 115, nota 43.

[133] 30 de abril de 1483. Cf. ANÔNIMO. COX, John. PROANY, Nicholas. (ed.) **The Croyland Chronicle Continuations** 1459–1486 (The Richard III & Yorkist History Trust), Gloucester: Sutton Publishing, 1993, p. 565.

[134] Cf. ROUS. **Historia regum Angliae**. (c.1486), p. 212; VERGIL. Anglica Historia. (c.1513) p. 686

que eles foram levados para Yorkshire e mantidos presos em propriedades do Duque de Gloucester.

O autor continua sua narrativa escrevendo que os duques ordenaram que homens vigiassem o caminho enquanto galopavam ao encontro do jovem rei. Ao encontrá-lo, saudaram-no com toda reverência e o aconselharam a retirar de seu governo todos aqueles que fizeram mal a seu pai e que também fariam mal a ele. Mancini não menciona nomes nesse momento, mas escreve que:

> Gloucester os acusou de ter conspirado sua morte e de terem preparado uma emboscada contra ele tanto na estrada quanto na cidade, que foram reveladas a ele por seus cúmplices. Ele disse que era de conhecimento comum que eles o tinham privado de seu cargo de regente que lhe havia sido conferido por seu irmão.[135]

Pelo contexto e por conhecimentos prévios sobre o que Mancini, demais obras e a historiografia nos demonstram, podemos presumir que falava da família Woodville-Grey e de seus aliados. Ademais, o autor escreve como Gloucester se apresentou a Eduardo V como a melhor alternativa para que seu governo seguisse de acordo com o de seu falecido pai. No entanto, Mancini escreve o seguinte trecho logo em seguida:

> Ao ouvir o nome da rainha, o Duque de Buckingham, que odiava sua raça respondeu que a governança de um reino não eram assunto para mulheres e sim para homens e que, caso tivesse alguma confiança nela a esse respeito, que a renunciasse e as depositasse em seus lordes, que excediam em nobreza e poder.[136]

Esse trecho parcialmente confirma o que o Duque de Gloucester havia falado para o jovem rei sabendo que a família Woodville-Grey foi opositora de seu papel como único regente. Além de demonstrar e confirmar ainda mais o desprezo que o Duque de Buckingham sentia pela mesma família. Também aponta para a prisão de sir Ricardo Grey, meio irmão do rei, que também foi posteriormente enviado como prisioneiro e mantido até sua morte no norte da Inglaterra. Em sequência, na conclusão do quarto capítulo Mancini relata que:

> Finalmente, o jovem percebendo suas intenções, rendeu-se aos cuidados de seu tio, o que era inevitável, pois mesmo que os duques o tenham influenciado com moderação, demonstrava sinais claros de que estava exigindo ao invés de suplicando.[137]

---

[135] ARMSTRONG, Charles A. J. (Ed.). MANCINI, Dominic. **The Usurpation of Richard III.** Oxford: Alan Sutton, 1984, 2ª edição, p. 77. Tradução nossa.

[136] *Ibid*, p. 77 e 79. Tradução nossa.

[137] *Ibid,* p. 79.

Em sua obra sobre *Ricardo III*, More (c.1518) concorda com Mancini em três circunstâncias sobre a sequência dos acontecimentos[138]: prisão de Rivers ao amanhecer de 30 de abril antes dos duques se encontrarem com Eduardo V, a guarda montada ao longo do caminho para evitar que a notícia sobre a prisão de Rivers chegasse aos ouvidos do rei, e a prisão de Ricardo Grey na presença do rei[139]. No parágrafo destacado, percebe-se a maneira como o autor retrata o Duque de Gloucester e como acreditava que era visto por seu sobrinho. Ao apontar que o jovem rei percebia as intenções de seu tio, Mancini intensifica a narrativa que vilifica Ricardo e o caracteriza como uma pessoa dissimulada, manipuladora. É importante ressaltar que nesse momento, tio e sobrinho eram pouco mais do que estranhos já que Eduardo passou a maior parte de sua vida em Gales sob os cuidados de seu tio materno, Lorde Rivers enquanto o Duque de Gloucester permanecia em suas terras no norte da Inglaterra. Em outras palavras, é compreensível entender a falta de confiança que o jovem rei deposita em seu tio Gloucester após ele fazer acusações tão severas contra pessoas com quem conviveu a maior parte de sua vida.

No capítulo seguinte, Mancini trata da repercussão do acontecimento narrados no capítulo anterior, na cidade de Londres e as preparações de Ricardo para tomar a Coroa. Segundo ele, a população ficou horrorizada ao saber sobre a prisão dos membros da família Woodville-Grey. De acordo com Armstrong (1984), citando Vergil (c.1513), a notícia chegou rapidamente a Londres e não apenas a população e a família da rainha, como também Lorde Hastings tentaram juntar esforços e homens armados para retirar o jovem rei das mãos de seu tio, no entanto, o conselho de lordes do reino propôs que tal medida agravaria a situação e nada foi feito[140,141]. Em contrapartida, More (c.1518) insinua em sua obra que Hastings teria aconselhado os demais lordes a não agirem contra Gloucester[142]. Apesar dos esforços por parte da rainha e de sua facção, a maioria dos nobres permanecia irresoluta e, de acordo com Mancini, crendo que de fato seria melhor que Eduardo V permanecesse na guarda de seu tio

---

138 ARMSTRONG, Charles A. J. (Ed.). MANCINI, Dominic. **The Usurpation of Richard III.** Oxford: Alan Sutton, 1984, 2ª edição, p. 116, nota 46.

139 MORE. Richard III. (c. 1513), p. 17-19.

140 *Ibid,* p. 117, nota 51.

141 VERGIL. Anglica Historia. (c.1513) p. 686-687.

142 MORE. Richard III. (c. 1513), p. 23.

paterno. Ademais, segundo o autor a rainha tomou então asilo na Abadia de Westminster com seus outros filhos após seus esforços serem negados, em 1º de Maio. Entretanto, demais narrativas como Croyland (1459), Rous (c.1486), Fabyan (1516), More (c.1518) e Vergil (c.1513) descrevem tal acontecimento, em 30 de abril, imediatamente após a notícia da prisão de Rivers e Grey ter chegado a Londres[143].Mais adiante, Mancini acrescenta mais um ponto na criação da imagem vilanesco de Ricardo com o seguinte parágrafo:

> Corria um boato sinistro na capital de que o duque (Ricardo) teria tomado seu sobrinho não para tê-lo em seus cuidados, mas para tê-lo em seu poder, com o intuito de obter a coroa para si. Em meio aos boatos, o Duque de Gloucester escreveu ao Conselho e ao chefe da cidade, a quem chamam de prefeito.[144]

Mancini não sabe dizer com exatidão o conteúdo das cartas mas é capaz de descrever aquilo que supostamente foi lhe contado. Aponta que o Duque de Gloucester dizia ter feito o que fez pela segurança de seu sobrinho, do reino e de si próprio, assegurando que em breve ele e o jovem rei Eduardo V, estriam em Londres para a coroação do mesmo. Adiante, no mesmo parágrafo, o autor continua escrevendo que:

> A partir de então, buscou obter de toda forma a boa vontade do povo: na esperança de que com seu apoio pudesse ser proclamado o único regente, e subsequentemente, tomar a soberania para si com tranquilidade, mesmo contra a vontade dos mesmos.[145]

Novamente, Mancini descrever Ricardo e suas ambições com relação ao trono inglês. Pouco a pouco, na visão do autor, a verdadeira face do Duque de Gloucester vai ganhando forma e vindo à tona, criando a imagem que conhecemos do vilão Shakespeariano. Percebe-se que para o autor estava claro a premeditação da usurpação do trono e por consequência, todos os demais planos e artifícios utilizados por Ricardo para que ele um dia reinasse a Inglaterra. Tal premeditação é um tópico recorrente nas demais narrativas sobre a vida de Ricardo III e, por vezes, ainda mais intensificado como veremos adiante com a narrativa de Rous.

---

143 Cf. ARMSTRONG, Charles A. J. (Ed.). MANCINI, Dominic. **The Usurpation of Richard III**. Oxford: Alan Sutton, 1984, 2ª edição, p. 117, nota 52.

144 ARMSTRONG, Charles A.J. (Edição e tradução). MANCINI, Dominic. **The Usurpation of Richard III**. Gloucester: Alan Sutton Publishing Limited, 1984, 2ª edição, p. 81. Tradução nossa.

145 *Ibid*, p. 83. Tradução nossa.

No parágrafo seguinte, Mancini descreve que tais cartas foram lidas tanto para o Conselho quanto para a população londrina, que aclamou o Duque de Gloucester por seu dever perante seu sobrinho e o reino. No entanto, o autor ressalva que existiam alguns, que enxergavam segundas intenções por trás das palavras do duque e suspeitavam de suas ambições e reais intenções. Subsequentemente, descreve a entrada de Eduardo V e seu tio em Londres[146], acompanhados por de 500 soldados, que segundo Mancini faziam parte das comitivas de Gloucester e Buckingham. Em sua chegada, demonstram as evidências em forma de armas, supostamente pertencentes à família Woodville-Grey, para comprovar as acusações de que estariam planejando ataques contra Gloucester, e por fim, as sentenças que lhes foram dadas pelos respectivos duques.

Entretanto, Mancini aponta que a população não acreditava em tais evidências, pois sabiam que tais armas haviam sido separadas durante os conflitos contra a Escócia e, portanto, tinham um propósito completamente diferente daquele alegado por Gloucester e Buckigham. More (c.1518) também narra a suspeita e comenta sobre a falta de credibilidade[147]. Subsequentemente, Gloucester assume o papel de Lorde Protetor do reino e Regente do rei e reino, após sua aprovação pelo Conselho Real. Há uma variação com relação a data específica em que ocorre a aprovação da regência única pelo Conselho, mas é possível afirmar que o duque de Gloucester aguardaria a nomeação dos lordes tal qual mandava o precedente real. No entanto, contrariando a decisão anterior dos mesmo lordes, ele eventualmente, se torna o único regente e não o líder de um conselho regencial. Ademais, Mancini aponta que: “em seguida, ele arquitetou a remoção ou, ao menos, a debilitação de tudo e todos que poderiam barrar seu caminho em direção a conquista do trono” [148].

Nesse trecho, Mancini aponta para troca de pessoas chaves no governo por outras que fossem leais ao Duque de Gloucester, como a troca do bispo Thomas Rotherham, arcebispo de York por John Russell, bispo de Lincoln no cargo de Chanceler. Segundo Armstrong citando Rous[149], o bispo de Lincoln aceitou o cargo contra sua vontade. Também procurou retirar, sobretudo, dos cargos de governo, conselho e locais de poder, os membros da família

---

146 4 de maio de 1483.

147 MORE. Richard III. (c. 1513), p. 24

148 ARMSTRONG. MANCINI, op. cit., p. 85. Tradução nossa.

149 ROUS. Historia regum Angliae. (c.1486), p. 213.

Woodville-Grey e seus associados. Ademais, Mancini escreve que Gloucester toma o Duque de York e o Conde de Warwick, filho do falecido Clarence, sob sua tutela com a finalidade de manter toda linhagem masculina em sua custódia e sob constante vigilância. Não satisfeito, Gloucester vai além em sua ambição e o autor narra que:

> Ainda que tivesse em suas mãos todo sangue real dessa terra, considerava que seus prospectos futuros não estavam assegurados sem a remoção ou aprisionamento daqueles que haviam sido os amigos mais próximos de seu irmão e que se esperava, fossem leais a seu filho.[150]

Nesse mesmo contexto, Ricardo cria uma emboscada para prender Hastings — que até então tinha sido fiel a ele, mas se tornava cada vez mais desconfiado de suas intenções —, assim como o arcebispo de York e o bispo de Ely na Torre de Londres e, imediatamente manda executar Lorde Hastings, sem julgamento sob a acusação de ter conspirado contra sua vida em conjunto com os Woodville. Os membros do clero foram poupados e soltos de seus respectivos cárceres em julho do mesmo ano[151]. Mancini, expressando seu horror pelos acontecimentos que transpassaram com a ascensão de Gloucester ao poder como regente, narra o seguinte trecho:

> E assim Hastings foi derrubado, morto não pelos inimigos que temia mas por um amigos de quem nunca duvidou. Mas quem será poupado pelo desejo insano por poder, se ele ousa violar os laços de parentesco e amizade? [152]

Segundo o autor, um estado de pânico se instaurou na cidade, pois ninguém sabia ao certo o que estava acontecendo nem o motivo para a morte de Hastings. Para conter a multidão, Mancini aponta que Gloucester mandou um arauto proclamar à população que uma trama arquitetada por Hastings havia sido descoberta e devido a sua alta traição, ele foi executado. A princípio, diz Mancini, aqueles que eram mais simplórios creram, contudo, muitos apontavam para o que entendiam ser a verdade de que Gloucester estava mentindo e fabricando histórias para escapar de um crime hediondo. Em seu caminho em direção ao trono e sedento em eliminar os obstáculos que poderiam detê-lo, Mancini narra que mesmo sem a aprovação do Cons

---

[150] ARMSTRONG, Charles A.J. (Edição e tradução). MANCINI, Dominic. **The Usurpation of Richard III.** Gloucester: Alan Sutton Publishing Limited, 1984, 2ª edição, p. 89. Tradução nossa.

[151] Cf. DAVIES, Richard**.** *The Church and the Wars of the Roses*. IN: POLLARD, Anthony. J. (ed.). **The Wars of the Roses**. Nova Iorque: St. Martin's Press, 1995, p. 142.

[152] *Ibid*, p. 91. Tradução nossa.

elho, o Duque de Gloucester ordena a execução de Lorde Rivers e sir Ricardo Grey[153] em sua capacidade de Lorde Protetor do Reino. Ademais sobre a maneira como Gloucester agiu, Mancini inicia o último parágrafo do capítulo com seguinte observação:

> Até então, mesmo que toda evidência apontasse para seu desejo pela Coroa, ainda restava alguma esperança pois não havia reivindicado o trono, visto que professava que tudo o que fazia tinha a finalidade de vingar o rei e o reino conta as traições e erros que foram previamente cometidos; e também pelo fato de que todos os documentos privados e oficiais possuíam os títulos e nomes do rei Eduardo V.[154]

Ou seja, para o autor, a partir desse ponto, quase não havia maneiras de barrar Gloucester em seu avanço em direção ao trono, o que para ele e certamente para aqueles com quem teve contato, era algo quase inevitável. Mancini aponta também que o acesso ao rei foi restrito e, tanto ele como seu irmão ficaram confinados a um apartamento mais recluso na Torre de Londres. Não se sabe ao certo quando os irmãos teriam sido mudados para a Torre, mas Armstrong (1984) argumenta ter sido após Gloucester ter conseguido a tutela do Duque de York em 16 de junho[155]. E pergunta que, sabendo da coroação iminente de Eduardo V — firmada até então para 22 de junho —, não era algo suspeito alojar ambos na Torre, visto que esse era o protocolo real que precedia tal evento. No entanto, Mancini descreve que tanto Eduardo V quanto o Duque de York passaram sendo vistos com menos frequência e eventualmente, não foram mais vistos. Como mencionamos anteriormente, acredita-se que uma das pessoas com quem Mancini teve contato foi o médico John Argentine, que fazia parte da criadagem de Eduardo V. Sobre seu testemunho e o destino dos *Príncipes da Torre*, o autor escreve que:

> O médico Argentine, o último de seus criados cujos serviços o rei apreciava, reportou que o jovem rei, tal qual uma vítima, pronto para o sacrifício, buscou redenção de seus pecados através de penitência e confissão diária, pois ele acreditava que estava cara a cara com a morte. […] Se, entretanto, ele foi morto, e de que forma morreu, até o momento, ainda não descobri.[156]

Portanto, é correto afirmar que por mais que Mancini estivesse presente na corte durante os meses que levaram à ascensão de Ricardo ao trono inglês e mesmo descrevendo as

---

153 25 de junho de 1483.

154 *Ibid,* p. 93. Tradução nossa. Entendendo que as ações realizadas por Gloucester foram feitas em nome de Eduardo V mas não necessariamente, com seu consentimento.

155 *Ibid*, p. 127, nota 87.

156 *Ibid,* p. 93. Tradução nossa.

formas com que o mesmo obteve a Coroa, não tinha certeza sobre sua culpabilidade com relação a morte de seus sobrinhos, em particular, Eduardo V. É importante que isso seja ressaltado pois apesar da neutralidade assumida pelo autor, narrativas posteriores e até mesmo contemporâneas, como veremos com Rous, acusam abertamente Ricardo de ter orquestrado a morte de seus sobrinhos.

No capítulo seguinte, intitulado em português *"Como o Duque de Gloucester revelou suas intenções, e como tomou posse do reino através da instigação do Duque de Buckingham, e com que fundamentos alegou merecer a Coroa"*[157], Mancini trata efetivamente da usurpação do trono inglês pelo Duque de Gloucester e a maneira como o mesmo se portava. Descreve logo no início do primeiro parágrafo que:

> Quando Ricardo se sentiu seguro de todos os perigos que temia, tirou as vestes de luto que sempre havia usado desde a morte de seu irmão, e colocou vestimentas púrpuras e com frequência cavalgava pela capital, cercado de criados. Aparecia em público com frequência para receber as devidas reverências e atenções das pessoas ainda sob o título de Protetor; mas a cada dia realizava jantares em sua residência com cada vez maiores números de convidados.[158]

Tendo em vista a narrativa do autor, percebe-se que o Duque de Gloucester exercia o papel de monarca em todas as funções e oficialidades, sem ainda possuir o título de rei. Ainda segundo Mancini, sua conduta incomodava a população que "o amaldiçoavam por seus crimes e já não tinham dúvidas sobre suas ambições"[159]. Aponta também que Ricardo corrompeu membros do clero para que falassem bem sobre sua pessoa. Aqui, Mancini está se referindo a um ponto chave para a construção narrativa orquestrada pelo Duque de Gloucester para lhe favorecer e garantir que o trono fosse seu. Dr. Ralph Shaa, que era meio irmão do prefeito de do prefeito de Londres da época, Edmundo Shaa, foi central para a ascensão de Ricardo e foi parcialmente incluso em um documento intitulado *Titulus Regius*, ou seja Título Real, que, como apontado no capítulo anterior, foi incorporado a seu primeiro parlamento em Janeiro de 1484.

---

[157] No original em latim: *"De declaratione animi ducis, et regni occupatione, auctore duce Buckingamie, et de causis quibus dicit sibi regnum competere"*. Cf. ARMSTRONG, Charles A. J. (Ed.). MANCINI, Dominic. **The Usurpation of Richard III.** Oxford: Alan Sutton, 1984, 2ª edição, p. 94.

[158] ARMSTRONG, Charles A. J. (Ed.). MANCINI, Dominic. **The Usurpation of Richard III**. Oxford: Alan Sutton, 1984, 2ª edição, p. 95. Tradução nossa.

[159] *Ibid*, p. 95. Tradução nossa.

Nele, realizado na Cruz de São Paulo, local conhecido por ser um púlpito a céu aberto onde proclamações públicas, anúncios oficiais do governo e pregações eram realizadas, Shaa aparentemente declarou quatro pontos para garantir o direito de Ricardo a Coroa: a possível origem bastarda de Eduardo IV, como previamente utilizada pelo Duque de Clarence ainda durante o reinado de seu irmão; o pré-contrato de casamento existente entre Eduardo IV e Lady Eleanor Butler que, por consequência, implicaria na *bastardização* dos filhos de Eduardo IV e Elizabeth Woodville, barrando-os, portanto, da linha sucessória; inelegibilidade do Conde de Warwick, filho do Duque de Clarence, ao trono por razão da acusação de alta traição e morte de seu pai. Mancini em sua narrativa apresenta apenas o primeiro deles, onde relata que de acordo com Shaa, Ricardo seria o único filho legítimo do falecido Duque de York e da Duquesa Cecily Neville, pois dentre seus filhos do sexo masculino, foi o único que nasceu em solo inglês e que se assemelhava fisicamente com seu pai.

Sabe-se que os últimos três, dos quatro pontos apresentados, foram acrescentados ao documento parlamentar. A ilegitimidade de Eduardo IV e de seus filhos, que por sua vez apareciam duplamente pela via paterna (ilegitimidade do pai e a existência do pré-contrato matrimonial) é recorrente nas narrativas de Fabyan (1516) e More (c.1518), mas não os textos contemporâneos a Ricardo como as Crônicas de Croyland e o livro de Rous. Apesar da datação errônea[160], do dia em que o sermão foi realizado tanto por Mancini quanto pelos demais autores, os eventos seguintes e suas consequências aparecem de forma mais concreta em suas respectivas obras. Imediatamente após a proclamação de Shaa, segundo o autor, os lordes do reino haviam vindo para Londres sob a pretensão para decidir uma nova data para a coração de Eduardo V. Com todos reunidos, ainda de acordo com Mancini, Ricardo instruiu o Duque de Buckingham para reunisse os lordes e nobres do reino que estavam presentes em Londres em uma assembleia[161] realizado no dia 24 de junho, a fim de convencê-los e submetê-los a aceitarem e conferirem a ele seu direito ao trono, utilizando as mesmas alegações apontadas por Shaa em seu sermão público. Ademais, Mancini aponta que:

---

160 Hicks e demais historiadores debatem que provavelmente o sermão tenha sido realizado em um domingo, 22 de junho de 1483. Cf. HICKS, Michael. **Richard III.** Stroud: The History Press, 2000, 2ª edição, p. 117.

161 Ao contrário do que reportam demais autores como Fabyan, More e Vergil, Mancini não menciona o discurso de Buckingham como sendo realizado em Guildhall, centro administrativo da capital, perante o prefeito, cidadãos e aldeões de Londres mas sim em algum outro lugar Cf. ARMSTRONG, Charles A. J. (Ed.). MANCINI, Dominic. **The Usurpation of Richard III**. Oxford: Alan Sutton, 1984, 2ª edição, p.129, nota 96.

> Sua carreira anterior e moral exemplar eram garantias concretas de seu bom governo. Embora recusasse tal fardo, ele poderia mudar de ideia caso fosse requisitado a aceita-lo por seus pares. Ao saber disso, os lordes preocupados com sua própria segurança, cautelosos devido ao exemplo do que houve com Hastings, e conscientes da aliança entre os dois duques, cujo poder era apoiado por uma grande quantidade de tropas, sabiam que seria difícil e perigoso resistir. Visto que se viram cercados e nas mãos dos duques, portanto, determinaram declarar Ricardo seu rei e pedi-lo para assumir o fardo do cargo. [162]

Dando-se por convencidos, ou como reportado por Mancini, assim como historiadores tal qual Jones (2014),[163] temerosos de que algo similar ao que havia ocorrido com Lorde Hastings, Lorde Rivers e Richard Grey lhes acometessem, aceitaram a proclamação de Buckingham e redigiram um documento no qual peticionam a Gloucester para que assumisse o trono. O documento foi entregue em suas mãos em Baynard Castle, onde residia sua mãe a Duquesa de York, no dia seguinte, 25 de junho, pelo Duque de Buckingham e demais lordes e figuras proeminentes de Londres. No mesmo local, realizaram seus juramentos de lealdade e demais cerimônias de fidelidade ao novo rei, que foram repetidas por membros do clero e da administração pública nos dias seguintes. Esse acontecimento está relatado no primeiro parlamento de Ricardo III[164] e, também, é apontada nas Crônicas de Croyland e na obra de More[165]. De acordo com Mancini, logo em seguida, uma data para a coroação foi firmada e tudo aquilo que dizia respeito a Eduardo V foi suspenso, os títulos e selos alterados, e passaram a ser afirmados e confirmados em nome de Ricardo III. Sabe-se que o reinado de Ricardo III teve início em 26 de junho de 1483 quando assumiu o trono[166], em Westminster. E assim, o autor conclui o capítulo sobre a ascensão de Ricardo ao trono.

No sétimo capítulo, intitulado em português, *"Sobre os soldados convocados a capital, e sobre seus equipamentos, e a coroação do rei[167]",* o último que trataremos por

---

[162] ARMSTRONG. MANCINI, op. cit, p. 97. Tradução nossa.

[163] Cf. JONES, Dan. **The Hollow Crown: Wars of the Roses and the Rise of the Tudors**. Londres: Faber & Faber, 2014.

[164] RP, p. 240.

[165]ANÔNIMO. COX, John. PROANY, Nicholas. (ed.) **The Croyalnd Chronicle Continuations** 1459–1486 (The Richard III & Yorkist History Trust), Gloucester: Sutton Publishing, 1993, p. 567; MORE. Richard III. (c. 1513), p.77-80.

[166] Conhecido como *The Court of King's Bench* ou *The Court of the King Before the King Himself*, era uma corte realizada em Westminster Hall (ou onde quer que o rei estivesse pois o trono viajava com ele), em que o rei exercia a justiça do reino, durante os séculos XII a XVI.

[167] No original em latim: *"De militibus in Rubem evocais et eorum armatura: et de regis coronatione"*. Cf. ARMSTRONG, Charles A. J. (Ed.). MANCINI, Dominic. The Usurpation of Richard III. Oxford: Alan Sutton, 1984, 2ª edição, p. 98.

completo e com maior propriedade, Mancini aponta que nas vésperas de sua coroação, Ricardo III reuniu tropas de cerca de 4000 homens[168], em Londres, temendo qualquer tipo de revolta contra ele ou sua posição. Armstrong (1984) escreve em nota que as tropas consistiam daqueles que tinham vindo com o então Duque de Gloucester[169] e o Duque de Buckingham previamente para Londres quando escoltaram Eduardo V, assim como tropas do Norte[170] lideradas pelo Conde de Northumberland e um dos protegidos do rei, sir Richard Ratcliff. O grande número de tropas causou alarde entre membros da população, mas o mesmo havia ocorrido quando Eduardo IV[171] ascendeu ao trono em 1461. O autor então descreve o armamento usados pelos soldados, fazendo algumas comparações com equipamentos que conhecia na Itália e França e sobre o posicionamento das tropas em lugares estratégicos da cidade.

Em seguida, no último parágrafo do capítulo, discorre brevemente sobre a cerimônia de coroação de Ricardo III sem entrar em grandes detalhes. Nele, Mancini narra que, seguindo os costumes ingleses, Ricardo passou a noite na Torre de Londres e realizou uma procissão até a Abadia de Westminster e "no dia seguinte, o cardeal de Canterbury relutantemente, o coroou rei da Inglaterra."[172]. Sua breve descrição pode estar relacionada a seu retorno abrupto à França, respondendo ao chamado de Angelo Cato, que, como mencionamos previamente, havia o enviado para a Inglaterra. A coroação de Ricardo III, segundo especialistas, foi detalhada em manuscritos não apenas por sua magnitude, mas por ser uma coroação conjunta, algo que não ocorria na Inglaterra desde Eduardo III e, ao que consta, segundo Richardson (1941), trata-se de o primeiro manuscrito a conter as diretrizes para o juramento real em inglês, conhecido como *The Little Device,* ao invés de francês que era utilizado anteriormente[173].

---

168 Fabyan aponta que as tropas consistiam entre 4000 e 5000 homens. Cf. FABYAN, Robert. **The New Chronicles of England and France, in two parts: by Robert Fabyan**. Named by himself The concordance of histories. Reedição. Londres: Longman, 1811. (c.1516), p. 669.

169 ARMSTRONG. MANCINI. op. cit, p. 132-133, nota 104.

170 Carta enviada a cidade de York em 10 de junho de 1483 por Ricardo que ainda era Lorde Protetor, requisitava que enviassem a maior quantidade possível de homens para Londres.

171 Cf. ARMSTRONG, Charles A. J. ***"Inauguration Ceremonies of the Yorkist kings and their title to the throne".*** In: Transactions of the Historical Society, vol. 30, dez. 1948, pp. 51-73.

172 ARMSTRONG. MANCINI. op. cit, p. 101. Tradução nossa.

173 RICHARDSON, Henry G. ***"The English Coronation Oath".*** In: Transactions of the Royal Historical Society, vol. 23, dez. 1941, p. 157.

A cerimônia foi recriada em ordem cronológica dos eventos e compilada por Anne Sutton e Peter Hammond em 1983, utilizando alguns documentos medievais: registros de 1483-1484 do Great Wardrobe, registros dos barões de Cinque Ports, manuais litúrgicos, o *Liber Regalis,* utilizado em coroações desde o século XIV e o cerimonial da coração em si. No entanto, não tivemos acesso a tais documentos. No último capítulo do livro, Mancini descreve a cidade de Londres de forma equivocada e errônea, porém compreensível, já que não deve ter tido o conhecimento necessário sobre a geografia e arquitetura inglesa para poder descrevê-la com precisão. O que mais nos chama atenção nessa última parte, no entanto, é a sua conclusão. Nela, escreve:

> Para finalizar meu trabalho, preciso agora apenas relatar a duração dos eventos que recontei: entre a morte de Eduardo IV e a ascensão de Ricardo III, não mais do que três meses sucederam-se. Havia uma profecia, feita por algum profeta, que ainda circulava nas bocas do povo, de que três reis em três meses tomariam posse da Inglaterra. Seu cumprimento foi realizado quando Ricardo foi coroado o terceiro rei depois de Eduardo IV. Esses são os fatos relativos a desordem nesse reino; mas como ele (Ricardo) irá posteriormente reinar, e ainda reina, ainda não o sei pois após seus triunfos, deixei a Inglaterra para retornar à França, como vós, Angelo Cato, me ordenou. Portanto, adeus, e por obséquio, favoreça de alguma forma nosso trabalho, pois qualquer que seja sua qualidade, foi realizado de bom grado para vós. Concluído em Beaugency, no condado de Orleans, 1º de Dezembro de 1483.[174]

Não temos conhecimento sobre a profecia relatada por Mancini, mas haviam outras referentes à Ricardo III e a monarquia inglesa em circulação desde o início do século XV tal qual a "Profecia do Seis Reis" ou "Profecia de Merlin"[175], que descrevia o destino de seis reis ingleses que sucederiam João Sem-Terra. De acordo com Kingsford (1913), as profecias dos séculos XV tinham uma função política propagandista e a circulação de profecias e baladas eram recorrentes em meio a população, e portanto, também cumpriam uma função didática, pois reproduziam oralmente em grande escala, eventos históricos e seus personagens[176]. Também eram inseridos em histórias e crônicas como as "Grandes Crônicas" de Edward Hall,

---

[174] ARMSTRONG. MANCINI. op. cit, p. 105. Tradução nossa.

[175] *'A dragon shall rise up in the north which shall be full fierce and shall move war against the 'moldewarp' and shall give him battle upon a stone. This dragon shall gather again into his company a wolf that shall come out of the west that shall begin war against the moldewarp on his side, and so shall the dragon and he bind their tails together. Then shall come a lion of of Ireland that shall fall in company with them, and then shall England tremble ... the moldewarp shall flee for dread and the dragon, the lion and the wolf shall drive him away ... and the land shall be partitioned in three parts; to the wolf to the dragon and to to the lion, and so it shall be for evermore.'*. SMALLWOOD, T. M. *"The Prophecy of the Six Kings"*. In: **Speculum.** Chicago: Chicago University Press, nº60, 1985, pp. 583-585. Disponível em: https://www.journals.uchicago.edu/doi/pdf/10.2307/2848176. Acesso em 12 de dezembro de 2020.

[176] KINGSFORD, Charles L**. English Historical Literature in the Fifteenth Century**. Londres: Claredon Press, 1913, pp. 236-358.

Polydore Vergil e Raphael Holinshed do século XVI. Como veremos a seguir, John Rous também empregada o recurso de uma profecia para narrar a ascensão de Ricardo III ao trono.

2.3 Historia regum Angliae

Assim como a obra de Mancini, o texto de John Rous também foi escrito em latim e cobre um grande período da história inglesa, como mencionado anteriormente. O excerto que analisaremos a seguir abrange o período do Protetorado a morte de Ricardo III, cujo manuscrito original se encontra na Biblioteca Britânica (Cotton MS Vespasian A XII, ff. 131v-136r) o qual tivemos acesso e foi traduzido por Alison Hanham em meados dos anos 1970. Nele, o autor inicia sua narrativa com a morte de Eduardo IV, seu funeral e expressa que foi sucedido por Eduardo V, que na antes do falecimento de seu, residia em Ludlow, País de Gales. Em seguida, Rous descreve que Ricardo, Duque de Gloucester, irmão do falecido rei: "[…] havia sido nomeado Protetor da Inglaterra, e encontrou com ele em Stony Stratford, com uma grande força, e tomou o jovem rei, seu sobrinho, sob seu controle pelo direito de seu protetorado"[177].

Em seguida, reporta que o Conde Rivers, sir Ricardo Grey e sir Thomas Vaughan foram removidos de suas capacidades administrativas, presos e enviados ao norte em Pontefract[178], onde subsequentemente, foram mortos. No mesmo trecho, Rous escreve que o novo rei foi "retirado dos cuidados de seus servos leais e foi recebido com beijos e abraços, tal qual um cordeiro inocente caindo nas mãos dos lobos."[179] Nesse mesmo segmento, o autor nos dá o acrescimento de mais um membro da comitiva de Eduardo V, que também foi executado por Gloucester.

Narra então os mesmo acontecimento descritos por Mancini sobre a chegada do jovem rei em Londres com Gloucester, a fuga da rainha mãe para a Abadia de Westminster, a alegação de conspiração contra a vida do Duque de Gloucester orquestrada pela família

---

177 ROUS, John. Excerto de *Historia regum Angliae,* ff. 132r. In: HANHAM, Alison. Richard III and His Early Historians.1483-1535. Oxford: Claredon Press, 1975, p. 118. Tradução nossa.

178 Sabe-se que Rivers foi primeiramente mantido em Sheriff Hutton e Grey in Middleham, ambas propriedades pertencentes a Gloucester no norte da Inglaterra.

179 *Ibid,* p. 118. Tradução nossa.

Woodville-Grey, a nomeação de Ricardo como Lorde Protetor e a maneira como apontou para cargos do governo para pessoas de sua confiança. No entanto, o autor não menciona em nenhum momento a presença do Duque de Buckingham ou a conexão dos duques com Lorde Hastings.

Rous aponta que durante sua prisão em Pontefract, Lorde Rivers compôs uma balada. O autor então escreve o poema, o qual não entrarei em detalhes, mas nele o conde lamenta sua sorte, mas se conforma com sua iminente morte. Em seguida, o autor descreve como Gloucester encontrou uma forma de deserdar Eduardo V e tomar a Coroa, subsequentemente, prendendo-o juntamente com o Duque de York. Narra também que logo em seguida ambos foram mortos e a maneira como isso ocorreu foi mantida em segredo por um grupo seleto. Conclui esse trecho com a seguinte frase: O usurpador Ricardo III então ascendeu ao trono das crianças massacradas, de quem era o protetor.[180]

Até esse ponto, o autor rapidamente resume a maneira como Ricardo III ascendeu a trono, sem entrar em muitos detalhes, tal qual Mancini o fez. Contudo, a partir do parágrafo seguinte e até o final do excerto, o autor trata de fato sobre a personalidade, características pessoais, ações e atributos físicos de Ricardo III. Inicia sua descrição a partir do nascimento monstruoso de Ricardo em Fotheringhay no qual narra que:

> […] permaneceu no ventre de sua mãe por dois anos e emergiu com dentes e cabelos até a altura dos ombros. Nasceu no dia da Festa das Onze Mil Virgens. Em sua natividade, Escorpião estava em ascensão, o signo pertencente a casa de Marte. E tal qual um escorpião, combinou o semblante tranquilo e a cauda venenosa.[181]

Aqui, Rous comete alguns equívocos: a festa da qual se refere ocorre em 21 de outubro, dia de Sta. Úrsula. Também faz alusão ao signo do monarca. No entanto, Ricardo nasceu em 2 de outubro, e portanto, sob o signo de Libra, destruindo a analogia estabelecida pelo autor. No trecho mencionado, observam-se descrições sobre as características de seu nascimento além de aspectos astrológicas relacionados. Sobre a primeira, acreditava-se que nascimentos que fugiam do padrão, em que crianças nasciam com deformidades ou aparências monstruosas seriam o resultado de uma punição divina. Thomas (1971) descreve que acreditavam-se que "incesto, adultério e outras formas de imoralidade sexual eram

---

180 ROUS. HANHAM. ff. 134v, op. cit., p. 120. Tradução nossa.

181 *Ibid*, ff. 134v, p. 120. Tradução nossa.

punidos com problemas de saúde e nascimentos monstruosos."[182]. Embora pouco se saiba sobre as circunstâncias de seu nascimento e seus primeiros anos de vida, sabemos que a natureza de sua paternidade, ao contrário daquela de seu irmão Eduardo, nunca foi contestada.

O que pode ser atribuído, no entanto, para explicar o relato de Rous, são as noções acerca dos presságios que acompanharam seu nascimento. Presságios, indica Thomas (1971), eram indicadores dos desejos e avisos divinos, "enviados por Deus a fim de fazerem os homens se arrependerem de seus pecados."[183] Como apontado anteriormente, o período imediatamente anterior a seu nascimento foi marcado pelas perdas territoriais na França ocasionadas pela Guerra dos Cem Anos, enquanto a Inglaterra encontrava-se em um momento de conflito interno entre o rei e seus magnatas, sendo Ricardo, 3º Duque de York a maior ameaça ao reinado de Henrique VI. Um ataque contra a majestade e o ofício do rei era passível de julgamento e condenação, atribuídos não apenas à justiça terrena — Ricardo foi preso e punido com sanções judiciais — mas também, pela justiça divina. A queda e ascensão de reinos (e indivíduos ligados ao poder) também encontrava-se dentro do escopo da providência divina.[184]

Rous indica, erroneamente, que Ricardo teria nascido sob o signo de escorpião, pertencente à casa de Marte. Contudo, seu erro premeditado ou não, se prova proveitoso na criação da imagem vilanesca do rei de forma dupla. A associação ao signo supracitado está relacionado com o próprio conceito de mal, oriundo não apenas da tradição judaico-cristã, mas também às teorias sobre as influências astrológicas na composição corporal e temperamental das pessoas criadas na Antiguidade clássica. O escorpião estava diretamente relacionado ao mal, à traição e à vingança. Marte, como planeta regente, pode ser classificado como segundo adicional à imagem de Ricardo III. Até 1930 com a descoberta de Plutão, Marte era associado ao signo de escorpião. Baseado no deus da guerra, esse seria o astro que refletiria a natureza animalesca do homem; a agressividade, violência, raiva e o instinto de

---

182 THOMAS, Keith. **Religion and the Decline of Magic**. Londres: Penguin Books, 1971, p. 243. Versão digital. Tradução nossa.

183 *Ibid*, p. 209. Versão digital. Tradução nossa.

184 *Ibid*, p. 211. Versão digital.

sobrevivência. Pierre D'Ailly[185] (1350-1420) aponta a disposição favorável dos astros durante o nascimento de Cristo para evidenciar sua aparência perfeita.

Sobre a descrição do nascimento de Ricardo III, More (c.1518), seguindo o padrão de Rous, também o descreve como anormal, apontando que nasceu de um parto pélvico, ou seja com os pés primeiro. Ademais, More (c.1518) atribui seu nascimento a uma possível aversão à normalidade escrevendo que talvez " a natureza tenha mudado seu curso em seu nascimento já que durante sua vida, cometeu diversas coisas anormais."[186] No trecho seguinte, Rous narra a maneira como Ricardo agiu perante seus sobrinhos e membros da nobreza a fim de atingir seus objetivos. Descreve que:

> Recebeu seu senhor, o rei Eduardo V delicadamente com abraços e beijos, e dentro de cerca de três meses ou pouco mais, matou-o juntamente com seu irmão. E a Lady Anne, sua rainha, filha do Conde de Warwick, a envenenou. […] E o que era desprezível perante Deus e todos os ingleses, e de fato perante todas as nações que souberam de tal fato, ordenou que matassem o santo homem rei Henrique VI, ou como muitos assim o pensavam, ele o matou com suas próprias mãos.[187]

Portanto, Rous aponta e condenada Ricardo, não apenas pela morte de seus sobrinhos, como também de sua esposa, Anne Neville e do antigo rei, Henrique VI que tinha sido deposto por seu irmão, Eduardo IV. Essa última acusação também é levantada por More (c.1518), possivelmente derivado não de Rous mas das Memórias de Philippe de Commines[188] . No entanto, biógrafos de Henrique VI como Bertram Wolffe[189] acreditam que a ordem tenham vindo de Eduardo IV e não de Ricardo, que na época ainda era Duque de Gloucester. No parágrafo seguinte, Rous nos dá a profecia sobre a ascensão de Ricardo III ao trono com o seguinte trecho:

> Havia uma profecia que depois de E. (isto é, depois de Eduardo), G. reinaria, e por conta dessa ambiguidade, George, Duque de Clarence, que era o irmão do meio entre Eduardo e Ricardo, teria sido morto. E o outro G., isto é, Gloucester, viveu para cumprir a profecia.[190]

---

185 SMOLLER, Laura A. **History, Prophecy, and the Stars: The Christian Astrology of Pierre d'Ailly 1350–1420.** Princeton: Princeton University Press, 1994, p. 38.

186 MORE, Thomas; LOGAN, George (Ed.). **The History of King Richard III.** A reading edition. Bloomington: Indiana University Press, 2005, p. 10.

187 ROUS. HANHAM. ff. 134v e 135r, op. cit., p. 120-121. Tradução nossa.

188 Cf. DE COMMYNES, Philippe. BLANCHARD, Joel (ed.). **Mémoires.** I. Geneva: Droz, 2007, p. 204.

189 Cf. WOLFFE, Bertram**. Henry VI.** Londres: Eyre Methuen, 1981, p. 347

190 ROUS. HANHAM. ff. 135r, op. cit., p. 121. Tradução nossa.

A profecia descrita por Rous não havia até então aparecido em nenhum outro lugar e serve de inspiração para Vergil e More[191] e de acordo com Anne Sutton e Lisa Fuchs, é provável que ela tenha sido criada após evidências de que o então Duque de Gloucester ambicionava o trono da Inglaterra. No entanto, as autoras também denotam que a repetição da proferia em demais textos durante o período Tudor demonstra que o estilo de textos proféticos curtos que entraram em voga durante o reinado de Eduardo III ainda tinham importância dentro do imaginário e consciência política da população inglesa.

No parágrafo seguinte, o autor por um breve momento, relata pontos positivos sobre Ricardo III em particular sobre as construções no norte da Inglaterra, pela fundação de igrejas e faculdades além de contribuir com obras de caridade. No entanto, logo em seguida, Rous retoma a mesma linha narrativa que adotou anteriormente e critica a aparência física de Ricardo e segundo o autor, "ele possuía baixa estatura, com um rosto pequeno e ombros desiguais, o direito mais alto e o esquerdo mais baixo."[192]

É importante ressaltar que Alison Hanham nota em sua tradução que as palavras para direito e esquerdo em latim — dexter e sinister — foram adicionadas posteriormente ao manuscrito, possivelmente por uma outra pessoa. Dito isso, Rous foi o primeiro a mencionar o desnível dos ombros de Ricardo III, fato que seria reproduzido por More, Vergil, John Stow e um comentário anônimo que é mencionado nos registros da cidade de York. A questão acerca desse desnível acabou se tornando a deformidade exagerada na forma de uma corcunda, como apresentada na peça de William Shakespeare. Entretanto, após a descoberta de seu corpo e análise de seus ossos, foi comprovado por especialistas das Universidade de Leicester[193] que sua escoliose foi formada ainda na infância e demonstrava uma pequena elevação do ombro direito e não uma diferença que fosse visível a olho nu. Também concluíram que tal problema não afetaria sua locomoção e teria uma estatura média, dentro dos padrões da época.

---

191 SUTTON, Anne. FUCHS, Lisa Visser. ***"The prophecy of G".*** In. The Ricardian, Vol. viii , 1988-1990, pp. 449-450.

192 ROUS. HANHAM. ff. 135r, op. cit. p. 121. Tradução nossa.

193 APPLEBY, Jo. MITCHELL, Piers. ROBINSON, Claire. et al. ***"The scoliosis of Richard III, last Plantagenet King of England: diagnosis and clinical significance.".*** In: The Lancet, vol. 383, número 9932, 31 de maio de 2014, p. 1944. Disponível em: https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736%2814%2960762-5/fulltext#articleInformation. Acesso em 16 de agosto de 2020.

No parágrafo seguinte, Rous menciona pela primeira vez o nome de duas figuras centrais na ascensão de Ricardo III: Lorde Hastings e o Duque de Buckingham. Nele, o autor menciona como Buckingham influenciou a decisão do então Lorde Protetor quanto a execução de Hastings. Também narra a forma como elevou certos lordes de sua confiança a cargos antes ocupados por homens relacionados à família Woodville-Grey; em seguida, descreve a procissão de Ricardo e sua comitiva pela Inglaterra imediatamente após sua coroação, com particular destaque para as ações que realizou em seu caminho tal como a nomeação de prefeitos, a recepção de embaixadores e a investidura de seu filho como Príncipe de Gales na cidade de York. Ademais, menciona brevemente a revolta do Duque de Buckingham, assim como a morte do filho e herdeiro de Ricardo III, príncipe Eduardo de Middleham e o reenterro de Henrique VI, em uma capela do Castelo de Windsor. Curiosamente, Rous aponta que logo após a morte de seu filho, Ricardo nomeia o Conde de Warwick, como seu herdeiro. Tal fato nos parece estranho, sabendo que de acordo com seu documento de ascensão ao trono, *Titulus Regius,* assim como as proclamações de Shaa e Buckingham realizadas em junho de 1483, o menino era inelegível ao trono devido a traição de Clarence, como apontado previamente. Contudo, a nomeação foi trocada em prol do Conde de Lincoln, John de la Pole, seu sobrinho, filho de sua irmã Elizabeth.

Por fim, no último trecho do excerto relacionado a Ricardo III, o autor relata essa passagem rapidamente, assim como as demais, narrando seu declínio em poder e posteriormente, morte. Nela, fala da chegada de Henrique Tudor, Conde de Richmond em Gales, o abandono de certos nobres que se juntaram a Tudor e o trajeto de ambos até o campo onde se deu a Batalha de Bosworth, em 22 de Agosto de 1485, localizado entre os condados de Warwick e Leicester. Conclui seu texto com o seguinte parágrafo sobre Ricardo III:

> Esse rei Ricardo, que foi excessivamente cruel em seu tempo, reinou por três anos e um pouco mais, da mesma forma que o Anti-Cristo há de reinar. E tal qual o Anti-Cristo que virá, foi surpreso em seu momento de maior glória. Pois possuindo a coroa assim como uma grande quantidade de tesouros, inesperadamente foi arruinado como uma criatura miserável em meio a seu exército por um exército menor em comparação (tamanho) mas de ímpeto furioso. Mesmo assim, deixe-me dizer a verdade em seu favor: portou-se como um soldado nobre e apesar de seu corpo pequeno e fraco, defendeu-se de forma honorável até seu último suspiro, gritando inúmeras vezes que foi traído e gritando 'Traição! Traição! Traição!'. E assim, provando do mesmo remédio que havia administrado a outros, concluiu sua vida miseravelmente, e por fim, foi enterrado no coro (da igreja) dos Frades Menores em Leicester.

> Por mais curtos que tenham sido seus dias, foram encerrados sem lamentações de seus súditos. [194]

Na composição de Rous temos alguns elementos referentes ao imaginário cristão e sua ligação com a figuração do mal. Em sua acepção, escreve erroneamente que Ricardo teria reinado por três anos e um pouco mais. Esse fator, acredita-se, foi deliberadamente inserido em sua narrativa para que fosse assimilado ao versículo 5 do capítulo 13 do livro do Apocalipse em que São João escreve que à besta ou mostro vindo do mar teria sido dado uma boca para que proferisse blasfêmias e deu-lhe poder para agir durante quarenta e dois meses[195], o que formaria três anos, acrescidos de mais alguns meses. A associação de Ricardo com essa passagem assemelha-o ainda mais, na visão de Rous, a própria encarnação do mal. No jogo de opostos, enquanto Ricardo III seria o Anti-Cristo que em seu reinado causou terror e ondas de violências, o escolhido de Cristo seria Henrique Tudor, que o derrotou em batalha, tornando-se rei da Inglaterra e trazendo consigo uma nova prosperidade ao reino.

---

[194] ROUS. HANHAM. ff. 137r, op. cit. p. 123-124. Tradução nossa.

195 Cf. BÍBLIA – Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002, p. 2155.

Capítulo 3 "LEFT THEE A PRAY OF TIME. "[196] - A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA RICARDIANA

Nesse último capítulo, nos dedicaremos à análise dos ciclos de memória que formam a imagem de Ricardo III ao longo de um século, partindo das bases teóricas de Aleida Assmann, Jan Assmann, Paul Ricoeur, Mary Carruthers e demais teóricos dos estudos da memória e da cultura. Partindo de temas associados à imagem e ao corpo presentes na sociedade medieval do século XV, de elementos textuais encontrado nas quatro obras de William Shakespeare que retratam Ricardo III e nos documentos analisados no capítulo anterior que diretamente ou indiretamente formaram a base histórica de suas peças, trabalharemos a construção memorial-histórica ricardiana. Por fim, seguiremos em nossa análise a partir de interpretações proferidas por historiadores e estudiosos do campo literário, além de sua consolidação no imaginário popular e os novos caminhos para o entendimento de sua imagem e memória. Nosso objetivo, portanto, é entender como as configurações da memória influenciaram e foram influenciadas pela sociedade, história e cultura na criação da imagem de Ricardo III, formada tanto na historiografia tradicional, quanto na cultura popular.

Narrativas como as que analisamos no capítulo anterior eram comuns durante o período medieval, mantendo a herança dos textos gregos e romanos sobre os feitos de reis e imperadores. E assim como seus antecipados concebiam tais narrativas histórico-biográficas e memoriais, elas tinham um papel didático para aquelas que as liam ou ouviam. O estudo do passado dentro da configuração Ciceriana[197] era central para a compreensão do futuro, sabendo que as vidas de pessoas célebres contidas nesses livros traziam lições, metáforas e avisos preventivos a quem as estudava. Não é estranho, portanto, encontrar tais narrativas e compilações biográficas por toda Idade Média e adentro do período moderno, como é o caso com Ricardo III.

---

[196] SHAKESPEARE, William. ***The King Richard the Third.*** In: The Complete Works of William Shakespeare. (The Shakespeare Head Press, Oxford Edition). Ware: Wordsworth Library Collection, 2007, p. 128.

[197] Cf. CICERO, Marcus Tullius. **De Oratore.** Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1957.

Contemporânea às narrativas de Mancini e Rous temos as Crônicas da Abadia de Croyland, que foram mencionadas em trechos do capítulo anterior, assim como posteriormente mas ainda dentro do mesmo escopo temporal de 30 anos, encontra-se a obra de Thomas More. É evidente quando se analisam os temas dos textos dessas quatro primeiras narrativas, encontramos similaridades não apenas em forma como em conteúdo. E tal padrão pode ser dentro das obras realizados da metade ao final do século XVI sobre Ricardo III como os trabalhos de Polydore Vergil, Robert Fabyan, Edward Hall e Raphael Holinshed, sendo os dois últimos, centrais para a construção da imagem de Ricardo III adotada por William Shakespeare.

3.1 Temas e Abordagens

Como apontado em nosso capítulo anterior, dentro das narrativas de Mancini e Rous conseguimos ver o início da formação de um agrupamento de imagens, palavras, descrições e história associadas a Ricardo III. Nesse primeiro momento, gostaríamos de nos atentar a algumas temáticas do imaginário, cultura e conhecimentos medievais que vigoravam no final do século XV e continuaram a ser propagadas pelo período Tudor. No capítulo anterior já abordamos a Astrologia como um desses elementos quando tratamos da associação entre os astros, nascimentos e as imagens que são associadas a Ricardo III a partir desse entendimento. Isidoro de Sevilha (c.612-613) destaca em sua obra *De natura rerum* que:

> [...] o mundo é o universo todo, o qual consta do céu e da Terra. [...]. Segundo o senso místico, o significado do mundo e do homem se corresponde, pois ambos são formados por quatro elementos concretos, e em ambos um temperamento consta de quatro humores.[198]

A partir desse conceito, adentraremos no segundo elemento teórico-social para o entendimento da vida e o funcionamento do corpo durante a Baixa Idade Média: a Teoria dos Quatro Humores[199] ou Quatro Temperamentos atribuída a Hipócrates (460 a.C- 377 a.C) e explorada por Galeno (129-210). Nela, acreditava-se que o corpo humano era composto por quatro substância líquidas vitais: sangue, fleuma, bile amarela e bile negra, as quais seriam

---

[198] BRITO, Arlete de Jesus. ***A matemática de Isidoro de Sevilha e a tradição pitagórica.*** In: Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência. Rio de Janeiro: Vol. 3, nº 1, 2005, p. 56 apud ISIDORO. De natura rerum. Patrologia Latina. Tomo 83. Paris: Migne, 1862, 9, 1-2, ML, 977c; 978a.

[199] Cf. CAIRUS, Henrique**. *"Da Natureza do Homem".*** In: História, Ciência, Saúde. Rio de Janeiro: Revista de Manguinhos, vol. 6, nº 2, Jul.- Out., 1999.

responsáveis pela constituição de uma pessoa desde seu nascimento. Estava relacionada também com a concepção de seco, úmido, quente e frio sendo o sangue quente e úmido; a fleuma, fria e úmida; a bile amarela, quente e seca e a bile negra fria e seca. Esses humores deveriam estar em equilíbrio para que a pessoa vivesse bem. Ademais, como apontado por Isidoro de Sevilha (c.612-613), essas constituições estavam alinhadas com as concepções sobre os quatro elementos principais e as estações do ano. Sendo assim, a época em que uma pessoa nascia poderia influenciar a maneira como seu corpo funcionava e como ela em si se apresentava aos outros.

Por exemplo, uma pessoa nascida no verão seria colérica, ou seja, violenta, temperamental pois os meses do verão estão ligados as condições quente-seco que, portanto, seriam correspondentes a bile amarela. Partindo desses princípios, Ricardo III que nasceu no outono, teria dentre seus humores uma prevalência da bile negra, associada com melancolia, a tristeza profunda. Os conhecimentos de Hipócrates e Galeno, além daqueles de origem islâmica e judaica foram explorados por Avicenna no século XII e disseminados pela Europa em seu *Cânone;* a partir do século XV, como apontado por Danielle Jacquart, os médicos "ligam-se de novo a uma tradição mais Hipocrática que dá lugar à descrição de casos mais concretos."[200]. Ademais, de acordo com Draper (1970), tal teoria continuava a ser utilizada durante o período moderno. Sobre as pessoas classificadas como melancólicas e o termo *melancolia,* o autor escreve que:

> […] tais homens eram tidos como pessoas que oscilavam entre o estado de violência colérica que poderia se transformar em loucura, e o estado de depressão. […] A melancolia Elizabetana estava direcionada ao anormal.[201]

De fato, esses traços comportamentais, associados a maneira como Rous agrupa certos elementos à natividade de Ricardo III e forma como Mancini descreve o desejo pelo poder e a paranóia de Ricardo, como apontados no capítulo anterior, lhe confere aspectos concretos sobre sua condição de vilão, sobre a monstruosidade a ele conferida, demonstrada não apenas pela circunstância de seu nascimento mas também pelo reflexo em que elementos como a Astrologia e a Teoria dos Humores teria em sua vida e definiam quem ele era. Com efeito, em conjunto, esses seriam atributos facilmente associados à figura de Ricardo III: seu

---

[200] JACQUART, Danielle. ***"A medicina medieval posta à prova."*** In: LE GOFF, Jacques (org). As Doenças tem história. Lisboa: Terramar, 1985, p. 80.

[201] DRAPER, John W. **The Humors and Shakespeare's Characters**. Nova Iorque: AMS Press, 1970, 2ª edição, p. 62. Tradução nossa.

posicionamento para com seus inimigos e para com àqueles que lhe traíram — Lord Rivers, Lord Hastings e Duque de Buckingham foram sentenciados à morte; sua agressividade em decisões política — a urgência em se estabelecer no cenário político após a morte de Eduardo IV e sua rápida ascensão ao trono; a traição cometida contra os herdeiros de seu irmão — o "desaparecimento" dos príncipes da Torre. Os primeiros passos para a fundamentação da imagem de Ricardo III encontram-se, portanto, aqui explícitos. Ademais, quando tratamos particularmente da maneira como Shakespeare trabalha com seus personagens e a forma como constitui suas personalidades, encontramos uma característica em comum a certos vilões: a melancolia mencionada anteriormente. De acordo com o autor supracitado:

> Um aleijado como Ricardo III, um Mouro como Aarão em *Tito Andrônico,* e um Judeu como o agiota Shylock, todos são melancólicos, e todos se revoltam contra a ordem estabelecida, e, portanto, são conspiradores, usurpadores e vilões.[202]

Além disso, menciona que dentro do compreensão e disseminação cultural sobre a Teoria dos Humores, entendia-se que "pessoas melancólicas eram amarguradas, frustradas, sedentas por vingança e poder"[203], traços de personalidade que se alinham com a maneira como Ricardo III é descrito e personificado nas narrativas históricas trabalhadas no capítulo anterior, nas narrativas posteriores e também na peça de Shakespeare. Ainda sobre o tópico de sua natividade, usando uma de nossas obras auxiliares em adição aos temas e abordagens relacionados a Ricardo III, comparamos trechos da obra de Thomas More (1478-1535) com alguns mencionado por Rous no capítulo anterior. Sua obra *History of King Richard III*, faz parte de demais trabalhos escritos pelo autor no início do século XVI. Partindo das premissas estabelecidas por Rous, More de uma forma mais literária e deliberadamente dramática, traz novos elementos à primeira demonstração de monstruosidade de Ricardo III. Sobre sua aparência e personalidade, More escreve:

> Ricardo, o terceiro filho, de quem trataremos agora, possuíam inteligência e coragem em igual medida de seus irmãos, quanto ao corpo e destreza do mesmo, era inferior a eles: tinha baixa estatura, com membros disformes, corcunda, seu ombro esquerdo muito mais alto do que o direito, feio, e as vezes, agressivo […]. Era reservado e furtivo, um profundo dissimulador: medíocre em aparência, de coração arrogante; exteriormente amigável enquanto internamente (era) odioso, sem deixar de beijar aqueles que

---

[202] DRAPER, op. cit, p. 63. Tradução nossa.

[203] *Ibid,* p. 66. Tradução nossa.

> pensava matar; impiedoso e cruel, nem sempre pela maldade, mas frequentemente pela ambição. […] [204]

O caráter dissimulado de Ricardo III é apontado previamente por Rous quando utiliza e mesma metáfora do beijo para falar sobre a maneira como tratou seu sobrinho, Eduardo V faz uma clara alusão à Judas Iscariotes e o beijo que traiu Jesus Cristo. De fato, o que os dois autores apresentam em suas primeiras acepções sobre Ricardo III são associações entre as características do início de sua vida e os resultados de suas ações consideradas violentas e cruéis, sobretudo durante o período em que foi rei.

Com a relação a descrição de sua deformidade corporal, tanto Rous quanto More (c.1518) aponta que o rei possuía uma baixa estatura, rosto pouco atraente e ombros desiguais[205]. More (c.1518), vai além e estabelece a imagem física da corcunda, assim como aprofunda o temperamento de Ricardo, que se solidificarão como parte do imaginário Shakesperiano décadas depois.

Partindo da imagem de deformidade física do relato de Rous e posteriormente de More (c.1518), apresentemos o terceiro tema que adentra o mesmo escopo do imaginário e a cultura medieval: a fisionomia. As definições quanto a aparência das pessoas, a questão da simetria e o equilíbrio das formas era cara aos escritores, estudiosos, religiosos e artistas do período (como apontado pela própria Teoria dos Humores), visto que compartilhavam não apenas dos ensinamentos desenvolvidos pela Escolástica dos séculos XII e XII, associada diretamente com a propagação das ideias de Avicenna apontadas anteriormente, como também através de tratados fisionômicos e estudos sobre a fisionomia realizados por personagens importantes do cenário teológico, tal qual a abadessa Hildegard de Bingen (1098-1179) e Guilherme de Conches (1080-1154) e pelos pensadores Gerardo de Cremona (1114-1187), Burgundio de Pisa (1110 -1193)[206] e Michael Scot (1175-1232). Ademais, os textos Pseudo-Aristotélicos[207] que circulavam pela Baixa Idade Média também corroboraram

---

[204] MORE, Thomas; LOGAN, George (Ed.). **The History of King Richard III. A reading edition.** Bloomington: Indiana University Press, 2005, pp. 10-12. Tradução nossa. Grifo nosso.

[205] Nota-se que Rous e More divergem quanto a desproporcionalidade dos ombros: lembrando que Rous aponta o ombro direito como mais elevado enquanto More aponta o esquerdo.

[206] SIRAISI, Nancy. **Medieval and Early Renaissance Medicine.** An Introduction to Knowledge and Practice. Chicago: University of Chicago Press, 1990, pp. 14-15.

[207] BORDES, Juan. **Historia de las teorías de la figura humana.** El dibujo, la proporción, la fisiognomía. Madrid: Cátedra, 2003, pp. 288-355.

para os estudos não apenas sobre a fisionomia, mas também sobre os temas explorados previamente. Segundo Bordes (2003):

> A doutrina que alimenta os fisionomistas, é a das quatro aparências e temperamentos. Um exemplo é o princípio humoral desenvolvido por Galeno no qual a prevalência de um dos quatro humores determina sua forma corporal e psíquica em relação a tetralogia dos temperamentos: sanguíneo, fleumático, colérico e melancólico.[208]

Portanto, podemos compreender e presumir que ambas teorias — Teoria dos Quatros Humores e Fisionomia — estavam interligadas. De fato, sabe-se da influência e correspondência do interno para o externo dentro do entendimento medieval sobre o corpo e a alma. Como apontado por Resnick (2012):

> […] embora deformidade físicas e doenças não indicavam necessariamente um estado correspondente de corrupção da alma, esperava-se que imperfeições e defeitos na alma fossem revelados no corpo. Pois o corpo acompanha a alma quando a mesma está perturbada, e a alma segue o corpo em seus acidentes, ambas — a cura do corpo e alma — não podem ser completamente separadas, levando a uma coincidência de interesses pela teologia medieval, medicina e as ciências naturais.[209]

Além disso, o autor afirma que evidências sobre o uso da fisionomia em obras literárias como *Os Contos da Cantuária* de Geoffrey Chaucer, demonstram que as teorias fisionômicas, muito provavelmente, teriam tido aceitação popular a partir do século XIV[210]. As definições de beleza exterior poderiam ser entendidas e averiguadas a partir das proporções perfeitas e divisões bilaterais do corpo e do equilíbrio entre as formas. Upson-Saia (2011) escreve que a partir desses conceitos, oriundos do mundo Antigo e partindo das teorias de Santo Agostinho, era possível interpretar o caráter e o temperamento de um indivíduo baseando-se na sua aparência. Segundo ela, de acordo com a taxonomia fisionômica:

> […] a beleza e a virtude eram inextricavelmente associadas, tanto que, a aparência de um homen que fosse belo e de traços proporcionais era considerada uma evidência de um caráter que fosse merecedor de louvores, enquanto a feiura e deformidades e um homem eram a comprovação de sua depravidade e imoralidade interior.[211]

---

[208] *Ibid*, p. 298. Tradução nossa.

[209] RESNICK, Irven M. **Marks of Distinction. Christian Perceptions of Jews in the High Middle Ages.** Washington D.C.: The Catholic University of America Press, 2012, p. 13.

[210] *Ibid*, p. 18.

[211] UPSON-SAIA, Kristi. ***"Resurrecting Deformity: Augustine on Wounded and Scarred Bodies in the Heavenly Realm."***. In: SCHUMM, Darla. STOLTZFUS, Michael. (Org.) Disability in Judaism, Christianity, and Islam: Sacred Texts, Historical Traditions, and Social Analysis. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2011, p. 106. Tradução nossa.

Para além disso, a autora aponta que é através dessa definição que podemos entender a intercambialidade do termo grego *kakon* (κακός), utilizado para descrever tanto o que era "feio" quanto o que era "mal"[212]. A literatura medieval a partir do séc. XII, retomando os pensamentos clássicos e partindo do próprio cristianismo, nos oferece a compreensão dos conceitos acerca do mal e deformidade interligados quando tratamos dos ensinamentos acerca da expulsão de Adão e Eva do Jardim do Éden e sua "queda" da graça divina, já que o corpo perfeito, feito à imagem e semelhança de Deus torna-se fisicamente e moralmente deformado como resultado do pecado. Sobre os desdobramentos da deformidade e feiura dentro da concepção cristã, e observando o caso da curvatura da coluna de Ricardo III, São Gregório Magno escreve que:

> A pessoa corcunda é aquela que é sobrecarregada pelos problemas mundanos, e portanto, não observa aquilo que se encontra acima de si mas está completamente absorvido por aquilo que se encontra abaixo de seus pés na esfera inferior.[213]

A deformidade aqui é apresentada por São Gregório como um pecado, associado à corruptibilidade do ser perante o mundo terreno. Ademais, podemos entender também que ao não observar "aquilo que se encontra acima de si", a pessoa afligida pelos problemas mundanos se esquece de Deus e se volta contra suas leis e preceitos. Portanto, a alma que se fazia carne, demonstrava não apenas na aparência física, mas também nas ações humanas, a sua constituição. Sabendo dos relatos apresentados no capítulo anterior em adição a narrativa de More (c.1518), podemos identificar similaridades textuais e na composição de elementos narrativos associados à imagem de Ricardo III. Décadas após os manuscritos serem publicados, William Shakespeare utilizou-se das imagens e construções narrativas iniciadas por Mancini e Rous que foram exacerbadas tanto por ele quanto pelos homens que escreveram sobre Ricardo III, para transformar a imagem textual em imagem posta em cena através das peças que compõem sua primeira tetralogia: *Henrique VI* partes I, II e III e *Ricardo III*.

---

212 *Ibid*, nota 35.

213 CAREY, Jonathan S. ***"The Quasimodo Complex: Deformity Reconsidered."*** In: BUCKLEY, Sheryl. DONLEY, Carol. (Org.) The Tyranny of the Normal: An Anthology. Kent: Kent State University Press, 1996, p. 31. apud MAGNO, São Gregório. Pastoral Care. Baltimore: The Newman Press, 1958, p. 41-42. Tradução nossa.

Descrições como “tirano”, “vil”, “assassino”, “cruel”, “corcunda” e “malicioso” são popularmente associadas à Ricardo III durante a o conjunto de obras. Moulton (1996) ao tratar da maneira como as personagens masculinas de Shakespeare são construídas em sua primeira tetralogia histórica, explica que tanto Henrique VI quanto Eduardo VI são apresentados como monarcas instáveis e melancólicos, tal como Ricardo III também é. A diferença, ele aponta, estaria no fato de que devido a sua deformidade, Ricardo seria a expressão de uma força masculina “desgovernada e destrutiva”[214] pois ela se manifesta em monstruosidade social e violência. Nesse sentido, retomamos o que foi apresentado anteriormente por John Draper em sua configuração dos vilões shakesperianos. No famoso solilóquio que abre a peça *Ricardo III* o próprio se direciona ao público e fala de sua deformidade e constituição dizendo:

> […] eu, que sou de rude estampa e sou aquele a quem falta a grandeza do amor para me pavonear diante de uma ninfa de andadura lúbrica; eu, que fui deserdado de ninfa de andadura lúbrica; eu, que fui deserdado de belas proporções, roubado de uma forma exterior por natureza dissimuladora, foi com deformidades, inacabado e antes do tempo que me puseram neste mundo que respira, feito mal e mal pela metade, e esta metade tão imperfeita, informe e tosca que os cachorros começam a latir para mim se me paro ao lado deles. […] Portanto, uma vez que não posso e não sei agir como um amante, a fim de me ocupar nestes dias de elegância e de eloquência, estou decidido a agir como um canalha e detestar os prazeres fáceis dos dias de hoje.[215]

Ricardo apareça aceitar suas deformidades não a ponto de ver além delas e se conformar com sua vida e destino, mas sim com o objetivo de utilizá-las a seu favor e se tornar de fato o monstro que todos o veem ser através delas. Moulton (1996) aponta que Shakespeare utiliza de uma “hipermasculidade”[216] conectada às ideias de violência e agressividade em busca do poder, expressas não apenas pelas ações de Ricardo ao longo das últimas peças — Henrique IV parte III e Ricardo III —, mas podemos presumir que também através de seu próprio emblema particular, o javali. Tal imagem fica expressa com clareza na fala de Henrique Tudor, denominado na peça “Conde de Richmond”, em que faz uma alusão a

---

214 MOULTON, Ian F. ***“A Monster Great Deformed: The Unruly Masculinity of Richard III”.*** In: Shakespeare Quarterly, vol. 47, número 3, 1996, p. 258. Tradução nossa.

215 SHAKESPEARE, William. VIEGA-FARIAS, Beatriz (trad.). **Ricardo III**. São Paulo: L&MP Pocket, 2014, pp. 18-19. Versão digital. Grifo nosso.

216 MOULTON, op. cit, p. 259. Tradução nossa. Entendendo essa expressão como algo exacerbado, que vai além do que era considerado comum e normal para um homem. O autor aponta que Shakespeare também se faz valer da “masculinização” de algumas de suas personagens femininas, tal como Margaret de Anjou e Lady Macbeth.

Ricardo III chamando-o de "javali desgraçado, sanguinário e usurpador, que destruiu as colheitas de verão e as videiras frutíferas"[217]. Assim, Shakespeare apresenta de forma gradual à sua platéia, a figura bestial, impulsiva, violenta e destrutiva de Ricardo que deve ser, e de fato é, morto tal como um animal.[218] O final da peça e, por consequência da tetralogia, assim como o fim da vida do monarca narrado por Rous e escritores posteriores, restaura o equilíbrio na Inglaterra, mas também, de acordo com Moulton (1996), o equilíbrio entre masculinidade e feminilidade através do casamento de Henrique Tudor e Elizabeth de York.

3.2 Etapas da Memória

Podemos constatar que as deformidades internas e externas exploradas na primeira parte desse capítulo se mostram presentes e ativas nos relatos de Mancini e Rous que culminaram em Shakespeare e se estabeleceram no imaginário sobre Ricardo III até o momento presente. Ao descreverem o rei como uma pessoa temperamental e deformada, podemos presumir que os autores apresentados, sendo conhecedores das definições e termos mencionados ao longo dessa análise, formaram o cerne de uma visão arbitrariamente difamatória (principalmente no caso de Rous) de Ricardo III e compreendiam a deformidade presente em seu corpo como um reflexo da condição corrupta de sua alma. Através dessas evidências, é possível notar como a construção da memória de Ricardo III se estabelece, ou pelo menos, começou a se estabelecer. Para compreendermos esse processo, deve-se, portanto, categorizar essa memória e seus processos.

A memória ocupava lugar central no ensino durante a Idade Média, sabendo que antes da invenção da imprensa e a difusão de obras escritas de livros a partir da metade do século XV, a memória e as técnicas de memorização cumpriam o papel dos nos livros no sentido que as pessoas deveria contar com o suporte de suas memória para lembrar e acessar o conhecimento internalizado. Ela também era essencial para o discernimento do que era certo ou errado de acordo com um julgamento moral, com base na virtude da prudência. Ou seja, o treinamento da memória ia além da rememoração. Era um instrumento formador de opinião,

---

[217] SHAKESPEARE, W; SIEMON, J. (ed.) **King Richard III. The Arden Shakespeare.** (Arden Shakespeare. Third Series). Londres: Bloomsbury, 2009, p. 380. Tradução nossa.

[218] Em referência à tradição popular de que Ricardo teria sido morto com uma lança própria para a caça de javalis.

caráter e, também de agregação coletiva, ao passo que a recordação e por consequência, o esquecimento e seleção do que seria lembrado, congregavam uma comunidade. Se pensarmos em sermões declamados por padres e demais membros da Igreja para seus fiéis e os usos de metáforas e imagens mentais em seus discursos, poderíamos concluir que suas palavras estavam produzindo uma memória específica sobre os textos bíblico e, a partir deles, criavam uma memória compartilhada. Não há memória verdadeiramente objetiva, ela é sempre colorida pelas intenções daqueles que recontam uma experiência, sabendo que o ato de recordar passa por um processo interno individual e nele, sofre alterações.

Instrumentos e recursos mobilizados pelo ato memorial fazem dele um *local público* de memória; a atividade partilhada de recordar num tempo uma história torna tal memória, *lugar comum*.[219] O ato de rememorar em um mesmo ambiente torna esse *locus* comum entre aqueles que realizam o ato em si e cria um relato. Mesmo sabendo que as narrativas trabalhadas foram escritas e difundidas em um momento pós invenção da prensa móvel, e portanto capaz de serem reproduzidas tecnicamente, podemos afirmar que ao desenvolver tal conjunto de características sobre Ricardo III a partir das imagens que descrevem e criam em seus textos, Mancini e Rous nos dão esse "lugar comum" de acesso à memória a partir do qual pode-se reconstruir e compor diferentes visões memoriais, de acordo com as associações e marcadores definidos para um objeto em particular, que nesse caso é Ricardo III. É justamente esse processo de rememoração que confere movimento à memória. Retomar o que está nela é um ato de investigação e recriação de um artífice consciente.[220]

De fato, a memória de Ricardo III não estava restrita a forma impressa. A oralidade, se manteve presente e constante durante o final da Idade Média e adentro da Idade Moderna, principalmente quando associada a memória, a cultura e a tradições como aquelas que abordamos anteriormente. Poemas e previsões, como aquele descrita por Rous sobre G seguir E eram comumente transmitidas oralmente e faziam parte de uma tradição oral. Sobre esse compartilhamento e transmissão, também devemos considerar os conceitos de Fentress e Wickham (1992) sobre memória. Sobre eles, os autores expõem em sua obra que a memória é

---

[219] CARRUTHERS, Mary. **The Book of Memory. A Study of memory in Medieval Culture.** Cambridge: Cambridge University Press, 2008, 2ª edição, p.14. Tradução nossa.

[220] *Ibid*, p.10. Tradução nossa.

formada através de um processo complexo e articulado[221], que caracteriza o que chamam de *memória social.* Sobre esse processo e suas utilizações, eles escrevem que:

> A memória social é uma fonte de conhecimento. Isso significa que ela exprime mais do que um conjunto de categorias, que inconscientemente, um grupo experiencia no ambiente em que se insere; ela também fornece material para um reflexo consciente da mesma sociedade.[222]

Portanto, quando nos deparamos não apenas com as crônicas acima apresentadas, mas também com a peça de Shakespeare, realizamos uma imersão também dentro da própria sociedade inglesa do final do século XIV e início do século XV. Sabe-se que apesar de Ricardo ter sido preservado na memória transmitida oralmente que era distinta, e por vezes conflitante, daquela criada nos textos históricos[223] — aqui destacamos a memória mantida pela cidade de York após 1485[224], ponto central para a celebração da família de York e de Ricardo III, desde 1470 —- seu caráter vilanesco e a imagem física, que a partir de Mancini e principalmente Rous, se tornaria deformada, deram base para todas as demais crônicas como as de More (c.1518), Vergil (c.1513), Fabyan (1516), Hall (1548) e Holinshed (1577) sobre seu reinado. Ricardo passou, a partir de então, a ser apresentado dentro e fora da Inglaterra, como déspota. Esse, foi um dos fatores centrais para a formação de sua figura como um personagem mítico, cujo caráter tirânico, " teria se tornado canônico já entre 1484-1485."[225] Sobre essa afirmação de Hicks (2000), é importante lembrar que sabe-se que a reputação de Ricardo III já estava comprometida, antes mesmo de Novembro de 1485, por conta de boatos sobre seu envolvimento no desaparecimento de seus sobrinho da Torre de Londres, a misteriosa e repentina morte de sua esposa e possíveis envolvimentos incestuosos com sua sobrinha. Além disso, havia a divisão da facção da casa de York em apoiadores e refutadores de seu reinado, suas tentativas em difamar seu irmão — Eduardo IV — e seus filhos, assim como a má reputação que tinha de uma forma geral no sul da Inglaterra.

---

221 FENTRESS, James. WICKHAM, Chris**. Social Memory.** (New Perspectives on the Past). Oxford: Blackwell Publishers, 1992, p. 47. Tradução nossa.

222 *Ibid,* p. 26. Tradução nossa.

223 SCHWYZER, Philip. **Shakespeare and the Remains of Richard III.** Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 60. Tradução nossa.

224 Na Introdução feita pelo Reverendo Angelo Raine que transcreveu os registros lê-se:

" To retain the good will of the City of York was of importance to the ruler of England. Richard III was able to do this, not merely because he was a strong characters and a clever man, but also because of his knowledge of the North." In: YCR, Vol I, p. 2.

225 HICKS, 2000, p. 55. Tradução nossa.

Nesse sentido, o relato de Mancini, de 1483, dá início a essa memória mais concreta sobre Ricardo III tendo em vista que mas sabemos que um mês após a obra ter sido concluída, ou seja, em Janeiro de 1484, o lorde chanceler da França, Guillaume de Rochefort, relatou na Assembleia do Estados Gerais realizada em Tours, os rumores sobre o que havia ocorrido na Inglaterra meses antes. Em sua fala de exaltação ao monarca, o chanceler exprime que ao observar crônicas sobre reinos estrangeiros, percebe nelas o abandono dos príncipes por parte de seus cidadãos e toma a Inglaterra como exemplo, dizendo:

> Olhai para o testemunho de nossos vizinhos, os ingleses. Olhai, vos imploro, para os eventos que transcorreram após a morte do rei Eduardo e que chegaram àquele reino. Contemplem seus filhos, que eram crescidos e valorosos, massacrados com impunidade e a coroa entregue a um assassino […].[226]

A fala de Guillaume de Rochefort nos faz considerar que talvez a obra de Mancini tenha reverberado dentro de círculos administrativos da corte francesa, já que o chanceler cita "*crônicas de reinos estrangeiros"* que chegaram na França sobre a condição em que se encontrava a Inglaterra entre 1483 e 1484 e tenha sido usada como exemplo para a ausência de governança e ordem dentro de um reino ou até mesmo dos males que acometem um reino cuja força emana de vontades que não são oriundas dos deveres para com a Coroa e sua dinastia. Fato é que podemos notar como a narrativa de Mancini pode ter sido responsável pela influência de pensamentos e falas sobre Ricardo III fora da Inglaterra no mesmo período em que ele ascendeu ao trono. De fato, ressaltamos que a quebra de alianças dentro da facção de York proporcionou a vitória de Henrique Tudor na Batalha de Bosworth, sabendo que já em 1483, após a queda do Duque de Buckingham, uma parcela dos nobres ingleses que apoiavam a família Woodville e tinha previamente apoiado a casa de York foge da Inglaterra e alinha com o Tudor em Rennes[227]. Após a vitória de Henrique Tudor, agora Henrique VII, na Batalha de Bosworth travada entre Leicester Warwick, em 22 de agosto de 1485, a visão que se constrói de Ricardo III ganha mais definição. Imediatamente após a batalha, entre os dias 22 e 23 de agosto, temos o relato de como o antigo monarca foi trazido do campo de batalha. Nele lê-se:

---

[226]Cf. MASSELIN, J. 1484, CDIHF, editado em 1835, p. 37-39. Disponível em: https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k453924t/f60.image.texteImage. Acesso em 03 de dezembro de 2019. Tradução nossa.

[227] PENN, Thomas. **The Winter King. The Dawn of Tudor England.** Londres: Penguin Books, 2012, p. 7. Tradução nossa.

> […] além disso, o rei confirma a vós que Ricardo duque de Gloucester, previamente chamado de Rei Ricardo foi morto no lugar chamado de Sandeford, dentro do condado de Leicester, e trazido morto do campo de batalha para a cidade de Leicester, e lá foi exposto, a fim de que todo homem possa vê-lo e observá-lo.[228]

O caráter público da exibição do corpo de Ricardo III em si é um fato criador de memória. Ao expor o corpo de seu rival, Henrique VII demonstra a seus novos súditos que o antigo rei está morte e, portanto, lhe devem obediência; configura também as punições para aqueles que se voltarem contra ele. Ademais, em seu primeiro parlamento realizado em 7 de novembro de 1485, Henrique ao rechaçar o *Título Régio* de Ricardo III e tentar removê-lo das atas parlamentares, determinou que seu reinado teve início em 21 de agosto daquele ano, como verificado no trecho abaixo:

> Seja promulgado, ordenado e decretado que, pelo conselho e afirmação dos lordes espirituais, temporais e comuns reunidos nesse presente parlamento, e pela autoridade do mesmo, que tudo aquilo contido nele (Título Régio) não possui efeito legal, está revogado e anulado desde 21 de Agosto passado. […] nosso soberano senhor, […] em sua real majestade, soube das altas traições, homicídios, assassinatos e do sangue derramado de crianças e demais ofensas odiosas e abominações contra Deus e o homem, em particular contra nosso soberano senhor, cometidas e realizadas por Ricardo, o falecido duque de Gloucester, que o chamava e se intitulava, por usurpação, Rei Ricardo III […] que no dia 21 de Agosto do primeiro ano do reinado de nosso soberano senhor (1485), reuniu uma grande tropa em Leicester, no condado de Leicester, com intenções traiçoeiras, tramando e conspirando para a destruição da pessoa real do rei, nosso soberano senhor.[229]

Ou seja, de acordo com o que está registrado nas Atas Parlamentares, todos aqueles que lutaram contra ele no campo de batalha estariam cometendo traição, pois ele era o verdadeiro rei. Nesse sentido, Ricardo III seria um usurpador duplo: teria usurpado a coroa de Eduardo V e, também, do atual monarca. Anteriormente, no mesmo texto, Henrique VII deixa também registra que: "[...] Ricardo, o falecido Duque de Gloucester, que por ações e não por direito, foi posteriormente chamado de Ricardo III, rei da Inglaterra".[230]

A ação de registrar a memória do perdedor frente ao vencedor em um documento oficial tal qual o que temos através das Atas Parlamentares em uma cerimônia de tamanha

---

[228] HUGHES, P. LARKIN, J. **Tudor Royal Proclamations**, Vol. I/ The Early Tudors (1485-1553). New Haven: Yale University Press, 1964, p. 3. Tradução nossa.

[229] WILSON, Chris G et al. (Ed).***'Henry VII: November 1485, Part 1'***. In: Parliament Rolls of Medieval England. Woodbridge: Boydell, 2005, p. 276. Disponível em *British History Online.* http://www.british-history.ac.uk/no-series/parliament-rolls-medieval/november-1485-pt-1. Acessado em 24 de Agosto de 2020. Tradução nossa.

230 *Ibid*, p. 271. Tradução nossa.

importância como o primeiro parlamento de um monarca, onde os preceitos e parâmetros de seu governo são estipulados, faz parte de um ritual, assim como sua coroação. E como tais, rituais são "expressões de poder, comunicadores de autoridade".[231] Tal qual apontamos em nosso primeiro capítulo, Henrique VII busca fazer uma conexão direta com a realeza através de seus ancestrais galeses mas, principalmente, por meio de sua herança Lancaster, a partir da família de sua mãe, os Beaufort partindo do princípio de que os reinados da casa de York foram um *interregno*[232] entre o último rei Lancaster, Henrique VI e o dele. No entanto, a linhagem Beaufort tinha previamente sido barrada da linhagem sucessória pois sua origem era bastarda. Um ato parlamentar após o casamento de João de Gante, Duque de Lancaster com sua amante e depois terceira esposa, Catarina Swynford os tornou legítimos. No entanto, apoiadores da linhagem York usaram desse conhecimento contra Henrique.

Em 1487, João de la Pole, Conde de Lincoln, sobrinho e supostamente herdeiro aparente de Ricardo III se voltou contra Henrique e usou não apenas de sua própria linhagem para contestar o direito de Tudor ao trono como também apontou, utilizando um documento conhecido como *The Lincoln Roll*, a ilegitimidade do monarca. Nessa árvore genealógica que traça príncipes, princesas e monarcas ingleses a partir do legendário rei inglês, Brutus, tanto os reis da casa de Lancaster quanto os da casa de York aparecem conectados a seu ancestral Plantageneta, Eduardo III. Henrique Tudor, contudo, aparece paralelamente ao tronco central, sem conexão alguma ao "sangue real", ligado apenas a seu avô Owen Tudor, um serviçal de origem nobre galesa que ascendeu socialmente devido a sua obscura relação com a viúva de Henrique V, Catarina de Valois. No entanto, a memória propagada sobre o primeiro Tudor e por consequência seus descendentes, ignora a existência do documento pois de la Pole foi morto em batalha contra Henrique VII, e sua revolta portanto, destruída assim como suas reivindicações. Sabemos que o início do reinado de Henrique Tudor foi conturbado e uma visão bem definida sobre seu direito e majestade foram formuladas para manutenção de seu trono, legitimidade e posteridade de sua linhagem. Sendo assim, percebemos pela exposição dos dados apresentados que após 1485, houve uma intenção sólida em se estabelecer uma nova memória, "verdadeira" e oficial, semelhante a um "mito fundador" que no caso de

---

[231] FEUCHTWANG, Stephan. **"*Ritual and Memory*"**. In: RADSTONE, Susannah. SCHWARZ, Bill. (Ed.) Memory: Histories, Theories, Debates. Nova Iorque: Fordham University Press, 2010, p. 281- 282. Tradução nossa.

[232] SCHWYZER, Philip. op. cit, p. 61. Tradução nossa.

Henrique VII estava aos cuidados de Bernard Andre. Uma memória que, na menor das hipóteses, apagava o reinado de Ricardo III da história e na pior delas, o tornava o vilão mais perverso que já governou o Inglaterra. Como descrito por Ricoeur (2006):

> Aquilo que celebramos sob os títulos de eventos fundadores são, essencialmente, atos de violência legitimados posteriormente por um precário estado de direitos. O que era glória para alguns, era humilhação para outros.[233]

Nessa perspectiva, podemos entender que uma das fragilidades da manipulação da memória está ligada ao confronto com o outro, posto que ela pressupõe uma ameaça seria um tipo de ameaça que coloca a identidade do ameaçado em cheque. As manipulações, segundo Ricoeur (2006), ocorrem por um distúrbio de múltiplos fatores envolvendo a demanda por identidade e as expressões públicas de memória[234, 235]. Os processos de memória, rememoração e esquecimento, como apontados por Mary Carruthers, possuem uma intencionalidade. Assim como a construção de uma narrativa. A legitimidade do governo de Henrique VII estava atrelada a um tipo de crença que justificasse seu poder e por consequência, a manipulação da memória.

Com apresentado, ao datar seu reinado a partir de 21 de agosto, Henrique estava reescrevendo sua própria história e criando uma razão para que todo esse sistema poder e manipulações relacionado a ele e sua autoridade, fossem obedecidos. Como apontado por Ricoeur (2006), a memória pode ser "ideologizada"[236] através de recursos e variações no trabalho de configurações da narrativa. Ou seja, a ideologia, aliada ao poder, dominação, legitimidade e uma justificativa para a existência de tal poder, dá oportunidade para a manipulação da memória e, através dela, forma para se proclamar a legitimidade de uma identidade por vezes inexistente, baseada em discursos de lisonjeio e ódio, como o caso Tudor. Hicks (2000) descreve exatamente esse poder da manipulação da memória e da

---

[233] RICOEUR. Paul. BLAMEY, Kathleen. PELLAUER, David. (Ed). **Memory, History, Forgetting**. Chicago: University of Chicago Press, 2006, p. 79. Tradução nossa.

[234] RICOEUR, op. cit, p. 82. Tradução nossa.

[235] Sabemos que uma das maneiras que Henrique VIII publicamente criou e fortaleceu sua memória foi através de símbolos que eram associados diretamente a ele na arquitetura e nas moedas que cunhou (sendo o primeiro monarca a cunhar o "sovereign", uma moeda de ouro no valor de 1 libra esterlina mostrando o rei sentado no trono em uma face e o brasão da Inglaterra sobre a rosa Tudor na outra). Símbolos esses que ainda se encontram presentes em edifícios e locais públicos da Inglaterra e continuam a ser adotados atualmente como representações nacionais.

[236] RICOEUR, op. cit., p. 85. Tradução nossa.

narrativa a ela associada quando escreve: "A propaganda não precisa necessariamente ser verdadeira — muito do que foi dito não era — mas deveria ser eficaz, e foi".[237]

A memória estabelecida socialmente sobre Ricardo III e seu reinado, como demonstramos, já estava se construindo antes mesmo de sua morte e das propagandas repercutidas durante os reinados da dinastia Tudor. Como bem nos lembra Water Benjamin, a experiência, e por consequência, a memória partilhada em sociedade, sempre é coletiva e por isso, a narrativa é tão importante. Ao narrar, passamos adiante um conjunto de experiências e tradições em um sistema de *intercomunicabilidade*.[238] Sendo assim, podemos entender que esse fluxo de transmissão das experiências, partindo da ideia dinamicidade da memória, adentramos nos conceitos e definições sobre o assunto abordados por Assmann (2010). A memória, segundo eles, é algo que se adquire e não que está formulado dentro de nós em nossa origem. E como tal, a formamos a partir de nossas experiências dentro da sociedade. Sobre o caso específico da condição da memória de Ricardo III, mas também a de Henrique VII que utilizou-se da queda do antigo monarca para estabelecer uma nova memória, Assmann (2010) escreve que:

> Casas reais. Famílias de patrícios e cidades eram constituídos de sujeitos que delineavam suas identidades por meio da narrativa histórica reconstrutiva, e com isso, lançavam as bases para sua legitimidade.[239]

No caso das histórias contadas nas peças de Shakespeare, a autora aponta que são pautadas nas recordações, como vimos com Ricardo III. Elas, em sua concepção, seguiriam três etapas de nexo: nexo entre recordação e a identidade pessoal, entre a recordação e a história e finalmente, entre a recordação e a nação[240]. O primeiro lida com as instabilidades da recordação e as condições em que ela existe; o segundo, trata dos usos e abuso políticos da memória histórica e por fim, o terceiro lida com construção histórica da nação. Quanto ao primeiro, Assmann (2010) identifica que Ricardo III realiza uma "manipulação oportunista da memória"[241] para atingir seus objetivos: primeiro com Eduardo IV, voltando-o contra

---

237 HICKS, Michael. **Richard III**. Stroud: The History Press, 2000, 2ª edição, p. 240. Tradução nossa.

238 BENJAMIN, Walter. ROUANET, Sérgio Paulo. (Trad.) **Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura.** Obras escolhidas. Vol. 1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, 3ª edição, p. 198.

239 ASSMANN, Aleida. **Espaços da Recordação - Formas e Transformações da Memória Cultural.** Campinas: Editora UNICAMP, 2010, p. 50.

240 *Ibid,* p. 71.

241 *Ibid,* p. 75.

Clarence e depois com Elizabeth Woodville, defendendo-se de suas acusações após a tomada do trono. No entanto, também é atormentado pelas recordações do que fez, e se isso se percebe com mais clareza quando chegamos ao final da peça *Ricardo III* em que na noite anterior a batalha, tanto ele quanto Henrique Tudor são visitados por fantasmas[242]. Enquanto as visões de Tudor são favoráveis e benéficas, as de Ricardo lhe atormentam e condenam pelos crimes que cometeu. Ou seja, as memórias são flexíveis. Suas recordações que, ao mesmo tempo, lhe proporcionaram conteúdo e artifícios para alcançar o poder também são capazes de sufocá-lo em culpa. Elas funcionam como uma faca de dois gumes. Sobre os usos e abusos da memória associada a história, Assmann (2010) identifica que:

> *História magistra vitae*, mais precisamente: *historia magistral regis* — a história é um livro-texto, e o rei, o aluno que o tem nas mãos. Aprender significa, nesse contexto: tirar conclusões diretas da matéria da história que se dá sobre o campo sangrento das lutas do poder político.[243]

Ou seja, a história atrelada a recordação e suas interpretações são capazes de trazer a quem a estuda fundamentos para o estabelecimento de ações legitimadoras de reivindicações, discursos, narrativas e do próprio poder. Quanto ao último nexo, Assmann (2010) fala sobre os modelos pedagógicos de propagação de uma visão histórica que forma uma narrativa de nação, formada segundo ela, apenas após o período medieval. No entanto, é a partir do resgate desse passado glorioso medieval que Shakespeare fundamenta a identidade nacional, associando diversos símbolos do passado com a sociedade elizabetana. Suas peças se tornam parte da interpretação da história que forma a sociedade inglesa e a "monumentaliza"[244], criando imagens e pontos de acesso à essa memória. De acordo com a autora, "inesquecível é o que está afetivamente carregado"[245]. E de fato, as alegorias, metáforas e a própria poética criadas nas peças se mistura com as recordações históricas individuais e fomentam uma compreensão coletiva do passado, subjetivo e revestido por símbolos que se confundem com a realidade. Ademais, diz Assmann (2010):

---

242 Cf. SHAKESPEARE, William. ***The King Richard the Third.*** In: The Complete Works of William Shakespeare. (The Shakespeare Head Press, Oxford Edition). Ware: Wordsworth Library Collection, 2007, pp. 391-396.

243 ASSMANN, A. op. cit, p. 83. Grifo da autora.

244 *Ibid,* p. 87.

245 *Ibid,* p. 88.

> Se ainda lemos essas peças com curiosidade e fascinação duradoura, isso não se deve a elas nos oferecerem identidades, mas ao fato de encenarem vividamente a maneira como as identidades se produzem e se desfazem. [246]

Tendo essas definições em mente, passamos aos conceitos de seu marido, Jan Assmann sobre os aspectos identitários da memória. Segundo ele, "a síntese entre tempo e identidade é efetuada pela memória."[247] Compartilhando das ideais de Aleida, ele estabelece três categorias que formariam a memória em etapas: *memória individual, memória comunicativa e memória cultural*. A primeira estaria definida pelas memórias pessoais de cada indivíduo. Os dois seguintes, seriam diferentes níveis de memórias criadas e compartilhadas no nível social. Ele aponta que o termo "memória coletiva" cunhado por Maurice Halbwacks, não abrangia o território das tradições, transmissões e transferências de memória que caberiam dentro da denominação "memória cultural"[248]. Esse, foi primeiramente estudado por Aby Warburg[249] e explorado mais ativamente por Assmann (2010) e Jan utiliza-se dessa denominação e sua própria definição — memória comunicativa — a fim de desmembrar e distinguir as fases de coletividade da memória, como apontado anteriormente.

Quanto a ambas, diferencia uma da outra ao classificar memória comunicativa como aquela que está viva e presente nas interações entre indivíduos e, portanto, limitada por um grupo em que circula e um tempo de aproximadamente três gerações[250], ou 80 a 100 anos. No entanto, existem formas que são capazes de transmitir a memória entre demais gerações que são baseadas em tradições e, sobre tudo, as relações afetivas, como mencionado anteriormente, retomando Assmann (2010). Já a memória cultural, seria a expansão da memória internalizada para o ambiente externo, objetificando-a. Em outras palavras, a transferência da memória para objetos e símbolos tais como monumentos, museus, bibliotecas, etc. que compõem o universo da coletividade e são peças interativas dentro de

---

[246] *Ibid,* p. 92.

[247] ASSMANN, Jan. ***Communicative and Cultural Memory.*** In: ERLL, Astrid. NÜNNING, Ansgar. (Ed.). Cultural Memory Studies. An International and Interdisciplinary Handbook. Berlin: Walter de Gruyter GmbH & Co, 2008, p. 109. Tradução nossa.

[248] *Ibid,* p. 111. Tradução nossa.

[249] Historiador da arte alemão, conhecido por sua exploração de "arquivos da memória", assim como a utilização e fundação dos conceitos de memória social ou coletiva. A memória para Warburg seria uma espécie de "ponte" entre o passado e o presente.

[250] *Ibid,* loc. cit. Tradução nossa.

uma comunidade. Também são necessárias instituições que os preservem e sejam capaz de dar forma a essas lembranças.

A memória cultural, portanto, está baseada na rememoração coletiva em formas orais e escritas, representada através de símbolos manifestados em conjunto, nos eventos coletivos como festas nacionais e celebrações, que funcionam como gatilhos mnemônicos. Devemos ressaltar também que, nas transições geracionais e entre uma etapa da memória e outra, existem tensões e seleções que acabam por determinar o que é lembrado e o que é esquecido. O esquecimento, assim como a manipulação da memória e próprio ato de lembrar, também é importante para a composição da narrativa que quer ser difundida. A memória, portanto, é constituída a partir desses recortes e seleções, em que o esquecimento tem papel fundamental para determinar aquilo que será transmitido. Como nos lembrar Ricoeur (2006): "ver uma coisa significa não ver a outra. Recontar um drama é esquecer o outro" [251].

Ao explorarmos criticamente os discursos apresentados e suas repercussões, podemos perceber que elas passam pelos dois primeiros estágios, chegando no limiar da memória comunicativa, com a peça de Shakespeare sobre Ricardo III, escrita e encenada pouco mais de um século após sua ascensão ao trono. Portanto, essa memória construída sobre o monarca durante o período categorizados por Assmann (2010) de cerca de 80 a 100 anos, possui papel vital para a disseminação e consolidação do que foi visto e relatado. E não falamos apenas da memória em sua capacidade como forma de armazenamento, mas também e principalmente, como ferramenta prática para a composição de novos materiais, de novas memórias. Essas composições, são alicerces memoriais, que possuem uma base sólida a partir da qual são formuladas novas narrativas.

Portanto, ao escrever e posteriormente encenar sua peça em um período de transição entre regimes e séculos, através de temas populares e recorrentes relacionados tanto à sociedade Elizabetana quanto as Guerras das Rosas, Shakespeare consegue solidificar a maneira como entendemos culturalmente Ricardo III utilizando as "molduras" formadas pelos gêneros comunicativos[252] apontado por Assmann (2010), tal como a peça em seu duplo formato — texto e encenação — para resgatar, investigar e criar novas estruturas mnemônicas

---

[251] RICOEUR, op. cit, p. 452. Tradução nossa.

[252] ASSMANN, J. op. cit., p. 111.

capazes de desenvolver imagens e narrativas que são contadas e recontadas até hoje. Ou seja, a peça de Shakespeare em si, opera como um instrumento de reprodução e também de criação de memória pela própria particularidade de sua forma: das representações visuais e dos atores, aos efeitos sonoros e sentimentais. Em suma, novamente retomando Benjamin, não podemos nos esquecer que, "a narrativa é uma forma artesanal de comunicação"[253], ela cria maneiras diferentes de se contar a mesma história, incorporando à ela pedaços da própria experiência do narrador, transformando-a e moldando-a às suas vivências, dando-lhe uma sentido. Afinal, aquele que narra é, dialeticamente, sujeito e objeto da história e seu tempo.

3.3. Legado

O projeto "*Looking for Richard"* rascunhado em 2005 e fundado em 2011, encabeçado por Philippa Langley da Sociedade de Ricardo III resgatou, em nossa concepção, mais do que o corpo físico do falecido rei. Foi capaz de criar e reviver narrativas históricas e memoriais que são novamente exploradas através da propaganda e curiosidade do público, seja ele leigo ou acadêmico. A cidade de Leicester, em particular, reencontrou sua fonte de turismo que havia sido esquecida há mais de 400 anos. O primeiro e único título do time de futebol da cidade, o Leicester City Football Clube, na Liga Inglesa na temporada 2015/2016 foi atribuído[254] por fãs, moradores da cidade, a mídia e o público inglês em geral, ao reenterro de Ricardo III ocorrido em março de 2015.

Mas sabe-se que pelo menos desde o início do século XVII, na década de 1610 mais especificamente, existem registros em poemas, diários de viagem — tal como os do bispo de Oxford, Richard Corbet — e relatos familiares sobre locais específicos dentro da cidade de Leicester que estariam, de alguma forma, relacionados a Ricardo III. Um deles e

---

[253] BENJAMIN, op. cit. p. 205-206, item 9.

[254] FRUEN, Laura. ***"The King's Power: Did the digging up of Richard III lead Leicester to the Premier League title?"*** In: The Sun. 03 de maio de 2016. Disponível em: https://www.thesun.co.uk/archives/news/1156904/the-kings-power-did-the-digging-up-of-richard-iii-lead-leicester-to-the-premier-league-title/. Acessado em 20 de agosto de 2020.

Sobre o mesmo tópico: Cf. ANÔNIMO. ***"The Magical Tale Of Richard III & Leicester City"***. Leicester City Football Club. Heritage. 26 de março de 2020. Disponível em: https://www.lcfc.com/news/1649008/the-magical-tale-of-richard-iii--leicester-city . Acessado em 20 de agosto de 2020.

possivelmente o mais famoso dentre os demais, era o Blue Boar Inn[255], uma estalagem famosa durante o período medieval que foi demolida no século XIX, e alojava nobres e mercadores em passagem pela cidade. E, segundo reza a lenda, esse teria sido o local onde supostamente o monarca teria passado sua última noite antes de cavalgar para a batalha. Em 1653, foi relatado por uma Sra. Cumber que Ricardo havia mandado trazer uma cama de um de seus palácios em Nottingham para Leicester para que pudesse dormir. Segundo ela, ele teria deixado no local uma cama " com um estrado de madeira pesado"[256] que foi passado de geração em geração pelos donos do estabelecimento durante os anos após a morte de Ricardo até chegar as mãos do Sr. Clark, no final do século XVI, que cobravam 1 *penny* para visitá-la. Ainda segundo a senhora, a esposa do Sr. Clark encontrou no estrado da cama um tesouro com jóias e moedas cunhadas antes do tempo de Ricardo III que por consequência, fizeram a fortuna da família Clark e como aponta Schwyzer (2013):

> E em 1605 (quando a Sra. Clark foi assasinada pelo dinheiro) ou logo em seguida, a cama se tornou uma conhecida atração turística. Em 1611, Henry Peacham listava 'a cama do rei Ricardo em Leicester' dentre as atrações turísticas que poderia ser visitadas por um *penny* […]. [257]

Havia também a história sobre o suposto sarcófago de pedra de Ricardo III, utilizado como cocho para cavalos, que estava localizado em outro estabelecimento. Uma terceira história famosa que percorria a imaginação dos habitantes e visitantes da cidade era sobre o corpo de Ricardo III. Segundo a lenda, depois da Dissolução dos Monastérios por Henrique VII, seu corpo teria sido escavado e desfilado pela cidade antes de ser jogado da ponte Bow no rio Soar. A história era tão famosa que em 1856 uma placa foi colocada perto do local onde se encontrava a ponte com os dizeres: "Perto desse local se encontram os restos mortais de

---

255 Sobre a estalagem, o arquiteto do séc. XIX, Henry Goddard fez a seguinte referência em palestra para o Congresso da Associação Arqueológica Britânica em 7 de agosto de 1862, em Leicester: "Among the architectural relics of Leicester, now no more, was standing some years ago an old building, which was popularly called 'King Richard's House.' It was known to have been part of the Old Blue Boar, as at the commencement of the last century it was used as an inn, and known by that sign ... It was taken down in the month of March 1836; but fortunately, before its destruction, a drawing was made of the front, by the late Mr. Flower, artist … I also visited the spot before the demolition was effected, and took the dimensions of every portion of the building, for the purpose of making a correct drawing, representing it as complete as when first erected.". Disponível em: https://www.le.ac.uk/richardiii/history/blueboarinndrawings.html. Acessado em 21 de agosto de 2020.

256 SCHWYZER, op. cit, p. 92 apud LARKING, Lambert. ***"Richard III at Leicester,"*** In: Notes and Queries. Inglaterra, 2ª série, nº 84, 08 de agosto de 1857, p. 102.

257 *Ibid,* p. 93.

Ricardo III, o último Plantageneta."[258]. A placa ainda existe no local mas ao lado dela, foi colocada uma outra placa em 2005 pela Sociedade de Ricardo III, em que se lê:

> Essa placa, erguida originalmente pelo senhor B. Broadbent em 1856 nas redondezas da igreja dos Frades Agostinianos reconta a tradição do séc. XVII, agora é geralmente descreditada, que após a dissolução dos monastério o corpo do rei Ricardo III teria sido desenterrado de seu túmulo na igreja dos Frades Menores em Leicester e jogado no rio Soar.[259]

Podemos entender a partir não apenas do interesse em Ricardo e aos objetos associados a ele dentro de Leicester que a memória, como anteriormente apontada por Aleida Assmann, se objetifica quando chega no patamar de memória cultural. A instauração de Ricardo III como parte da cultura e identidade da cidade e da Inglaterra como um todo se dá não após sua morte, mas após sim, através da peça de Shakespeare que torna a visão histórica narrada sobre ele, popular. A construção da imagem de Ricardo III presente nos textos ganha vida através da encenação perante uma plateia. Ela passa a fazer parte de um movimento de rememoração coletiva a partir da disseminação de um instrumento comunicativo[260]. Schwyzer (2015) em palestra para a Academia Britânica para as Humanidades e Ciências Sociais em 2015 que:

> De acordo com o que pude analisar, não existe nenhuma evidência de pessoas propositalmente visitando um local, edifício ou objeto associado a Ricardo III durante o século depois de sua morte. Esse fenômeno começa alguns anos após a primeira encenação da peça de Shakespeare em 1592 ou 1593. E por volta de 1602, guias na Torre de Londres mostravam o quarto onde Ricardo teria supostamente mandado assassinar os príncipes. E, como mencionado anteriormente, por volta de 1610 ou 1611, havia uma rota turística em Leicester.[261]

---

258 Compilação do autor: L,Kerry. Richard III plaque near Bow Bridge. Leicester, 27 de abril de 2013. A autor escreveu: "The big plaque reads: Near this spot lie the remains of Richard III The last of the Plantagenets 1485. The little plaque reads: This plaque, originally erected by Mr. B. Broadbent in 1856 on the nearby site of the Austin Friars, records the 17th century tradition, now generally discredited, that at the dissolution of the monasteries the body of King Richard III was disinterred from his tomb at the Greyfriars in Leicester and thrown into the River Soar." Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bow_Bridge_Richard_III_plaques.jpg#mw-jump-to-license. Acessado em 21 de agosto de 2020.

259 *Ibid*. As imagens de ambas placas se encontram em nosso anexo , p. 117.

260 Retomando Jan Assmann. Cf. ASSMANN, J., op. cit., p. 111.

261 SCHWYZER, Philip. **The Skeleton in the Car Park**: Richard III and the legacy of his re-discovery. 2015. (1h33min50s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UqywU9RQf10&feature=emb_title&ab_channel=TheBritishAcademy>. Acesso em: 21 de agosto de 2020. Tradução nossa.

O corpo de Ricardo III trouxe à tona uma trajetória narrativa e memorial associada a ele que contestou o passado, partindo da necessidade presente criada pela Sociedade de Ricardo III em "limpar o nome" do monarca, mas ao mesmo tempo, existe paralelamente às mesma narrativas do passado, inclusive a peça, interligando-se a elas. Não há, em nossa concepção, uma forma de separar uma da outra até o presente momento. Por mais que os dados arqueológicos e médicos nos informem dos erros cometidos pelas histórias transmitidas entre os séculos XV e XVII, a maneira como a visão que temos de Ricardo III foi estabelecida e continua sendo replicada por bem ou por mal, está marcada em nossa memória individual e principalmente, na forma como coletivamente e culturalmente, visualizamos este rei tão controverso.

A legitimação e consolidação de uma imagem e memória, não exclui a existência de outras, que por sua vez são menos conhecidas e/ou menos valorizadas. Os caminhos para os estudos e pesquisas sobre ele não se encerram com esse trabalho. Existem ainda inúmeras narrativas a serem exploradas sobre a forma como Ricardo III foi apresentado, lembrado e esquecido tanto pela historiografia, quanto pela cultura e tradições locais tais como os símbolos utilizados por ele e seus homens de confiança que foram encontrados no campo e batalha e seguem sendo associados à ele, ou as narrativas produzidas através das cartas de famílias mercantes como os Paston e os Cely, ou até mesmo os registro oficiais de suas movimentações, leis e ações nas cidades do norte da Inglaterra enquanto Duque de Gloucester e posteriormente como rei. Portanto, acreditamos que há maneiras viáveis de se entender Ricardo III através de outras lentes, partindo de questões englobadas nas noções de poder, memória, tensões sociais, esquecimento e silenciamento de narrativas, *fake news,* e projetos marcados por nossa nossa própria história e memória, sabendo que " a memória está submetida aos imperativos do presente; afetos, motivações e intenções atuais são os vigias do recordar e esquecer."[262]

Em meio as transformações e modificações pautadas por diversos olhares ao longo dos anos, podemos dizer que essa construção de uma imagem memorial de Ricardo III — cuja origem se encontra em boatos, na criação e propagação da visão de futuro de um novo regime pós 1485, nos entendimentos sobre o corpo e a alma e a maneira como as informações e narrativas sãos formuladas e disseminadas — conferiu à ela durabilidade social, histórica e

---

[262] ASSMANN, A., op. cit., p. 284.

cultural, cristalizando sua memória e convertendo-a em naquela que é perpetuada e propagada até hoje e possivelmente, continuarão a ser.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da construção de memória de Ricardo III associada a uma imagem específica — física, política, moral e social — a partir das narrativas de Dominic Mancini e John Rous, que estão classificadas nos primeiros trinta anos iniciais da formação de sua memória[263], foram o objeto de nosso estudo. A partir das análises e considerações sobre as tensões políticas e sociais da Inglaterra do chamado "longo" século XV inglês e suas particularidades, assim como a difusão de textos após a invenção da prensa móvel e a maneira com que Ricardo se estabelece no cenário político-social das Guerras das Rosas, percebemos a forma com que as obras de Mancini e Rous são as pioneiras dentro de uma linhagem histórico-literária que marcou gerações e se estabeleceu dentro não apenas do imaginário inglês mas também mundial.

As obras secundárias utilizadas na composição nas análises principais, Croyland e More, demonstram as seleções, transformações e esquecimentos que ocorrem em um curto espaço de tempo, quando relacionados as primeiras narrativas, produzidas dentro do mesmo escopo temporal. A forma como o novo regime utiliza e explora conceitos e imagens que já eram vigentes, aprofunda a visão que se solidificará ao longo dos anos e culminará na peça de Shakespeare. Ricardo III, tal como seu predecessor, também utilizou das mesmas táticas propagandistas e legitimadoras para justificar seu reinado, discutivelmente, de maneira ainda mais perversa. A diferença entre eles se dá no fato de que Tudor havia estabelecido um consenso através não de seu direito sanguíneo real ao trono mas através dos acordos entre os dissidentes de ambas casa —York e Lancaster — enquanto Ricardo quebra as alianças forjadas anteriormente por seu pai e irmão e portanto, rompe com a narrativa da casa de York.

As deposições acumuladas durante o século XV inglês — foram seis delas — demonstram a fragilidade não da instituição monárquica mas do sistema de governo inglês quando havia a possibilidade de uma alternativa real a um monarca incompetente aos olhos de sua nobreza, ao mesmo tempo que sinaliza os perigos da menoridade real, sabendo que quatro

---

[263] Seguindo as classificações de Jan Assmann.

das seis deposições foram causadas contra monarcas que acenderam ao trono ainda crianças: Ricardo II, Henrique VI e Eduardo V.

As funções políticas e sociais da memória de Ricardo III ultrapassaram o campo da propaganda política e se instauraram no reino da imaginação das pessoas. A versão coletiva desse Ricardo, maléfico, corcunda, ambicioso e tirano se tornou um contra-modelo de monarca, que poderia ser oposto a outro monarca shakespeariano, Henrique V, o herói de Agincourt, rei aos moldes cavaleirescos que unificou Inglaterra e França. Historicamente, Eduardo IV era considerado o modelo ideal de monarca baseado em comparação ao doente Henrique VI. Henrique VII foi tido como o "instrumento divino"[264] quando derrotou Ricardo III. Ao criarem um vilão tão perverso, as narrativas o colocam em contraste àqueles que seriam os modelos ideais de realeza dentro de uma concepção inglesa que partia do mito arturiano e da imagem que esse rei carregava e ainda carrega dentro do imaginário inglês. As versões de Ricardo III — histórico, arqueológico, dramático — são fascinantes porque se encontam interligadas dentro da memória, e portanto, vivas e presentes no universo cultural e nas relações e tensões sociais e de poder através da dialética do tempo histórico estabelecido entre passado e presente, que não se dá de maneira natural, mas sim, a partir de uma construção.

---

[264] HICKS, op. cit, 2000, p. 260.

REFERÊNCIAS[265]

Fontes Primárias

ANÔNIMO; COX, John; PROANY, Nicholas. (ed.) **The Croyland Chronicle Continuations 1459–1486** (The Richard III & Yorkist History Trust)**,** Stroud: Sutton Publishing, 1993.

BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002.

DE COMMYNES, Philippe; BLANCHARD, Joel (ed.). **Mémoires**. **I**. Geneva: Droz, 2007.

FABYAN, Robert. **The New Chronicles of England and France, in two parts**: by Robert Fabyan. Named by himself the concordance of histories. (1516) Reedição. Londres: Longman, 1811.

MANCINI, Dominic; ARMSTRONG, Charles A. J. (ed.) **The Usurpation of Richard III.** 2. ed. Oxford: Alan Sutton, 1984.

MORE, Thomas; LOGAN, George (ed.). **The History of King Richard III.** A reading edition. Bloomington: Indiana University Press, 2005.

RAINE, Angelo (Ed.). **York Civic Records.** Vol. I. (The Yorkshire Archeological Society) Wakefield: The West Yorkshire Printing Co. Limited, 1939.

_____. **York Civic Records.** Vol. II. (The Yorkshire Archeological Society) Wakefield: The West Yorkshire Printing Co. Limited, 1941.

_____. **York Civic Records.** Vol. II. (The Yorkshire Archeological Society) Wakefield: The West Yorkshire Printing Co. Limited, 1942.

ROUS, John. Excerto de "Historia Regum Angliae.". In: HANHAM, Alison. **Richard III and his Early Historians. 1483-1535.** Oxford: Clarendon Press, 1975.

_____. **Warwick Roll/ Rous Roll**. Add MS 48976. Disponível em: https://www.bl.uk/collection-items/~/link.aspx_id=E756C74AC3504B91A44E02D689560A22&_z=z. Acesso em: 08 abr. 2013.

STRACKEY, John. (Ed). **Rotuli Parliamentorum; ut et Petitiones, et Placita in Parliamento. Vol. 5 e 6.** Londres, 1767–77. Publicado, preparado e editado por ordem de um comitê da Câmara dos Lordes.

VERGIL, Polydore; SUTTON, Dana F. (Trad). **Anglica Historia.** California: The University of California Irvine, 2005. Disponível em: http://www.philological.bham.ac.uk/polverg/. Acesso em: 08 abr. 2013.

WILSON, Chris G. et al. (Ed). **Parliament Rolls of Medieval England.** Woodbridge: Boydell, 2005.

---

[265] De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 6023).

Bibliografia Geral

ALLEN, Elizabeth. **False Fables and Exemplary Truth in Later Middle Ages Literature**. (The New Middle Ages). Londres: Palgrave Publishers, 2005.

ALLMAND, Christopher. (ed.). **The New Cambridge Medieval History**. Vol. VII c. 1415-c. 1500. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

ANGLO, Sidney. The British History in Early Tudor Propaganda. **Bulletin of John Rylands Library**, Manchester, vol. 44, 1961.

APPLEBY, Jo; MITCHELL, Piers; ROBINSON, Claire. et al. The scoliosis of Richard III, last Plantagenet King of England: diagnosis and clinical significance. In: **The Lancet**, vol. 383, n. 9932, 31 de maio de 2014.

ASHDOWN-HILL, John. **The Last Days of Richard III and the Fate of His DNA.** Stroud: The History Press, 2013.

_____. **The Mythology of Richard III.** Stroud: Amberley Publishing Limited, 2015.

ARCHER, Rowena E. (ed.) **Crown, Government and People in the Fifteenth Century.** Stroud: Sutton Publishing, 1995.

ARMSTRONG, Charles A. J. The Inauguration Ceremonies of the Yorkist Kings and Their Title to the Throne, **Transactions of the Royal Historical Society**. Londres, vol. 33, 1948.

ASSMANN, Aleida; SOETHE, Paulo. (Trad.) **Espaços da Recordação. Formas e Transformações da Memória Cultural.** Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

ASSMANN, Jan. Communicative and Cultural Memory. In: ERLL, Astrid. NÜNNING, Ansgar. (Ed.). **Cultural Memory Studies. An International and Interdisciplinary Handbook.** Berlin: Walter de Gruyter GmbH & Co, 2008.

_____. **Cultural Memory and Early Civilization**. **Writing, Remembrance and Political Imagination**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal: do ano mil à colonização da América**. São Paulo: Globo, 2006.

BATES, David; CURRY, Anne. (orgs). **England and Normandy in the Middle Ages.** Londres: The Hambledon Press, 1994.

BARLOW, Frank. **The Feudal Kingdom of England**: 1042-1216. Londres: Longmans, 1961, 2ª edição.

BENJAMIN, Walter. ROUANET, Sérgio Paulo. (Trad.) **Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura.** Obras escolhidas. Vol. 1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BENTLEY, Samuel. **Excerpta historica.** Londres: 1831.

BLOCH. Marc. **Apologia a História ou o Ofício do Historiador.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2002.

_____. **A sociedade feudal**. Lisboa: Ed. 70, 2001.

_____. **Os Reis Taumaturgos**. O caráter sobrenatural do poder régio França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

BORDES, Juan. **Historia de las teorías de la figura humana.** El dibujo, la proporción, la fisiognomía. Madrid: Cátedra, 2003.

BRITO, Arlete de Jesus. *A matemática de Isidoro de Sevilha e a tradição pitagórica.* In: **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência.** Rio de Janeiro, vol. 3, nº 1, 2005.

BUCKLEY, Richard et al. The. King in the Car Park: New Light on the Death and Burial of King Richard III in the Grey Friars Church, Leicester in 1485. **Antiquity**, vol. 87. Cambridge: 2013.

BUCKLEY, Sheryl; DONLEY, Carol. (Org.) **The Tyranny of the Normal**: An Anthology. Kent: Kent State University Press, 1996.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales**, 1929 - 1989. São Paulo: UNESP, 2003.

BURNS, James H. (ed.) **The Cambridge History of Medieval Political Thought**. c. 350-c. 1450. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

CAIRUS, Henrique. Da Natureza do Homem. In: **História, Ciência, Saúde**. Rio de Janeiro: Revista de Manguinhos, vol. 6, nº 2, Jul-Out, 1999.

CAMPBELL, J. JOHN, E. WORMALD, P. **The Anglo-Saxons**. Nova Iorque: Penguin Books, 1991.

CARPENTER, Christine. **Locality and Polity.** A Study of Warwickshire Landed Society. 1401-1499. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

CARRUTHERS, Mary. **A Técnica do Pensamento.** Campinas: Editora Unicamp, 2011.

_____. **The Book of Memory**. A Study of memory in Medieval Culture. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

CARSON, Annette. **Richard, Duke of Gloucester as Lord Protector and High Constable of England.** Londres: Imprimis Imprimatur, 2015.

CAVILL, Paul. **The English Parliaments of Henry VII.** 1485-1504. Oxford: Oxford University Press, 2009.

CHEETHAM, Anthony. **The Life and Times of Richard III**. Londres: Weidenfeld & Nicolson Ltd, 1972, 1ª edição.

CICERO, Marcus Tullius. **De Oratore.** Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1957.

CLANCHY, Michael T. **From Memory to Written Record. England 1066-1307.** Oxford: Blackwell Publishers, 1993.

CONSTABLE, Giles. **The Reformation of the Twelfth Century.** Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

COSS, Peter. Keen, M. (ed.). **Heraldry, Pageantry and Social Display in Medieval England.** Woodbridge: The Boydell Press, 2002.

CROSS, Claire. LOADES, David. SCARISBRICK, John J. **Law and Government under the Tudors.** Essays Presented to Sit Geoffrey Elton, Regius Professor of Modern History, in the University of Cambridge on the Occasion of his Retirement. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

CUBITT, Geoffrey. **History and Memory.** Manchester: Manchester University Press, 2007.

DOCKRAY, Keith. **William Shakespeare, the War of the Roses and the Historians**. Stroud: Tempus Publishing, 2002.

DYER, Christopher. **An Age of Transition? Economy and Society in England in the Later Middle Ages.** The Ford Lectures delivered in the University of Oxford in Hilary Term 2001. Oxford: Oxford University Press, 2005.

_____. **Standards of living in the later Middle Ages.** Social change in England c.1200-1500. (Cambridge Medieval Textbook). Edição revisada. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

DUTTON, Richard. HOWARD, Jean. (ed.)**. A Companion to Shakespeare's Works**. Vol. 2. The Histories. Oxford: Blackwell Publishing, 2003.

DRAPER, John W. **The Humors and Shakespeare's Characters.** Nova Iorque: AMS Press, 1970.

ECO, Umberto. **On Ungliness.** Londres: Harvill Secker, 2007.

FEBVRE, Lucien. MARTIN, H. J. **The Coming of the Book**. The Impact of Printing 1450-1800. Londres: NBL, 1976.

FENTRESS, James. WICKHAM, Chris. **Social Memory.** (New Perspectives on the Past). Oxford: Blackwell Publishers, 1992.

FLEMING, Robin. **Kings and Lords in Conquest England**. (Cambridge Studies in Medieval Life and Thought, Fourth Series). Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

FRANKLIN, Rosalind. **Baby Lore**: Superstitions & Old Wives Tales from the World Over Related to Pregnancy, Birth & Babycare. Devon: Diggory Press, 2005.

GAIRDNER, James. **History of the Life and Reign of Richard III**. Cambridge: Cambridge University Press, 1898.

GEARY, Patrick. **Language and Power in the Early Middle Ages. (**Menahem Stern Jerusalem Series). Waltham: Brandeis University Press, 2013.

GILLESPIE, Alexandra. WAKELIN, Daniel. (Org.). **The Production of Books in England.** 1350-1500. (Cambridge Studies in Palaeography and Codicology**).** Cambridge**:** Cambridge University Press, 2011.

GILLINGHAM, John. HOLT, James. C. (orgs.) **War and Government in the Middle Ages**: Essays in honour of J.O. Prestwich. Woodbridge: Boydell & Brewer Press, 1984

GOSMAN, Martin. MACDONALD, Alasdair. VANDERJAGT, Arjo. (ed.). **Princes and Princely Culture 1450-1650**. Vol. 2. Leiden: Brill, 2005.

GRANSDEN, Antonia. **Historical writings in England. Vol II.** c.1307 to the Early Sixteenth Century. Londres: Routledge, 2010.

_____. **Legends, Traditions and History in Medieval England.** Londres: The Hambledon Press, 1992.

GREEN, Vivian Hubert H. **The Later Plantagenets**. A survey of English History between 1307 and 1485. 6 ed. Londres: Edward Arnold Publishers, 1970.

GRIFFITHS. Ralph A. **King and Country**. England and Wales in the Fifteenth Century. Londres: The Hambledon Press, 1991.

_____. **Kings and Nobles in the Later Middle Ages (A Tribute to Charles Ross).** Nova Iorque: St. Martin's Griffin Press, 1987.

GUENÉE, Bernard. **Histoire et Culture Historique dans l'Occident Medieval.** Paris: Aubier Montaigne, 1980.

GUNN, Steve J. **Early Tudor Government.** 1485-1558. (British History in Perspective). Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2002.

HALBWACHS, Maurice. SCHAFFTER, Laurent. (Trad.) **A Memória Coletiva.** São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HAMILTON, Jeffrey. S. **The Plantagenets. History of a Dynasty.** Londres: Continuum International Publishing, 2010.

HAMMOND, Peter. (ed.) **Richard III: Loyalty, Lordship and Law**. Londres: The Richard III and Yorkist History Trust, 1986.

HANHAM, Alison. **Richard III and His Early Historians 1483-1535.** Oxford: Claredon Press, 1975.

_____. **The Celys and their World.** An English merchant family of the fifteenth century. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

HATTAWAY, Michael. (ed.) **A Companion to English Renaissance Literature and Culture.** Oxford: Blackwell Publishing, 2000.

_____. (ed.)**The Cambridge Companion to Shakespeare's History Plays.** Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

HICKS, Michael. **Bastard Feudalism**. Londres: Routledge, 2013

_____. **English Political Culture in the Fifteenth Century**. Londres: Routledge, 2002.

_____. **Richard III**. 2 ed. Stroud: The History Press, 2000.

_____. **Richard III and His Rivals: Magnates and Their Motives in the War of the Roses.** Londres: The Hambledon Press, 1991.

_____. **The Wars of the Roses**: 1455-1487. Oxford: Osprey Publishing, 2003.

_____. Unweaving the Web: The Plot of July 1483 against Richard III and its Wilder Significance. **The Ricardian**, Vol. 114, Leicester: 1991.

HERTEL, Ralf. **Staging England in Elizabethan History Play**: Performing National Identity. Surrey: Ashgate Publishing Ltd, 2014.

HORROX, Rosemary. **Richard III**: A Study of Service. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

HOLDERNESS, Graham. POTTER, Nick. TUNER, John. (orgs.) **Shakespeare**: The Play of History. Londres: Macmillan, 1988.

HORSPOOL, David. **Richard III**. A Ruler and His Reputation. Londres: Bloomsbury, 2015

HOUTS, Elizabeth von. **Memory and Gender in Medieval Europe**. 900-1200. Londres: Macmillan, 1999.

HUGHES, Paul. LARKIN, James. **Tudor Royal Proclamations**, The Early Tudors (1485-1553). Vol 1. New Haven: Yale University Press, 1964.

HUTTON, Patrick. Recent Scholarship on Memory and History. **The History Teacher**, vol. 33, no. 4, 2000, pp. 533–548.

JACOB, Ernest F. **Oxford History of England.** Vol. 6. Dunfermline: Oxford University Press, 1961.

JAMES, Laurence. **Aristocrats - Power, Grace, and Decadence**: Britain's Great Ruling Classes from 1066 to the Present. Nova Iorque: St. Martin's Griffin Press, 2009.

JONES, Dan. **The Hollow Crown**: The Wars of the Roses and the Rise of the Tudors. Londres: Faber & Faber, 2014.

_____. **The Plantagenets**. The Kings who made England. Londres: Penguin Books, 2014.

KANTOROWICZ, Ernest. **The King's Two Bodies**. A Study in Medieval Political Theology. Princeton: Princeton University Press, 1997.

KEEN, Maurice. **England in the Later Middle Ages**. 2. ed. Londres: Routledge, 2003.

KENDALL, Paul M. **Richard III.** Londres: Allen & Unwin, 1955.

KINGSFORD, Charles L. **English Historical Literature in the Fifteenth Century.** Londres: Claredon Press, 1913.

KNOWLES, Ronald. **Shakespeare's Arguments with History.** Londres: Palgrave Publishers, 2002.

KOOPER, Erik. (ed.). **The Medieval Chronicle V.** Nova Iorque: Editions Rodopi B.V, 2008.

_____. **The Medieval Chronicle VII.** Nova Iorque: Editions Rodopi B.V., 2011.

LAKE, Peter. **How Shakespeare Put Politics on the Stage**. Power and Succession in the History Plays. New Haven: Yale University Press, 2016.

LEAS, Susan E. Richard III: Shakespeare, and History. **The English Journal**, Vol. 60, No. 9, Chicago: Dez., 1971, pp. 1214 -1216+1296.

LE GOFF, Jacques. SCHMITT, Jean-Claude. (orgs.). **Dicionário Analítico do Ocidente Medieval**. Vol. 1. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

_____(org). **As Doenças tem história**. Lisboa: Terramar, 1985.

_____. TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LE PATOUREL, John. **Feudal Empires**. Norman and Plantagenet. Londres: The Hambledon Press, 1984.

LEVINE, Mortimer. Richard III - Usurper or Lawful King? **Speculum**, Vol. 34, No. 3, Chicago: Jul. 1959, pp. 391-401.

LEWIS, James. **The Astrology Book**: The Encyclopaedia of Heavenly Influences. Detroit: Visible Ink Press, 2003.

LOEWENSTEIN, David. MUELLER, Janel. (orgs.). T**he Cambridge History of Early Modern Literature**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

LYONS, Bridget G. Kings Game: Stage Imagery and Political Symbolism in 'Richard III. **Criticism**, Vol. 20, No. 1, Michigan: Inverno 1978, pp. 17-30.

MARKHAM, Clements R. Richard III: A Doubtful Verdict Reviewed. **The English Historical Review**, Vol. 6, No. 22, Oxford: Abril, 1891, pp. 250-283.

MAYER, Lauryn. **Words made flesh. Reading Medieval Manuscript Culture**. (Studies in Medieval History and Culture - A Routledge Series). Londres: Routledge, 2004.

MYERS, Alec R. RICHARD III AND HISTORICAL TRADITION. **History,** Vol. 53, No. 178, Nova Jersey: 1968, pp. 181-202.

MORSE, David. **England's Time of Crisis. From Shakespeare to Milton**. A Cultural History. Nova Iorque: St. Martin's Press, 1989.

MOULTON, Ian F. A Monster Great Deformed: The Unruly Masculinity of Richard III. In: **Shakespeare Quarterly,** vol. 47, número 3, 1996, p. 251-268.

NEWMAN, Paul. **Growing up in the Middle Ages**. Jefferson: McFarland, 2015.

OAKLEY, Francis. **The Emergence of Western Political Thought in the Late Middle Ages. Vol. 3. The Watershed of Modern Politics: Law, Virtue, Kingship and Consent.** (1300-1650). New Haven: Yale University Press, 2015.

PALLISER, David M. **Medieval York.** 600-1540. Oxford: Oxford University Press, 2014.

PEREIRA, Daniella C. M. Literatura, lugar de memória. **Revista SOLETRAS** , v. 28, p. 344 - 355, 2014.

PLATT, Colin. **Medieval England**. A social history and archeology from the Conquest to 1600 AD. Londres: Routledge, 2005.

PENN, Thomas. **The Winter King.** The Dawn of Tudor England. Londres: Penguin Books, 2012.

POLLARD, Anthony. **The Wars of the Roses**. (British History in Perspective). Hampshire: Palgrave, 2001.

PRESTWICH, Michael. **Plantagenet England 1225-1360**. (The New Oxford History of England). Oxford: Oxford University Press, 2005.

RADSTONE, Susannah. SCHWARZ, Bill. (Ed.) **Memory**: Histories, Theories, Debates. Nova Iorque: Fordham University Press, 2010.

RESNICK, Irven M. **Marks of Distinction.** Christian Perceptions of Jews in the High Middle Ages. Washington D.C.: The Catholic University of America Press, 2012

RICHARDSON, Henry G. The English Coronation Oath. In: **Transactions of the Royal Historical Society,** vol. 23, dez. 1941.

RICOEUR, Paul; BLAMEY, K. e PALLAUER, D. (Trad.) **Memory, History and Forgetting.** Chicago: Chicago University Press, 2006. Nova Edição.

RIGBY, Stephen H (ed.). **A Companion to Britain in the Later Middle Ages (Blackwell Companions to British History)**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2008.

_____. **English Society in the Later Middle Ages**. Class, Status and Gender. Londres: Macmillan, 1995.

ROSENKRANZ, Karl; (autor) HILL, Jason. SCHWARTZ, Vanessa. (Ed.) **The Aesthetics of Ugliness**. A Critical Translation. Londres: Bloomsbury Publishing, 2015.

ROSENTHAL, Joel T. **Social Memory in Late Medieval England**. Village Life and Proofs of Age. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2017.

_____. **Telling Tales**. Sources and Narration in Late Medieval England. Pensilvânia: The Pennsylvania State University Press, 2003.

ROSS, Charles. **Richard III.** Londres: Eyre Methuen, 1981.

SAUL, Nigel. **Chivalry in Medieval England.** Cambridge: Harvard University Press, 2011.

SEWARD, Desmond. **The Demon's Brood. A History of the Plantagenet Dynasty.** Nova Iorque: Pegasus Books, 2015.

SCHUMM, Darla. STOLTZFUS, Michael. (Org.) **Disability in Judaism, Christianity, and Islam**: Sacred Texts, Historical Traditions, and Social Analysis. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2011.

SCHWYZER, Philip. Lees and Moonshine: Remembering Richard III, 1485–1635. **Renaissance Quarterly**, Vol. 63, No. 3, Chicago: Outono 2010, pp. 850-883.

_____. **Shakespeare and the Remains of Richard III**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

_____. **The Skeleton in the Car Park:** Richard III and the legacy of his re-discovery. 2015. (1h33min50s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UqywU9RQf10&feature=emb_title&ab_channel=TheBritishAcademy>. Acesso em: 08 abr. 2013.

SHAKESPEARE, William. WILSON, D. J. (ed.) **Richard III. The Cambridge Dover Wilson Shakespeare**. Cambridge's Library Collection. Vol. 29. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

_____. SIEMON, J. (ed.) **King Richard III. The Arden Shakespeare. (**Arden Shakespeare). Third Series. Londres: Bloomsbury, 2009.

_____. **The Complete Works of William Shakespeare.** (The Shakespeare Head Press, Oxford Edition). Ware: Wordsworth Library Collection, 2007.

_____. VIEGA-FARIAS, Beatriz (trad.). **Ricardo III.** São Paulo: L&MP Pocket, 2014.

SIRAISI, Nancy. **Medieval and Early Renaissance Medicine.** An Introduction to Knowledge and Practice. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

SMITH, Emma. (ed). **Shakespeare's Histories.** Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

SMALLWOOD, T. M. *"The Prophecy of the Six Kings"*. In: **Speculum**. Chicago: Chicago University Press, nº60, 1985, pp. 571-592.

SMOLLER, Laura A. **History, Prophecy, and the Stars**: The Christian Astrology of Pierre d'Ailly 1350–1420. Princeton: Princeton University Press, 1994.

SULLIVAN, Garrett. A. **Memory and Forgetting in English Renaissance Drama Shakespeare, Marlowe, Webster.** Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

SUTTON, Anne. FUCHS, Lisa Visser. The prophecy of G. In. **The Ricardian**, Vol. viii, 1988-1990.

THOMAS, Keith. **Religion and the Decline of Magic.** Londres: Penguin Books, 1971.

WAGNER, John A. **The Encyclopedia of the War of the Roses**. Santa Bárbara: ABC-Clio, 2001.

WALSH, Brian. **Shakespeare, The Queen's Men and Elizabethan performance of History.** Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

WARD-PERKINS, Bryan. Why did the Anglo-Saxons not become more British? **The English Historical Review**, Volume 115, Issue 462, 1 June 2000, p. 528-529.

WATSON, Donald G. **Shakespeare's Early History Plays**. Politics at Play on the Elizabethan Stage. Londres: Macmillan, 1990.

WATTS, John. **Henry VI and the politics of Kingship**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

WHEELER, Richard P. History, Character and Conscience in 'Richard III. **Comparative Drama,** Vol. 5, No. 4, Michigan: Inverno 1971-72, pp. 301-321.

WILKINSON, Bertie. **The Later Middle Ages in England, 1216-1485.** Londres: Routledge, 2013.

WILLIAMS, Ann. **Kingship and Government in Pre-Conquest England.** c. 500-1066. (British History in Perspective.) Nova Iorque: St. Martin's Press, 1999.

WOLFFE, Bertram. **Henry VI**. Londres: Eyre Methuen, 1981.

WOOD, Charles T. Richard III and the Beginnings of Historical Fiction. **The Historian**, Vol. 54, No. 2, Nova Jersey: Inverno 1992, pp. 305-314.

YATES, Frances A. **The Art of Memory.** Londres: Routledge, 1999.

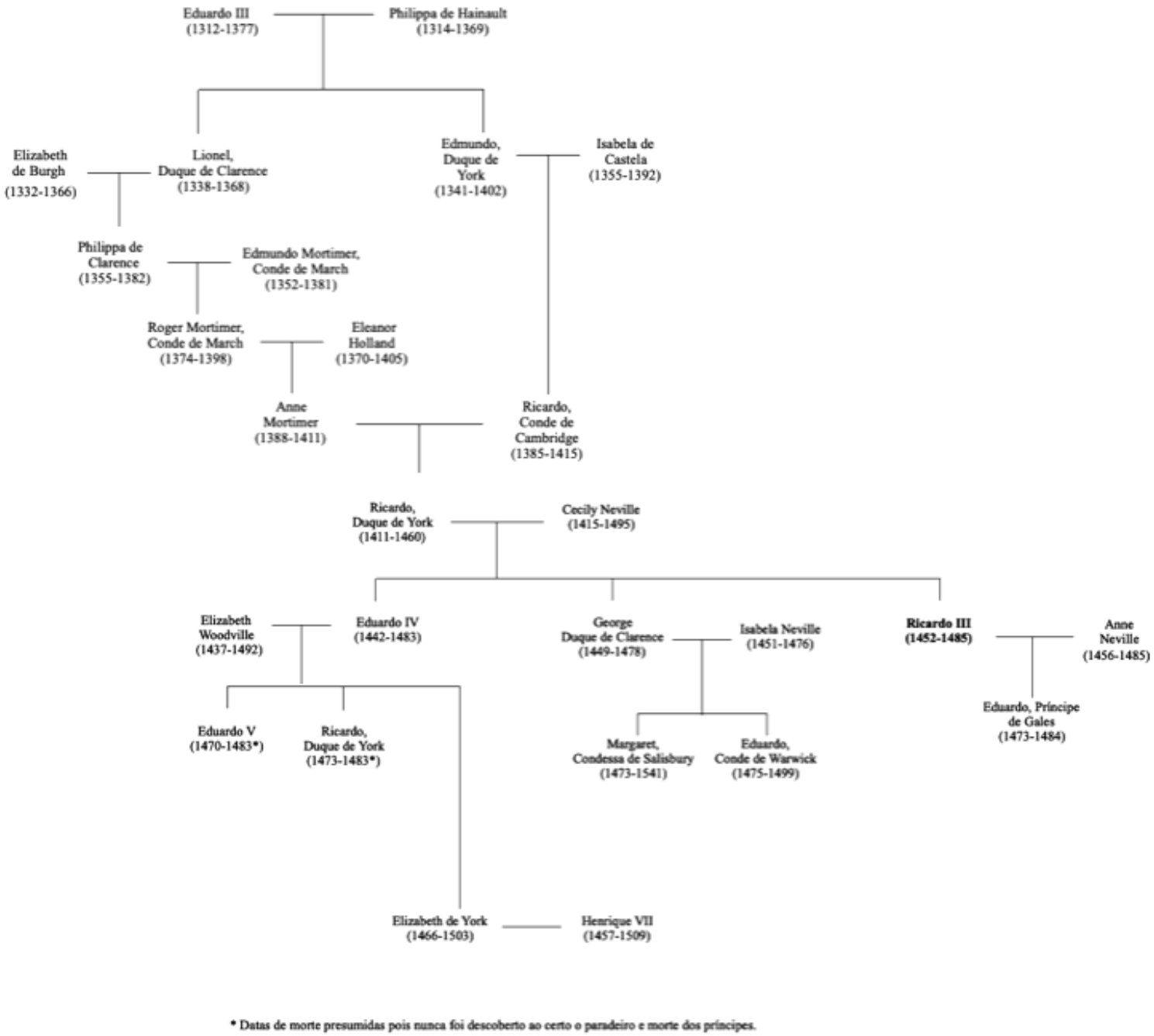
YORKE, Barbara. **Kings and Kingdoms of Early Anglo-Saxon England.** Londres: Routledge, 1990.

ANEXO I - Mapa Do Reino Da Inglaterra Durante O Século XV

2. England and Wales in the Fifteenth Century

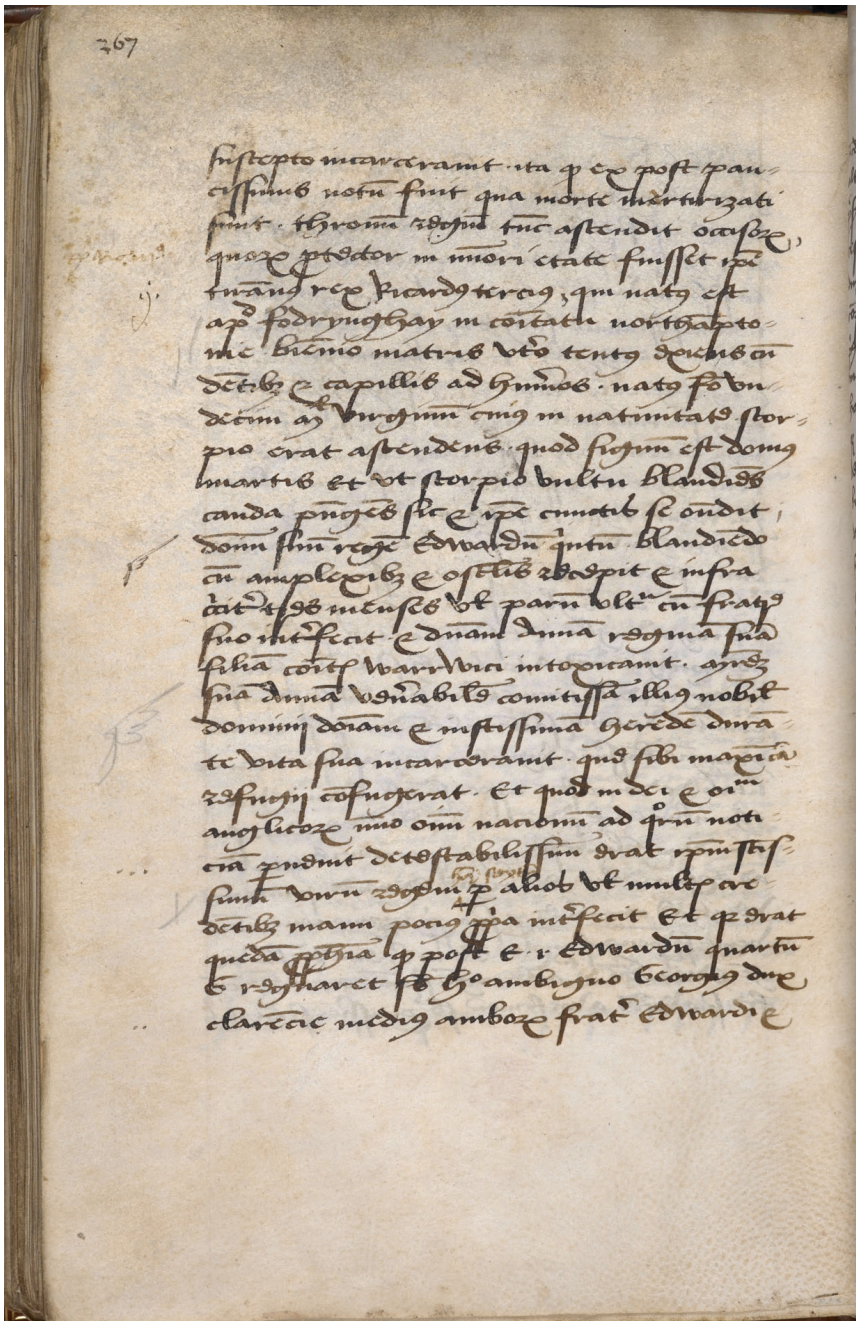
Fonte: JONES, Dan. **The Hollow Crown**. The Wars of the Roses and the Rise of the Tudors. Londres: Faber & Faber, 2014, p. 12.

ANEXO II - Árvore Genealógica Da Dinastia De York



Fonte: Elaborado pela autora

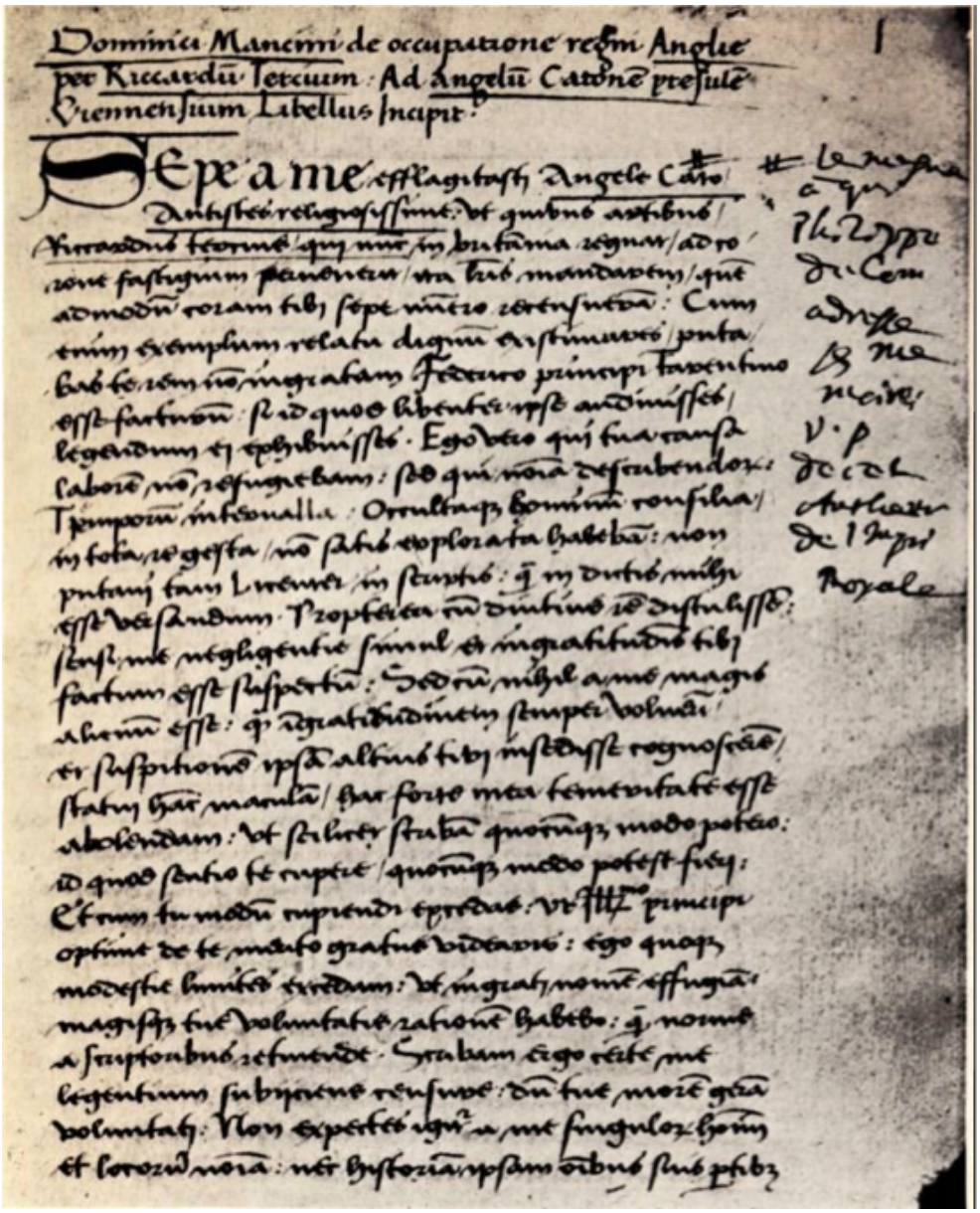
ANEXO III - Manuscrito Da Obra *Historia Regum Angliae*



Fonte: British Library. Cotton MS Vespasian A XII, f. 134v. © British Library.

Obs: Nesse trecho, o autor relata o nascimento monstruoso de Ricardo III.

ANEXO IV - Manuscrito Da Obra De Occupatione Regni Anglie Per Riccardum Tercium



Fonte: Bibliothèque Municipale de Lille. MSS Fonds Godefroy 129, 1ª página do manuscrito.

© Bibliothèque Municipale de Lille/ MaxPPP.

ANEXO V - Placas Em Leicester Perto Da Antiga Ponte Bow

Fonte: L, Kerry. **Richard III plaque near Bow Bridge.** Leicester, 27 de abril de 2013.

ANEXO VI - Trechos do *Titulus Regius*

(Tradução de trechos do texto em inglês elaborados pela autora)

Nota da autora: os trechos do documento abaixo foram incluídos no primeiro e único parlamento de Ricardo III em 1484 e foi posteriormente refutado por Henrique VII em seu primeiro parlamento, em 1485.

Que seja lembrado que uma certa petição foi apresentada perante nosso Senhor o Rei, no Parlamento anterior, com estas palavras:

Onde até então, isto é, antes da consagração, coroação e entronização de nosso Soberano Senhor o Rei Ricardo III, um rolo de pergaminho contendo por escrito certos artigos com a redação subscrita, em nome dos três Estados deste reino da Inglaterra, isto é, os Lordes Espirituais e Temporais, e os Comuns, e por muitas e diversas pessoas dos Comuns [que] em grande multidão apresentaram e entregaram ao nosso referido Soberano Senhor, o Rei, para a intenção e efeito expressos amplamente no mesmo Rolo; […] e às considerações e presente petição nele contidas para o bem-estar público e tranquilidade desta terra, nosso dito Soberano Senhor benignamente consentiu.

Portanto, que seja ordenado, providenciado e estabelecido neste Parlamento à memória perpétua da verdade e declaração da mesma, que a redação do referido Rolo, com o conteúdo do mesmo, seja apresentado, como se disse acima, e entregue ao nosso supracitado Soberano Senhor o Rei, em nome dos referidos três Estados do Parlamento, agora pelos mesmos três Estados reunidos neste presente Parlamento, e por autoridade do mesmo, seja ratificado, inscrito, registrado, aprovado e autorizado, para remover quaisquer dúvidas e ambiguidades, e para todos os outros efeitos legais; de modo que todas as coisas ditas, afirmadas, especificadas, desejadas e lembradas no referido Rolo, e na redação do mesmo subscrito, em nome dos referidos três Estados, para o efeito expresso no mesmo Rolo, sejam de semelhante efeito, virtude e força como se todas as mesmas coisas tivessem sido ditas, afirmadas, especificadas, desejadas e lembradas em um Parlamento pleno, e por autoridade do mesmo, aceitas e aprovadas.

A redação do referido rolo de pergaminho, do qual acima é feita menção, lê-se:

Ao Grandioso e Poderoso Príncipe Ricardo Duque de Gloucester

Pedimos que Vossa Nobre Excelência compreenda a consideração, eleição e petição subscrita, para o benefício dos Lordes Espirituais e Temporais, e dos Comuns deste Reino da Inglaterra, e que de forma satisfatória, dê seu consentimento ao bem-estar comum e público desta terra, para conforto e alegria de todas as pessoas da mesma.

[…] quando aqueles que reinavam e governavam esta Terra, deliciando-se com a adulação e lisonja, e guiados pela sensualidade e luxúria carnal, seguiram o conselho de pessoas insolentes, pecadoras e de avareza desordenada, desprezando o conselho do bem, de [pessoas] virtuosas e prudentes, como acima lembradas; a prosperidade desta Terra diminuiu diariamente, de modo que a felicidade se transformou em miséria, e a prosperidade em adversidade, e a ordem da política e a lei de Deus e do Homem foram confundidas; e é provável que este Reino caia em extrema miséria e desolação — o que Deus proíba — sem que a devida provisão de solução adequada chegue com pressa divina.

Sobre isto, entre outras coisas mais, consideramos especialmente como na época do reinado do rei Eduardo IV, falecido recentemente, a ordem de todas as regras políticas foi pervertida após o desrespeitoso falso casamento, como toda a Inglaterra tem razão em dizer, realizado entre o referido rei Eduardo e Elizabeth, anteriormente esposa do cavalheiro Sir John Grey, que posteriormente chamou-se por muitos anos de Rainha da Inglaterra.

As leis de Deus e da Igreja de Deus, e as leis da Natureza e da Inglaterra, assim como os louváveis costumes e liberdades da mesma, da qual todo inglês é herdeiro, foram quebradas, subvertidas e condenadas contra toda razão e justiça, de modo que esta Terra foi governada por vontade própria e prazer, medo e pavor; toda forma de equidade e leis separada e desprezada, da qual resultaram muitas perturbações e má condutas, tais como assassinatos, extorsões e opressões, particularmente de pessoas pobres e impotentes, de modo que nenhum homem tinha certeza de sua vida, terra ou sustento, nem de sua esposa, filha ou serva; e todas as donzelas e mulheres tinham pavor de serem violadas e desonradas.

E aqui consideramos que o dito casamento entre o Rei Eduardo mencionado anteriormente e Elizabeth Grey foi realizado audaciosamente, sem o consentimento consciente dos Lordes desta Terra, e também por Feitiçaria e Bruxaria, cometidas pela dita Elizabeth e sua mãe Jacquetta, duquesa de Bedford, segundo conhecimento geral e a voz do povo, e por toda esta Terra; que conforme o caso exigir, será provado suficientemente no tempo e local convenientes. E aqui também consideramos que o dito falso casamento foi feito clandestinamente e secretamente, sem edição de proclamas, em local privado e profano, e não abertamente na presença da igreja, segundo a lei da Igreja de Deus, mas sim, contrária a ela e aos costumes louváveis da Igreja da Inglaterra.

E também, na época do contrato do mesmo falso casamento, anteriormente e posteriormente, o referido rei Eduardo foi e permaneceu casado e verdadeiramente compromissado com uma certa Dama Eleanor Butler, filha do conde de Shrewsbury, com quem o mesmo rei Eduardo tinha realizado um pré-contrato de matrimônio, muito antes de realizar o dito falso casamento com Elizabeth Grey, na maneira e na forma mencionada acima.

Sendo tais premissas verdadeiras, como em verdade foram verdadeiras, nos parece e é evidente, que o referido Rei Eduardo durante sua vida e a dita Elizabeth, viveram juntos pecaminosamente e de maneira condenável em adultério, contra a Lei de Deus e de sua Igreja. […] determina-se que todos os Filhos e Prole do dito Rei Eduardo, foram e são Bastardos, e sendo assim, incapazes de herdar ou reivindicar qualquer coisa por Herança, pela Lei e Costumes da Inglaterra.

[…] George duque de Clarence, irmão do dito rei Eduardo, agora falecido, foi preso e condenado por alta traição pelos três Estados deste Reino reunidos no Parlamento realizado em Westminster no 17º ano do reinado do referido Rei Eduardo IV […] Por causa disso, todos os filhos do dito George foram e são incapacitados e barrados de todo Direito e Reivindicação, que de qualquer forma eles possam ter ou desafiar por Herança, a Coroa e Dignidade Real deste Reino, segundo as Leis e costume deste mesmo reino.

Determinamos, portanto, que és o indubitável Filho e Herdeiro de Ricardo, Duque de York, o próprio herdeiro da dita Coroa e Dignidade Real, […] e que neste momento, nas premissas devidamente consideradas, não há outra pessoa vivendo além de vós, que por Direito pode reivindicar a dita Coroa e Dignidade Real por meio de Herança […] Consideramos também vossa grande Inteligência, Prudência, Justiça, Coragem principesca e os atos memoráveis e louváveis em diversas batalhas, que como sabemos por experiência vós já realizastes, para a salvação e defesa deste mesmo Reino; e também a grande dignidade e excelência do vosso Nascimento e Sangue, como é daquele que descende das três casas mais Reais da Cristandade, isto é, Inglaterra, França e Espanha.

Dito isso, desejamos efetivamente a paz, tranquilidade e bem-estar público desta Terra, e o retorno das mesmas ao antigo estado de honra e prosperidade, e tendo em sua grande Prudência, Justiça, Coragem principesca e Virtude, com confiança singular escolhemos vós, grandioso e poderoso Príncipe, como nosso Rei e Soberano Senhor etc., a quem sabemos com certeza, pertencer a herança. E com isso nós humildemente desejamos, oramos e pedimos que Vossa Graça, de acordo com esta Eleição de nós os Três Estados desta Terra, e de acordo com sua verdadeira Herança, aceite e tome sobre vós a dita Coroa e Dignidade Real, com todas as coisas a ela anexadas e pertencentes, como lhe é de direito, tanto por herança como por eleição legítima; e, caso o Senhor o faça, prometemos servir e ajudar Vossa Alteza, como verdadeiros servos e súditos fiéis e viver e morrer com vós nessa e em todas as outras disputas justas.

[…] Portanto, a pedido e por consentimento dos Três Estados deste Reino, isto é, os Senhores Espirituais e Temporais, e Comuns desta Terra, reunidos neste presente Parlamento e por autoridade do mesmo, que seja pronunciado e decretado que nosso Soberano Senhor o Rei era e é, o verdadeiro e indubitável Rei deste Reino da Inglaterra, dentro e fora do mesmo Reino, unido, anexado e pertencente a ele, por direito de Consanguinidade e Herança, assim como por legítimas Eleição, Consagração e Coroação. […]

Fontes: British Library. Lansdowne MS 525, f. 409-411; BLYKE, Philip. STRACHEY, John. (ed.). **Rotuli Parliamentorum; ut et petitiones, et placita in parliamento.** Tempore Ricardi R. III. Londres: c.1767, pp. 240-242. Tradução e edição nossa.